

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
LINHA DE PESQUISA SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Simone Manfredini Bender

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
EM SÃO LEOPOLDO

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2007

Simone Manfredini Bender

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM SÃO LEOPOLDO

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2007.

Simone Manfredini Bender

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM SÃO LEOPOLDO

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. João Pedro Schmidt
Orientador

Dr. Mário Riedl
Unisc

Dr. Martin Norberto Dreher
Unisinos

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2007.

Ao meu esposo Alexandre,
pela compreensão, companheirismo e apoio nestes anos de estudo.

Aos meus filhos Hyran Jr e Nathália,
razões da minha vida.

Aos meus pais Alcir José e Noemi,
pelo exemplo de vida.

Aos meus irmãos Julio, Vanusa e Vanessa,
motivos de orgulho para mim.

A minha querida vó Estanislava,
pelas conversas inesquecíveis e amor incondicional.

Às famílias Manfredini, Sanvido e Bender.

Ao professor Cláudio,
pela amizade e estímulo.

Aos professores Dinizar e Flavio,
*pelos ensinamentos adquiridos no Fórum dos
Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS.*

À todos que colaboraram para mais esta conquista!

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS por ter me proporcionado condições materiais e tempo para a realização do mestrado, em especial ao Pe. Aloysio Bohnen sj.

Ao professor João Pedro Schmidt pelas valiosas sugestões, pelo estímulo e apoio principalmente nos momentos difíceis destes últimos anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC pelos desafios propostos em especial aos professores Marcos e Mário.

Aos meus colegas de mestrado, Emerson, Susana e Ana pelos momentos de alegria e por compartilharem as experiências e inseguranças da vida.

À Universidade de Santa Cruz do Sul, ao NUPES, especialmente a Carmen e a Paula.

À Prefeitura de São Leopoldo por me disponibilizar as informações sobre o Orçamento Participativo e as organizações sociais atuantes no município, sou grata particularmente ao Nestor e a Elaine.

Ao Cartório Comasseto, em especial ao Marcelo, por me disponibilizar informações sobre o registro das organizações sociais.

RESUMO

Este trabalho estuda as características do capital social e seus possíveis vínculos com o desenvolvimento do município de São Leopoldo no início do século XXI, tendo como referência principal a teoria de Robert Putnam. A rememoração da trajetória histórica do município, a partir de 1824, incorpora elementos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais e considera os aspectos ligados ao capital social, destacando a organização social, o trabalho comunitário, o associativismo, a informação e a comunicação, a criação da imprensa e a participação nas questões públicas. Os dados coletados sugerem que os elementos culturais e sociais, vinculados ao capital social desde as primeiras décadas da colonização alemã, podem ter favorecido o desenvolvimento econômico alcançado pelo município, segundo a lógica da teoria de Putnam. O levantamento do número de organizações sociais existentes no município comprova a permanência de um traço importante da sua história: a capacidade associativa dos cidadãos, apontado pela literatura como elemento comum às zonas de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Constata-se que, em 2006, existiam em São Leopoldo nada menos de 1.459 organizações sociais de diferentes tipos. As características do capital social, nos dias atuais, são averiguadas, através de uma pesquisa de opinião, aplicada nos diferentes bairros da cidade, a qual investiga aspectos como participação dos cidadãos em redes e grupos, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, coesão, inclusão social e empoderamento. Os dados apresentados indicam que o capital social prevalente em São Leopoldo é do tipo *bonding*, e em menor grau do tipo *bridging*.

Palavras-chave: colonização alemã, capital social, desenvolvimento, participação, São Leopoldo.

ABSTRACT

This assignment studies the characteristics of social capital and its possible relation with the development of São Leopoldo town at the beginning of the XXI Century and it has as its main reference the theory of Robert Putnam. The remembrance of the historical trajectory of the town, from 1824 on, includes historical, cultural, political, economical and social elements and considers the aspects related to social capital, highlighting social organization, community work, associativity, information and communication, press creation and participation in public matters. The data collected show that cultural and social elements, related to social capital since the first decades of the German colonization, may have helped the economical development reached by that town, according to the theory of Putnam. The finding of the number of social organizations currently existent in the town shows the permanence of an important historical feature of its: the associative capacity of the citizens, described by some authors as a common element to the German colonized regions in the state of Rio Grande do Sul. We could verify that in 2006 1.456 social organizations of different kinds were active in São Leopoldo. The current characteristics of social capital were researched through an opinion survey that was applied in different neighborhoods of the town, and it intended to investigate aspects like the participation of citizens in networks and groups, confidence and solidarity, collective action and cooperation, cohesion, social inclusion and gain of power. The data presented indicate that the social capital social prevailing in São Leopoldo is from the bonding type, and also, but less present, from the bridging type.

Key-words: German colonization, social capital, development, participation, São Leopoldo town.

LISTA DE TABELAS

1 - Evolução da população total de São Leopoldo, taxa de urbanização e taxa de crescimento no século XX	41
2 - Estabelecimentos existentes na Colônia de São Leopoldo em 1858	44
3 - Arrecadação da Cidade de São Leopoldo: 1862-1866	46
4 - Participação de São Leopoldo na Exposição Brasileira-Alemã (1881-1882)	46
5 - Associações existentes em São Leopoldo – 1824-1924	56
6 - Organizações sociais em São Leopoldo – 2006.....	57
7 - Votantes na Consulta Popular no Vale do Rio dos Sinos – 2003-2006	68
8 - Participantes e delegados eleitos no Orçamento Participativo de São Leopoldo – 2005	71
9 - Participantes e delegados eleitos no Orçamento Participativo de São Leopoldo – 2006	72
10 - Escolas, alunos e professores de São Leopoldo	75
11 - Participação em grupos e redes	79
12 - Percentual de importância em participação de grupos e redes	80
13 - Este grupo trabalha ou interage com grupos fora do bairro?	84
14 - Quantos amigos próximos você diria que tem hoje?	85
15 - Confiança interpessoal na América Latina	86
16 - Você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?.....	87
17 - Confiança nos membros dos governos	89
18 - Diferenças que mais causam problemas(a)	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	16
1.1 Capital social, desenvolvimento e território	16
1.2 Conceito de capital social	17
1.3 Civismo	20
1.4 Relações de sociabilidade	22
1.5 Associativismo	23
1.6 Informação e comunicação	24
1.7 Confiança, solidariedade, ação coletiva, cooperação	24
1.8 Tipologia do capital social	28
1.9 Criação e transformação do capital social	28
1.10 Capital social no Brasil	30
1.11 Capital social e desenvolvimento no Rio Grande do Sul	32
2 A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM SÃO LEOPOLDO – RS	36
2.1 Ocupação do território e aspectos demográficos	36
2.2 Desenvolvimento econômico	42
2.3 Organização social dos imigrantes	50
2.3.1 O trabalho comunitário	52
2.3.2 O associativismo	54
2.4 A imprensa	58
2.5 Aspectos políticos	61
2.5.1 A Campanha de Nacionalização e seu impacto negativo sobre o capital social	61
2.5.2 Cultura política	63
2.5.3 Participação política	65
2.6 Desenvolvimento social e capital humano	73
2.7 Capital social e desenvolvimento de São Leopoldo	75
3 CAPITAL SOCIAL EM SÃO LEOPOLDO, HOJE	77
3.1 Participação em Grupos e Redes	78
3.1.1 Participação e religião	80
3.1.2. Participação, gênero e etnia	82
3.1.3. Participação, ocupação e formação escolar	83
3.2. Amizade e solidariedade	84
3.3 Confiança e solidariedade	86
3.3.1. Confiança e criminalidade	88
3.3.2. Confiança nas instituições políticas	89

3.4. Ação coletiva e cooperação	90
3.5. Informação e comunicação	91
3.6. Coesão e inclusão social	92
3.7. Empoderamento e ação política	95
3.8. Participação e capital social: aprofundando a compreensão	96
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A – Organizações Sociais de São Leopoldo	113
ANEXO B – Mapa da Cidade de São Leopoldo	142
ANEXO C – Questionário	143

INTRODUÇÃO

O capital social é um dos conceitos mais relevantes nos atuais estudos sobre desenvolvimento, os quais buscam uma alternativa à tradicional conceituação reducionista de desenvolvimento econômico, que predominou até a década de 1980. O termo “desenvolvimento”, naquela época, era tido como sinônimo de crescimento econômico tão-somente, presente, por exemplo, na visão desenvolvimentista adotada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL e pelo governo brasileiro no período de 1950 a 1970. Nas últimas décadas, começou a tomar corpo um novo entendimento, uma ressignificação dessa visão, envolvendo as esferas política, econômica, social, cultural e ambiental.

A partir da mudança de paradigma sobre desenvolvimento, verificou-se o surgimento de um debate sobre o capital social como estimulador de uma nova percepção de ser humano como ator, capaz de promover, através das relações sociais e de confiança mútua, os desenvolvimentos social, econômico e político-institucional.

Segundo indica a literatura internacional, o capital social constitui-se num traço comum em regiões com um alto índice de desenvolvimento, nas quais se destacam as redes de relações, a capacidade de organização e associação, a confiança e o civismo. Os estudos apontam que o capital social, quanto mais utilizado, maior será o seu estoque, trazendo benefícios, e irradiando-se para as gerações futuras.

Dessa forma, ao se analisar o desenvolvimento de uma região, um número crescente de autores têm demonstrado a importância de considerar a contribuição do capital social; dos fatores histórico-culturais; das relações sociais; da capacidade de organização; das alianças formadas entre os atores sociais e da confiança recíproca; do sentimento cívico. Além de considerar a capacidade de o estado em estimular a participação política dos cidadãos e de apoiar ações que visem ao fortalecimento delas com as diversas teias que compõem a sociedade de forma justa e igualitária.

Por outro lado, as transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas nas últimas décadas com a acelerada urbanização, alteraram as tradicionais formas de expressão do capital social, as quais estavam associadas historicamente, em muitos casos, ao contexto do meio rural, ou dos pequenos núcleos urbanos. Essas mudanças ocorreram com a emergência de novas formas próprias do ambiente urbano complexo e contraditório, marcado entre outros aspectos pela exclusão social de contingentes populacionais significativos.

O tema “capital social” também alcançou destaque na comunidade científica, que, desde o final do século XX, passou a discutir seu conceito, sendo objeto de estudo em diversas disciplinas e áreas do conhecimento.

Apesar de ter sido o sociólogo americano James Coleman o responsável por introduzir na agenda acadêmica o conceito de capital social, foi através da obra de Robert Putnam que esse assunto obteve notoriedade.

Neste estudo, adota-se a abordagem cultural de capital social, proposta por Putnam (2002, p. 177): “o capital social diz respeito a características da organização social como, confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas”. No que tange ao vínculo entre os temas desenvolvimento e capital social, o pressuposto é que os elementos que compõem o capital social – normas de confiança, de cooperação, de reciprocidade, etc., quando organizam as ações dos indivíduos no cotidiano, resultam em benefícios diretos e indiretos, contribuindo para o bom desempenho do governo e das instituições democráticas, e promovendo o desenvolvimento de uma região em sentido amplo.

As pesquisas sobre capital social têm revelado que o mesmo possui repercussões nos mais diferentes níveis e áreas da sociedade, incluindo as econômicas e empresariais. Lazzarini, Chaddad e Neves (2000) ressaltam a importância do capital social para o desenvolvimento com a redução dos custos de transação, a maior oferta de micro crédito por parte de grupos de solidariedade e a geração de externalidades positivas pelas redes de relações interpessoais.

Importante ressaltar que nos estudos sobre o desenvolvimento econômico de regiões e países, ainda existem vários elementos inexplorados e a compreensão do papel das interações sociais e das suas relações possibilitam a inclusão de um novo elemento explicativo gerador de conhecimento. Ramos e Mariño (2005, p. 3) argumentam que

no processo contemporâneo de desenvolvimento interferem como condicionantes as configurações históricas regionais, sociais e físico-naturais, específicas de cada caso, as quais se projetam casualmente sobre o processo de desenvolvimento regional, inclusive sobre a sua dinâmica regional.

Apesar das lacunas, pode-se dizer que do ponto de vista mais geral o vínculo entre capital social e desenvolvimento está bastante bem estabelecido. Mas, há necessidade de aprofundar os estudos no ambiente local, mostrando em detalhe como acontece essa ligação nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

Nesse sentido, entende-se que o presente estudo, acerca de um dos municípios mais importantes do Rio Grande do Sul, São Leopoldo, pode trazer incremento ao conhecimento científico, bem como proporcionar elementos para pensar as estratégias locais e o direcionamento de políticas governamentais. Além disso, outro fator relevante é a condição urbana e metropolitana de São Leopoldo, pois existem ainda poucos estudos focados sobre o capital social nos centros urbanos das grandes metrópoles brasileiras. Assim, há questões importantes a serem respondidas, entre as quais a relação do capital social com fenômenos como a migração de cidades interioranas, ou do meio rural para um grande centro urbano; a desigualdade social; a violência e a criminalidade.

São Leopoldo está situado na região do Vale do Rio dos Sinos, na Grande Porto Alegre, com uma população estimada de 206.702 habitantes (IBGE, 2004). O município ocupa a 13ª posição no ranking do PIB dos municípios do Rio Grande do Sul e apresenta características sociais comuns em ambientes metropolitanos.

A opção pela pesquisa sobre capital social e desenvolvimento no município de São Leopoldo foi feita a partir de duas razões importantes. A primeira refere-se à constatação, apresentada por vários autores, sobre a presença de um estoque

importante de capital social na metade norte do estado do Rio Grande do Sul, entre eles Bandeira (1997); e em regiões de colonização germânica, segundo Correa (2003).

Nas investigações sobre o capital social nas regiões de colonização alemã há vários estudos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc, de modo que este trabalho coloca-se na continuidade de outros. Por ser o berço da colonização germânica no Estado, uma das suposições que guiou a pesquisa desde o seu início é a de que São Leopoldo constitui-se historicamente um importante estoque de capital social que influenciou o processo de desenvolvimento do município.

Por se tratar de um trabalho pioneiro em relação ao capital social do município de São Leopoldo, o objetivo de investigar relações de causalidade entre o estoque de capital social e o nível de desenvolvimento alcançado pelo município foi considerado demasiado para as circunstâncias no momento. Não há trabalhos acadêmicos disponíveis para amparar tal objetivo, seja do ponto de vista da história do município, seja de estudos sobre as características do capital social nos dias atuais. Por isso, os objetivos traçados fora: (i) buscar elementos históricos indicativos sobre os vínculos entre capital social e desenvolvimento em São Leopoldo e (ii) caracterizar o capital social existente no município nos dias atuais.

O problema central que orienta este trabalho é o seguinte: *quais as características do capital social em São Leopoldo no início do século XXI?* Esse problema central desdobra-se em diversas questões, como: *quais as formas históricas de manifestação do capital social em São Leopoldo? Os grupos, redes, organizações e formas de interação e comunicação existentes hoje indicam um capital social majoritariamente do tipo *bonding*, ou também do tipo *bridging*, ou ainda *linking*? O nível de confiança interpessoal é elevado ou reduzido? De que modo o capital social se apresenta em termos de gênero, classe social e escolaridade?*

A estratégia de pesquisa utilizada é estudo de caso, cabendo lembrar que, segundo Yin (2002), o estudo de caso é um dos caminhos para realização de pesquisa em ciência social. A literatura indica que o estudo de caso é ainda

histórico, pois estudos retrospectivos permitem a comparação dos fatos no decorrer de um período de tempo. Assim, o período de tempo considerado na pesquisa inicia em 1824 estendendo-se até a atualidade.

Conforme assinalado anteriormente, ressalta-se que a pesquisa tem um caráter fundamentalmente descritivo e, pela inexistência de investigações anteriores sobre a temática do capital social em São Leopoldo, é um estudo exploratório.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, abordam-se as principais referências teóricas sobre capital social e desenvolvimento, buscando-se inter-relacionar desenvolvimento não apenas com a dimensão econômica, mas com as dimensões social-humana, cultural-ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Já o referencial teórico sobre capital social foi construído a partir do trabalho de Putnam (2002), enfatizando a organização social, as relações de confiança, normas e sistemas, a cooperação entre os agentes e a busca de soluções coletivas que aumentam a eficiência da sociedade.

O segundo capítulo faz uma rememoração da trajetória histórica do município, que inicia com a chegada dos imigrantes alemães em 1824, recuperando aspectos da organização social, da economia, da política e dos elementos relacionados à formação do estoque do capital social, como os que se referem ao associativismo, ao civismo, às relações sociais informais, às manifestações de confiança e cooperação, à existência e acesso aos meios de comunicação, instituições e regras favoráveis à cooperação.

Uma contribuição inovadora do trabalho é o levantamento das organizações sociais existentes no município no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2006. Esse levantamento mostra que formas tradicionais de organização do meio rural – sociedades de canto e tiro, por exemplo – presentes no primeiro século da colonização deram lugar a um conjunto variado de organizações sociais próprias do meio urbano, como as associações de moradores, clubes de futebol e ligas esportivas, associações escolares e de pais e mestres.

No terceiro capítulo, são apresentadas algumas características do capital social em São Leopoldo no início do século XXI, a partir da exposição dos resultados de uma pesquisa de opinião feita no ano de 2006, com a aplicação de questionários em domicílios, nos diversos bairros da cidade. Foi utilizado parcialmente um instrumento formatado por especialistas de diversos países, sob os auspícios do Banco Mundial, com foco em aplicações nos países em desenvolvimento – o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS - versão resumida (GROOTAERT et al., 2003). Com o objetivo de assegurar a representatividade dos resultados em relação ao contexto do município, o QI-MCS foi adaptado segundo a realidade existente e aplicado em áreas geográficas distintas. Para calcular a amostra, foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao ano de 2004. Assim, foram aplicados 300 questionários, considerando uma margem de erro de 4,74 pontos percentuais, com um nível de confiança de 90%. Os resultados desse questionário, tratados estatisticamente, são a base empírica da resposta ao problema da pesquisa que versa sobre as características do capital social atual em São Leopoldo.

1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

1.1 Capital social, desenvolvimento e território

Nos últimos anos, têm proliferado os estudos que analisam o processo de desenvolvimento a partir de uma ótica que supera o viés tradicional, que equiparava desenvolvimento com crescimento econômico. O conceito de capital social é um dos que tem despertado maior interesse nesses estudos, incorporando elementos inovadores ao tema do desenvolvimento.

Contrariamente ao que se acreditava, esses estudos têm demonstrado que o desenvolvimento depende de vários fatores não diretamente econômicos, entre os quais o capital social - que se refere a fatores sociais como redes horizontais de associação entre indivíduos e normas de confiança e reciprocidade.

Nesse sentido, Franco (2002, p.72-73) explica que

o desenvolvimento tem muitas dimensões – econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica [...] todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto, determinado-o ou, em particular, cada qual condicionando-o.

Nas palavras de Amartya Sen (2000), o desenvolvimento expressa-se no aumento das liberdades fundamentais do ser humano, abrangendo aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, em sentido amplo. Para que o desenvolvimento ocorra é requerido

que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18).

Essa concepção de desenvolvimento vem sendo orientadora de importantes estudos sobre o desenvolvimento regional. Para Becker (2000), o desenvolvimento de uma região deve partir da valorização do potencial endógeno e da participação dos atores no processo de desenvolvimento. Boisier (1996, p. 10) define o

desenvolvimento regional como “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”. E para Schmidt (2003, p. 218-9),

a interrelação entre o econômico e o social vem sendo enfatizada como elemento central do desenvolvimento, de modo que a desigualdade (iniqüidade), antes aceita como inevitável e até desejável nas etapas iniciais dos processos de desenvolvimento, passa a ser considerada como um obstáculo fundamental a ser superado, especialmente na América Latina. O capital humano e o capital social são considerados fatores fundamentais do progresso.

A observação de Abramovay (2000, p. 6) sobre o conceito de território é fundamental para o presente estudo, que tem como foco o município de São Leopoldo:

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido do próprio desenvolvimento econômico.

Compatível com esse entendimento acerca de desenvolvimento, a investigação aqui empreendida sobre a trajetória de São Leopoldo considera a ampla “trama de relações históricas, configurações políticas e identidades” do município. Ou seja, não reduz a análise a uma equação matemática ou algo assim, mas investiga como as redes sociais, a confiança, a reciprocidade e a cooperação permearam as relações sociais naquele contexto e favoreceram o crescimento econômico, a construção da democracia, a eficácia das instituições políticas e sociais e outros elementos próprios do desenvolvimento.

1.2 Conceito de capital social

Uma das conceituações mais conhecidas de capital social é a de Robert Putnam (2002, p. 177): “o capital social diz respeito a características da organização social como, confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a

eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas”, facilitando assim as relações de coordenação e cooperação entre os agentes. No mesmo sentido, mas em outras palavras, Coleman (1988) define o capital social como um conjunto de normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social que são consideradas importantes no funcionamento não somente da sociedade como também da economia. Também aponta a principal característica do capital social com relação aos demais tipos de capital - a sua intangibilidade - e ressalta que a sua existência depende das relações sociais que são as fontes de capital social. Outro conceito convergente com os já citados é o de Franco (2001, p. 51-52), que ressalta que o capital social se expressa em relações sociais e na capacidade de as pessoas trabalharem visando aos interesses coletivos e objetivos comuns, além de se associarem e compartilharem normas e valores.

O conceito de capital social adquiriu maior expressão na década de 1990, sendo amplamente utilizado na sociologia, economia, antropologia, ciência política e outras áreas. Apesar das diferentes abordagens em torno do conceito, há uma afluência crescente entre os estudiosos sobre a importância das relações sociais, tanto no nível individual quanto no coletivo, para o processo de desenvolvimento.

O interesse no tema capital social como objeto de pesquisa foi potencializado por pesquisas que apresentaram explicações inovadoras para as diferenças de crescimento econômico e de desenvolvimento social entre países, regiões e comunidades. Elas indicaram que em regiões com capital natural, financeiro e humano similares, o diferencial consistia nas desiguais dotações de capital social.

O resultado dos estudos desenvolvidos por Putnan acerca do capital social na Itália foi publicado na obra *Making democracy work: civic traditions in modern Italy* (1993), com ampla repercussão, a qual foi traduzida no Brasil sob o título *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (2002). Esse mesmo autor divulgou sua pesquisa sobre o declínio do capital social nos Estados Unidos na obra intitulada *Bowling alone: the collapse and revival of América community*, em 2002. Essas obras, especialmente a primeira, estão ainda hoje entre as principais referências para os estudos acerca do capital social, os quais se multiplicaram na literatura internacional neste início de século.

No seu estudo, Putnam (2002) analisou os diferentes resultados produzidos pela descentralização política da Itália através da criação de governos regionais, comparando as regiões Norte e Sul. O autor concluiu que o desempenho institucional mais positivo do Norte ocorreu devido a uma sociedade civil mais forte e atuante do que a do Sul. No Norte, segundo o autor, é mais robusta a “comunidade cívica”, na qual os cidadãos dotados de “virtude cívica” têm participação ativa nos negócios públicos. O significado básico da virtude cívica parece residir em “um reconhecimento e uma busca perseverante do bem público à custa do interesse puramente individual e particular”, diz Putnam (2002, p. 101).

Para Putnam (2002, p.162), a comunidade cívica teve sua origem histórica nas repúblicas comunais do Norte da Itália medieval com “as práticas do republicanismo cívico” através da participação popular nas deliberações públicas. Essas mudanças nas instituições políticas e econômicas estabeleceram vínculos horizontais de colaboração e solidariedade cívica, melhorando o desempenho governamental, alavancando o progresso político e econômico. Nesse sentido ressalta que “na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estreitamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico”.

Putnam na mesma obra (p. 137), ainda afirma que tais mudanças políticas faziam parte do “desabrochar da vida associativa, com o surgimento de comunas, guildas, sociedades comerciais, novas formas de solidariedade [que] expressavam um sentimento mais vívido de igualdade”. Além das guildas, organizações locais como *vicinanze* (associações comunitárias), *populus* (organizações paroquiais que geriam os bens da igreja local e elegiam seu pároco), confrarias (sociedades religiosas para mútua assistência) e *consorterie* (sociedades formadas para oferecer segurança mútua) tinham papel predominante nos negócios locais.

Pode-se inferir, segundo essa ótica, que dados históricos passados e recentes indicam que os fatores socioculturais devem ser considerados na explicação das diferenças regionais da Itália. No entanto, Putnam (2002, p.169) alerta contra explicações reducionistas, ressaltando que “qualquer interpretação baseada num único fator certamente será equivocada”, pois as tradições cívicas por si só não são responsáveis pelo progresso econômico, mas podem “explicar porque

o Norte conseguiu reagir mais eficazmente do que o Sul aos desafios e oportunidades dos séculos XIX e XX”.

1.3 Civismo

Conforme Putnam afirma na obra *Comunidade e Democracia*, na comunidade cívica está presente a igualdade política, dado que tal comunidade “se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência”. Ressalta que o grau de civismo de uma comunidade está estreitamente ligado à “igualdade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo”. (Putnam, 2002, p. 102).

Para Putnam (2002), uma das formas fundamentais de participação política na democracia é o voto. Porém, ele alerta que o comparecimento às urnas deve ser analisado com cuidado. No caso da Itália, a participação eleitoral não pode ser tomada como um indicador confiável de participação cívica de um modo geral, pois há pouco tempo havia a obrigatoriedade do voto nas eleições e a predominância da política do clientelismo em algumas regiões. De 1974 em diante, começaram a utilizar o referendo como um dispositivo constitucional, pois, para eles, o que leva alguém a votar em um referendo é a preocupação com as questões públicas; em contra partida, o referendo não constitui num instrumento eficaz para quem quer auferir vantagens pessoais imediatas. Putnam avalia que há uma qualidade política muito diferente na participação do cidadão nos referendos e nas eleições gerais. Esta reflete a política do clientelismo; aquela, a política do debate. Ele verifica em sua pesquisa que em algumas regiões há um maior comparecimento às urnas para participar de decisões que envolvem as questões públicas, e menor participação nas eleições preferenciais; e em outras regiões ocorre exatamente o contrário, ou seja, nestas os cidadãos se deixam envolver pelo clientelismo.

O grau de comparecimento às votações é outro diferencial entre as regiões: “as diferenças regionais no número de votantes nos sucessivos referendos revelaram-se marcantes e estáveis, mesmo quando as médias nacionais decaíram”. O índice de comparecimento às urnas nos cinco principais referendos realizados

entre 1974 e 1987, constata Putnam (2002, p.109), “foi em média de 89% na Emilia-Romagna, contra 60% na Calábria”.

A natureza da política é diferente nas regiões italianas e isso define o comportamento político: em algumas regiões “a política implica deliberação coletiva sobre as questões públicas” e em outras regiões “a política é hierarquicamente organizada e liga-se mais diretamente a vantagens pessoais”. (PUTNAM, 2002, p. 110).

Ainda no mesmo estudo, Putnam percebe importante relação entre fatores políticos e fatores sociais: o comparecimento às urnas nos referendos acontece onde se concentra grande número de associações civis e também de pessoas bem informadas, que lêem jornais; como resultado o governo é mais eficiente, pois há mais consciência cívica. Assim, pode-se dizer que as comunidades cívicas se caracterizam por apresentarem associações civis, por estarem bem informados sobre os fatos políticos e por participarem das votações que elegem seus governantes. E, acrescente-se, nas comunidades cívicas, os cidadãos virtuosos, além de participarem ativamente dos negócios públicos com igualdade política, mantêm relações de solidariedade, confiança e tolerância mútua.

As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’ no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente. (PUTNAM, 1996, p.103).

Putnam (1996, p.103) alerta, ainda, que na Itália “as regiões menos cívicas são as mais sujeitas à velha praga da corrupção política”, incluindo a máfia e outras formas de corrupção.

No que se refere aos índices de afiliação a partidos políticos, revelaram-se similares nas regiões italianas mais cívicas e menos cívicas. No entanto, a afiliação sindical é mais comum nas regiões cívicas. Putnam (2002) considera que no caso italiano a igreja e a religiosidade são fatores adversos ao capital social, pois na igreja italiana são mais característicos os vínculos verticais de autoridade do que os

horizontais, e no plano regional e individual “parece haver incompatibilidade entre sentimentos religiosos e engajamento cívico” (PUTNAM, 2002, p.120).

Putnam (2002) buscou encontrar evidências sistemáticas entre os padrões de solidariedade e de participação cívica. Para isso, definiu quatro indicadores de civismo: dois baseados na concepção tocquevilliana referentes à comunidade cívica e dois referentes ao comportamento político. Assim, foi estudada a vibração da vida associativa, através de um levantamento de todas as associações italianas; a conexão entre periódicos locais (jornais); a vitalidade cívica e associação; e, por último, a correlação existente entre o voto preferencial e o referendo, com ênfase na motivação do cidadão.

1.4 Relações de sociabilidade

Na sociedade existem sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais formais e informais que podem ser horizontais – quando reúnem agentes com o mesmo *status* e poder; ou verticais – quando os agentes têm posições desiguais quanto à hierarquia e dependência, de acordo com os estudos de Putnam (2002).

As relações formais de sociabilidade estabelecem-se de forma institucionalizada em associações, cooperativas, sociedades recreativas de lazer e de mútua assistência, sindicatos, grêmios estudantis e organizações religiosas.

Já as relações informais de sociabilidade são construídas a partir de atividades de lazer e esportivas com amigos, reuniões sociais com colegas de trabalho e de profissão, participação de festas em clubes sociais, encontros com membros da mesma igreja e/ou religião, visitas a parentes e amigos ou contatos por telefone.

No estudo sobre a Itália, Putnam (2002, p.184-85) verificou a tendência de as pessoas fazerem parte de círculos mais próximos e fechados com familiares e amigos íntimos, destacando que “os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas de ação coletiva”, no entanto os sistemas de participação cívica podem “abranger amplos segmentos da sociedade, fortalecendo

assim, a colaboração no plano comunitário”.

1.5 Associativismo

A pesquisa constatou que a vida associativa se constitui em um indicador de sociabilidade cívica, pois algumas delas reforçam e materializam regras e valores da comunidade cívica. Seriam as associações civis que promovem “hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” entre seus membros (Putnam, 2002, p.103), por exemplo, associações comunitárias, sociedades, cooperativas e clubes desportivos. Ressalte-se que os participantes dessas associações mantêm relações horizontais, por isso a essência do capital social está nos sistemas de participação cívica, uma vez que estas desenvolvem o “espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos” (PUTNAM, 2002, p. 104).

Outro fator positivo visto na participação dos indivíduos em grupos heterogêneos é que eles desenvolvem atitudes moderadas em prol da interação do grupo, podendo auxiliar na obtenção de autodisciplina e de espírito colaborativo e também adquirirem maior consciência política. Isso reforça a teoria de que o associativismo pode contribuir para a democracia e para a boa governança, afirma Putnam (2002, p.104)

A correlação existente entre os indicadores quantitativos de participação cívica nas regiões italianas no século XIX e XX revelou que os cidadãos “eram os mais interessados em exercer o direito de voto recém-adquirido” nas regiões horizontalmente organizadas; ao passo que naquelas em que predominavam os vínculos verticais do clientelismo, havia restrição da participação cívica (PUTNAM, p. 159).

Destaca-se que as regiões italianas, onde existia participação cívica, no final do século XX, são praticamente as mesmas em que havia a maior concentração de cooperativas, associações culturais e sociedades de mútua assistência no século XIX, regiões nas quais as confrarias religiosas, guildas e associações comunitárias contribuíram para as “repúblicas comunais no século XII” (PUTNAM, p. 171-172).

1.6 Informação e comunicação

Putnam (2002, p. 106) vê uma relação indispensável entre comunicação e vida em comunidade. Assinala que no mundo contemporâneo, vários meios de comunicação de massa exercem a função de “pregoeiro público”, mas ressalta que os jornais desempenham um papel de destaque por reservarem maior espaço para as questões comunitárias e que por sua abrangência geográfica podem atingir um número maior de pessoas, fazendo com que os leitores tenham mais informações e assim mais condições de participar das decisões políticas. “O número de leitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários”, enfatiza o autor.

Tocqueville desenvolveu notáveis estudos sobre a vida social e política dos americanos, descrevendo as realidades sociais e mostrando os condicionamentos históricos políticos desde a colonização inglesa, enfatizando a existência de uma conexão entre vitalidade cívica, associações e periódicos locais na sociedade moderna. Nas palavras de Tocqueville (1962) apud Putnam (2002, p. 106):

Quando já não mais existem laços firmes e duradouros a unir homens, é impossível obter a cooperação de um número deles, a não ser que se consiga convencer cada homem cujo auxílio é necessário de que ele estará servindo aos seus próprios interesses unindo voluntariamente seus esforços aos de todos os demais. Isso não pode ser feito habitualmente e convenientemente sem o auxílio de um jornal. Somente um jornal pode apresentar a mil leitores o mesmo pensamento ao mesmo tempo. (...) Portanto uma associação democrática dificilmente pode prescindir de um jornal.

Tocqueville (1962) também acreditava que a imprensa era o principal instrumento de circulação da vida política e que poderia contribuir para a formação da opinião pública, buscando a participação dos indivíduos nos processos decisórios.

1.7 Confiança, solidariedade, ação coletiva, cooperação

Fukuyama (1996, p. 21-22) partilha das opiniões fundamentais de Putnam acerca das relações entre capital social e desenvolvimento, particularmente na ênfase aos elementos culturais. Caracteriza o capital social como “a capacidade de

as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns”, ressaltando a capacidade de associação que “depende do grau de partilha de normas e valores no seio de comunidades e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses mais latos do grupo”.

A ação coletiva em prol de causas comuns depende fortemente da existência de níveis expressivos de confiança: “a confiança nasce desta partilha de valores e tem, como veremos, um vasto e mensurável valor econômico”. Há uma notória relação entre confiança e desenvolvimento, destacando que “o bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, são condicionados por uma única e sutil característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade em causa” (FUKUYAMA, 1996, p.19).

O desenvolvimento de sistemas de participação numa comunidade favorece nos cidadãos a cooperação mútua, o que segundo Putnam (1996, p.183) é um “poderoso efeito secundário”, porque eles “aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual”, “promovem sólidas regras de reciprocidade”, e “facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos”.

Putnam (1996) considera a confiança um componente básico do capital social, identificando as normas e as cadeias de relações sociais como outras formas de capital social, as quais, quando usadas, tendem a multiplicar-se; e, com a falta de uso, tendem a extinguir-se. Isso explicaria a criação e a dilapidação do capital social. Ele defende que a confiança pode ser disseminada através das relações sociais.

Sobre estoque de capital social, Putnam (2002, p. 180) destaca que numa sociedade que herdou regras de ajuda mútua e de participação na vida pública, e possui considerável estoque de capital social, a colaboração social voluntária torna-se mais fácil, pois

a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos na Itália cívica.

Em resumo, a confiança é um dos principais elementos do capital social, pois sem confiança não pode haver cooperação e reciprocidade. Putnam destaca a existência de dois tipos de reciprocidade: a *balanceada*, que refere-se à troca simultânea de itens de mesmo valor, e a *generalizada* ou *difusa*, que refere-se a uma relação de troca que a qualquer momento pode não ser correspondida, mas que cria uma expectativa mútua de no futuro haver retribuição do favor concedido. E afirma Putnam (2002, p. 182) “a regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social”.

Putnam (2002, p. 177) destaca que o capital social, como outras formas de capital, é produtivo, permitindo a realização

de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que um grupo que careça de confiabilidade e de confiança [...].

No Sul da Itália, a falta de capacidade do Estado em cumprir as leis e os contratos fortaleceu o poder de grupos informais como o crime organizado e “a antiga cultura da desconfiança” também colaborou para isso. Nesse sentido, Putnam (2002, p. 156) faz uso das palavras de Gambetta ao enfatizar que “a desconfiança filtra-se através da escala social, e a imprevisibilidade das sanções gera incerteza nos acordos, estagnação no comércio e na indústria, e uma relutância geral contra as formas impessoais e abrangentes de cooperação”.

O grande peso conferido por autores como Putnam e Fukuyama aos elementos culturais na abordagem do capital social provocou a contestação de diversos outros pesquisadores, especialmente dos neoinstitucionalistas, dentre eles Abu-El-Haj (1999, p. 68), que destaca os aspectos centrais da análise crítica à vertente culturalista.

1.8 Tipologia do capital social

Os estudos sobre o capital social evidenciaram a existência de diferentes tipos de capital social. Uma distinção básica é entre capital social *positivo* e *negativo*, que se encontra na obra de Putnam. Segundo Celina Araújo (2003, p. 10), o capital social positivo constitui a “argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum”. O capital social negativo decorre do fato de que “a capacidade associativa pode ter seu lado perverso”. Um exemplo disso são as associações criminosas, cujos objetivos são de transgredir a ordem social.

Com terminologia diferente, mas no mesmo sentido, Bandeira (2003, p. 54) distingue o capital social *produtivo* do *perverso*: “quando as redes sociais são isoladas ou trabalham contra os interesses coletivos da sociedade o capital social ‘produtivo’ é substituído pelo [...] ‘perverso’”. Cita como exemplo os guetos, as *gangs* e cartéis e explica que esse tipo de capital social não contribui para o desenvolvimento.

A tipologia do capital social é bastante variada. Uma das mais utilizadas é a classificação do capital social em *bridging*, *linking* e *bonding*, com foco na posição dos agentes, como o faz Leonardo Monastério (2002, p. 30-31):

- a) Capital social *bonding*: envolve os vínculos entre agentes de mesma posição. São os grupos homogêneos, voltados “para dentro”, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. São os “laços fortes” entre vizinhos, amigos e familiares.
- b) Capital social *bridging*: reporta-se aos laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos. São as relações sociais mais distantes que trespassam as fronteiras sociais, e as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais.
- c) Capital social *linking*: refere-se às ligações verticais entre os pobres e pessoas em postos de decisão em organizações formais.

Monastério (2001, p. 4) estabelece uma relação entre os tipos de capital social e a qualidade do desenvolvimento:

maiores estoques de capital social dos tipos *bridging* e *linking* estão presentes em grupos e sociedades mais prósperos e menos desiguais, havendo maior fluidez em sentido vertical. Já o capital social tipo *bonding* predomina em grupos e sociedades mais pobres, desfavorecidos e desiguais, com menos fluidez no sentido vertical.

Na presente pesquisa, para analisar o processo de desenvolvimento de São Leopoldo, serão utilizados o conceito de capital social positivo e a tipologia *bonding*, *bridging* e *linking*, em razão da fecundidade das análises decorrentes dessa tipologia e a sua adequação para o caso brasileiro, como mostrou Monastério.

1.9 Criação e transformação do capital social

O debate sobre a criação do capital social nos territórios ou regiões nos remete a discussões complexas. Existem duas vertentes teóricas que tratam da criação do capital social: a *culturalista*, que entende que o capital social decorre de tradições sócio-históricas de cooperação, a partir de relações de confiança e práticas participativas desenvolvidas ao longo do tempo; e a *neoinstitucionalista*, que ressalta a relevância de fatores institucionais, ou seja, particularmente a influência das instituições políticas na criação de capital social, possibilitando a aceleração do seu processo de criação.

Putnam (2002), representante do viés culturalista, afirma que o capital social pode se manifestar de diferentes formas nas relações sociais, pelas regras de reciprocidade e pelos sistemas de participação cívica. Enfatiza que a confiança presente na organização social aumenta a eficiência de uma sociedade e facilita ações coordenadas de cooperação e está diretamente relacionada à eficiência das instituições e à participação em associações voluntárias, que visam ações coletivas.

Na vertente neoinstitucionalista, Coleman (1988) explica que o capital social, assim como outras formas de capital, pode ser acumulado e reproduzido. Também ressalta que a existência do capital social depende das escolhas racionais dos atores sociais, baseadas na confiança recíproca, garantindo a eficácia da ação

coletiva. Segundo essa vertente, existe uma lógica funcional e utilitária para a criação do capital social.

Abu-El-Haj (1999, p.70-72) analisa as duas vertentes, a partir da contribuição de autores como Robert Putnam, Peter Evans e Jonathan Fox, identificando uma polarização teórica entre as duas abordagens interpretativas do capital social, a do culturalismo e a do neoinstitucionalismo. No trabalho de Putnam, destaca Abu-El-Haj, o que explica a existência de capital social é “o predomínio do elemento cultural no grau de avanço do associativismo horizontal e a complementação de ações junto às instituições públicas”. Já Evans e Fox, diz Abu-El-Haj, explicam “que a ausência de horizontalidade social [ou capital social], na grande maioria dos países em desenvolvimento [ou regiões/territórios subdesenvolvidos], é fruto de ações políticas preteridas pelos regimes autoritários”. A ação estatal pode tanto mobilizar as forças sociais como também dispersá-las, ensinam esses autores. A argumentação neoinstitucional ressalta o poder das instituições públicas na criação do capital social e secundariza o elemento cultural. O Estado passa a ter a função de ação reguladora da interação social, sendo capaz de desempenhar um “ativismo político mobilizador do capital social”, ainda segundo Abu-El-Haj. Esse ativismo institucional tem a capacidade de incentivar “as redes cívicas adormecidas ou historicamente reprimidas a ganharem uma vida autônoma” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 72). Nesse entendimento, torna-se possível a formação de capital social, inclusive em condições adversas. Fox aponta três fatores fundamentais para tal:

O primeiro é associado à natureza das elites políticas predominantes no Estado. A ocupação das instituições por alguns reformistas criaria condições favoráveis a uma intervenção política construtiva do Estado. O segundo – que consiste na história de lutas, na ideologia e na missão concebida pelos diversos atores políticos envolvidos nas mobilizações coletivas – influencia o caráter pragmático e a viabilidade das reformas propostas. O terceiro fator, elemento-chave no êxito da mobilização, é a experiência de vida das lideranças, relacionada ao princípio de “mutação e conservação de energia social” apresentado por Hirschman (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 72).

Schmidt (2003, p. 214) avalia que as vertentes culturalista e neoinstitucionalista não são necessariamente opostas, que podem ser tomadas numa perspectiva complementar. Aponta que

é possível e necessário reconhecer a relevância que um alto estoque de capital social possui para o sucesso econômico e a qualidade democrática de um país, e ao mesmo tempo assinalar a importância da mobilização do capital social através da ação sinérgica entre o poder público, a sociedade civil e o mercado.

Diante do que foi exposto, é assumida aqui a perspectiva que propõe a complementaridade entre as duas vertentes, ou seja, a formação e a manutenção de capital social é influenciada pela existência de estoques prévios de valores culturais como confiança e reciprocidade, geradas ao longo do tempo; a existência de um ambiente democrático de igualdade de direitos e de igualdade na distribuição de renda; governos comprometidos com o bem-estar social, os quais promovam a participação dos cidadãos nos negócios públicos e favoreçam o associativismo horizontal, a parceria entre instituições e o acesso à informação.

Conclui-se que o estoque e o perfil de capital social de uma nação, região ou comunidade transforma-se ao longo do tempo, não é estático, pelo contrário, está sujeito a oscilações e mudanças profundas. Conforme será mostrado no próximo capítulo, o município de São Leopoldo modificou-se ao longo de sua história e seu capital social apresenta hoje características distintas daquelas de algumas décadas anteriores.

1.10 Capital social no Brasil

O processo histórico de formação da cultura política brasileira foi marcado por relações paternalistas, personalistas e clientelistas, o que pode explicar os déficits de capital social e a baixa participação política dos brasileiros nos dias atuais. Nesse sentido, Baquero (2001, p. 6) explica que “longe de se estar construindo uma cultura política participativa e democrática, materializa-se uma cultura política fragmentada e individualista, com pouco capital social”.

Após vinte e dois anos de reinstalado o regime democrático no Brasil, o reflexo das reiteradas denúncias sobre corrupção, envolvendo integrantes das várias esferas do governo, de partidos políticos, de deputados, de senadores, do judiciário e de outros representantes dos poderes constituídos, tem-se manifestado nas pesquisas de opinião.

As pesquisas da Organização Não-Governamental Latinobarómetro – que vem fazendo levantamentos na América Latina desde 1996 sobre as percepções acerca da democracia – têm revelado a descrença dos brasileiros a respeito das instituições democráticas e dos políticos. Em 1996, o índice dos entrevistados que responderam que preferiam a democracia a qualquer outra forma de governo era de 50%; em 1997, esse percentual se manteve, mas nos anos subsequentes, ele continuou decaindo. Em 2000, caiu para 39%; em 2001, para 30%. Nos anos seguintes, houve oscilações: em 2002, passou a 37%; em 2003, para 36% e em 2004 o percentual chegou a 41% (<http://.comciencia.br/reportagens/2005/07/04.shtml>).

Denise Paiva, da Universidade Federal do Goiás, após análise do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB, argumenta que

a insatisfação dos brasileiros com a democracia diz respeito ao mau funcionamento das instituições democráticas que tem resultado no prejuízo das condições de vida dos brasileiros e na falta de melhoria dos indicadores sociais (<http://.comciencia.br/reportagens/2005/07/04.shtml>).

Além da baixa confiança nas instituições e nos agentes políticos, os brasileiros têm apresentado baixos índices de confiança interpessoal. Em 2003, dos 17 países pesquisados pelo Latinobarómetro, o Brasil aparece em último lugar: apenas 4% dos brasileiros afirmaram que se pode confiar na maioria das pessoas, sendo que a média no continente é de 17%. O Uruguai é o país que apresenta a mais alta porcentagem no quesito confiança: 36% (2003, <http://latinobarometro.org>).

É importante ressaltar que o Latinobarómetro não trabalha com a tipologia de capital social *bonding*, *bridging* e *linking*. A pergunta formulada por esse Instituto sobre a confiança interpessoal foi: “*Falando de modo geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que alguém nunca é suficientemente cuidadoso no trato com os demais?*”. Essa forma de perguntar não é apropriada para captar dados sobre a confiança depositada em pessoas próximas (capital social *bonding*).

Conforme posicionamento assumido por Monastério (2002), em países como o Brasil, a tendência é que seja exatamente o capital social *bonding* o mais expressivo.

Ao analisar a estruturação política, a institucionalização de formas antidemocráticas, o questionamento e insatisfação da sociedade civil com relação às ações governamentais, Baquero (2001) conclui que no Brasil o baixo índice de capital social pode ser explicado pela falta de confiança entre as pessoas e nas instituições – o que pode resultar num frágil e instável sistema democrático.

Outro estudo importante sobre capital social no Brasil é o de Paula Pavarina (2003), focado mais especificamente no Estado de São Paulo, que busca identificar a origem histórica das desigualdades regionais. A autora destaca que estudos vêm apontando fatores tais como os recursos naturais, a importância do café, a acumulação de capital no setor privado, a estrutura viária e os investimentos do setor público como condicionantes na ocupação do território em cada região do Estado, para explicar o desenvolvimento desigual em São Paulo. Esta explicação teria por base a “teoria da localização ou economias e deseconomias de localização”, deixando de analisar os condicionantes sociais, ou seja, “as raízes históricas, políticas, civis e sociais que delineiam o pano de fundo para o desempenho econômico” (PAVARINA, 2003, p. 66). Esta estudiosa, apoiando-se na formulação teórica proposta por Putnam, relaciona os índices de desigualdade das regiões paulistas com os diferentes estoques de capital social, concluindo que “o capital social é um importante elemento para explicar as diferenças no crescimento e no desenvolvimento econômico” no Estado de São Paulo. Também conclui que o “estoque de capital social presente relaciona-se com o estoque passado, tendo em vista a morosidade para mudança nas condições cívicas e na confiança” (PAVARINA, 2003, p.141).

1.11 Capital social e desenvolvimento no Rio Grande do Sul

Diversos estudos têm enfatizado a relevância do capital social como elemento explicativo do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul e as desigualdades entre as regiões.

Monastério (2002), em sua investigação sobre o capital social na região Sul do Rio Grande do Sul e sobre as origens das desigualdades regionais, ressalta que na Campanha, onde os índices de desenvolvimento são menores, as dotações de

capital social também são baixas, concluindo que o legado da escravidão na região Sul influenciou as relações de confiança, de associativismo e de civismo. Tanto Pavarina (2003), em São Paulo, quanto Monastério (2002), no Rio Grande do Sul, confirmam a tese de Putnam (2002) de que a formação de um estoque de capital social é um processo histórico, resultado de condições sociais e políticas estabelecidas ao longo do tempo.

No caso gaúcho, destaca-se também a pesquisa de Pedro Bandeira, realizada em 2001, intitulada *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social*. O autor dividiu o estado gaúcho em três macrorregiões: Sul, Norte e Nordeste, investigando as diferenças existentes quanto à dotação de capital social. São Leopoldo faz parte da macrorregião Nordeste. Seguindo os resultados obtidos em 2001, Bandeira apresentou, em 2003, o estudo *O capital social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. Segundo o autor (2003), a formação do Norte do estado e das áreas não-metropolitanas foi marcada pela imigração européia, em contraste com a formação do Sul, cuja matriz cultural foi predominantemente ibérica. Além disso, os habitantes das áreas coloniais tiveram pouco contato com a escravidão, pois a legislação proibia que os imigrantes adquirissem escravos.

Bandeira (2003) destaca que o Vale dos Sinos apresenta especificidades importantes. São Leopoldo foi o berço da colonização no Rio Grande do Sul e, especialmente nas últimas décadas, sofreu um processo de *conurbação*¹ semelhante aos demais municípios próximos à capital que fazem parte da região metropolitana. Bandeira (2003) aponta que os indicadores de sociabilidade informal (participação em associações voluntárias e pessoas com índices elevados de envolvimento em atividades políticas) da região Nordeste 1 assemelham-se aos índices apresentados pela região Sul do estado, os mais baixos índices de capital social entre as regiões. O autor conclui que no Rio Grande do Sul não existe “uma relação linear e direta entre a dotação de capital social das regiões e seu dinamismo econômico no passado recente”. Também apresenta a hipótese de que as transformações ocorridas nas últimas décadas na região metropolitana de Porto

¹ *Conurbação* - aglomeração formada por uma cidade e suas cidades satélites. (Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse Seleções. São Paulo: Seleções do Reader's Digest, 1982, vol. 1, 244p.)

Alegre, com as elevadas taxas de imigração e alta densidade de ocupação, alterou as formas de sociabilidade e padrões de convivência que ainda se mantêm em localidades menores.

Ainda aponta que o tempo gasto com os deslocamentos (residência – local de trabalho) pode ser um obstáculo à participação em atividades sociais (BANDEIRA, 2003, p.183-184). Dessa forma, expõe que

as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul devem ser entendidas como conseqüência de dinamismos econômicos territorialmente diferenciados resultantes de processos históricos que definiram potencialidades diversas para as várias porções do território do Estado (BANDEIRA, 2003, p. 145).

Nesse contexto, ocorre a articulação dos atores, a fim de promoverem o desenvolvimento, reduzindo as desigualdades regionais e fortalecendo os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A tese de Bandeira é fundamental para o trabalho ora desenvolvido, para além da simples recepção da tese de Putnam, segundo a qual, por sua localização geográfica e posição sócio-política, o município de São Leopoldo tenderia a apresentar níveis elevados de capital social, se comparado a outros municípios do estado. Trata-se de levar em conta as complexidades do processo de urbanização que envolveu o município de São Leopoldo, que apresenta características históricas similares a de regiões e países com um expressivo estoque de capital social. Porém, na segunda metade do século XX, São Leopoldo passou por um acelerado processo de urbanização e de inserção na região metropolitana de Porto Alegre. Com isso, as formas de capital social, próprias das primeiras décadas da colonização, inseridas no contexto de uma sociedade rural com baixa urbanização, alteraram-se profundamente. É possível que o estoque de capital social também tenha diminuído, pois o processo de urbanização no Brasil e no Rio Grande do Sul está associado aos fenômenos de desigualdade e exclusão social. Segundo a literatura internacional, em ambientes em que a urbanização é marcada pela exclusão, o capital social não só se transforma como tende a se reduzir. Guillermo Sunkel (2003, p. 329) afirma que os pobres urbanos vivem em uma situação de “redução das

oportunidades de acumular capital social” e que em tais ambientes “se aprecia um aumento da desconfiança interpessoal”.

Em síntese, para Putnam (2002, p.171), as tradições cívicas não podem ser consideradas o fator determinante do desenvolvimento, mas elas têm um peso importante num “processo dialético de reciprocidade”, no qual o processo histórico pode influenciar o desempenho institucional, auxiliando dessa forma as comunidades a enfrentarem os desafios das áreas econômica, tecnológica e social, consideradas fatores relevantes na promoção do desenvolvimento.

Pela literatura examinada, pode-se afirmar que a chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo representa um marco histórico pelas eficazes práticas colaborativas e organização social instituídas ao longo dos anos, as quais ainda hoje se fazem presentes na comunidade.

Nesse sentido, Putnam (2002, p.184) indica que

diante de novos problemas que requerem solução coletiva, homens e mulheres de toda parte vão buscar soluções no seu próprio passado. Os cidadãos das comunidades cívicas descobrem em sua história exemplos de relações horizontais bem sucedidas, enquanto os cidadãos das regiões menos cívicas encontram, quando muito, exemplos de suplicação vertical.

Douglass North apud Putnam (2002, p.190) explica que essa característica dos sistemas sociais de *subordinação à trajetória* pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente o desempenho de diferentes sociedades:

a subordinação à trajetória significa que a história realmente importa. É impossível compreender as opções de hoje (e precisá-las na modelagem do desempenho econômico) sem investigar a evolução incremental das instituições. Mas estamos apenas começando a importante tarefa de pesquisar as implicações da subordinação à trajetória (...). As restrições formais realmente importam. Para melhor responder a essas questões, precisamos saber muito mais sobre as normas de comportamento derivadas da cultura e sobre como elas interagem com as formais. Estamos apenas estudar a fundo as instituições.

Assim, com base na literatura estudada, serão analisadas as características atuais do capital social no município de São Leopoldo, apresentadas no próximo capítulo.

2 A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM SÃO LEOPOLDO – RS

A investigação aqui empreendida sobre a formação do capital social no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, busca, através da incorporação de elementos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais, uma compreensão do processo de desenvolvimento do Município que leve em conta a relevância dos aspectos ligados ao capital social, como o associativismo, a participação política, as interações sociais informais e outros modos de cooperação.

Como será evidenciado, há na trajetória histórica de São Leopoldo aspectos próprios do capital social, segundo indica a literatura, favoráveis ao desenvolvimento em suas diferentes dimensões.

2.1 Ocupação do território e aspectos demográficos

A ocupação do território, onde hoje se situa a cidade de São Leopoldo, foi anterior à da colonização alemã. Há registros da existência de negros africanos e de açorianos naquela região desde o século dezoito.

Considerando-se a escassa bibliografia que resgata a participação dessas etnias no processo de desenvolvimento de São Leopoldo, o presente estudo está focado na colonização alemã. Ressalta-se, no entanto, que a contribuição dos negros e dos açorianos foi fundamental para o processo de desenvolvimento que se pretende aqui analisar, sendo apontados a seguir alguns elementos nesse sentido.

Para a rememoração da história de São Leopoldo, é importante destacar que em 1788, a Coroa Portuguesa decidiu transferir a Real Feitoria do Linho Cânhamo, instalada no Rincão do Canguçu (atualmente município de Pelotas), para o Faxinal do Courita (hoje município de São Leopoldo). Assim, a Real Feitoria do Linho Cânhamo foi estabelecida pelo Governo Imperial com o objetivo incentivar o plantio do linho cânhamo em substituição à importação do linho de riga dos países bálticos.

Esse empreendimento econômico utilizava mão-de-obra escrava que trabalhava na plantação do linho cânhamo e na produção de cordas e de velas para

barcos, sendo que o escoamento da produção ocorria pelo rio dos Sinos até Porto Alegre, constituindo-se dessa forma na primeira economia da região.

Para se ter uma noção do número de negros estabelecidos no município de São Leopoldo, faz-se uso da carta escrita por Jozé Feliciano Fernandes Pinheiro a Jozé Thomas de Lima (APERS, 1924) sobre o fim das atividades da Feitoria em 1824, na qual indica a existência de 321 escravos. Esse dado é consistente com os apontados em estudos de autores como Moehlecke (1978), baseados em recibos de compra e venda, registros de batismo, casamento e óbito das igrejas protestante e católica. Dessa forma, acredita-se que muitos negros permaneceram com os imigrantes alemães e contribuíram para a construção da antiga colônia de São Leopoldo.

Fernando Henrique Cardoso (1977), ao fazer uma análise sobre a participação do negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, buscando estabelecer a sua relação com a lógica capitalista, discorre que a utilização da mão-de-obra escrava ocorreu diferentemente no Brasil Meridional: de forma regular na economia mercantil para atender o mercado exportador e de forma quase insignificante na economia de subsistência. Conclui-se assim que a participação do negro africano no processo de desenvolvimento foi “regulada pelo mecanismo econômico de produção”. (CARDOSO, 1977, p. 125)

Com referência à possibilidade de organização e ascensão social dos negros na sociedade brasileira, ressalta-se que eram tratados como mercadorias, sendo que a relação entre senhores e escravos ocorria de forma impositiva, sem possibilidade de os negros se expressarem, submetendo-se às ordens dos senhores e, muitas vezes, abstraindo-se da própria condição de ser humano.

A vinda dos portugueses, oriundos das Ilhas dos Açores, para o Sul do Brasil, por seu turno, pode ser considerada, por um lado, como uma ação coordenada que visava garantir a posse das terras à Coroa Portuguesa e; por outro, como a busca de uma solução para o desenfreado crescimento demográfico e fuga dos fenômenos naturais (sismos e vulcões) que atingiam a Ilha dos Açores.

Assim, a partir de 1751, iniciou-se a colonização açoriana na fronteira sul do Rio Grande do Sul com o objetivo de criar pequenos povoados com aproximadamente sessenta casais cada. No entanto, houve demora no cumprimento das promessas (terra, ferramentas, armas, sementes e pagamento de pensão), fazendo com que os açorianos vivessem em condições miseráveis. Posteriormente, também o Governo costumava confiscar a produção agrícola (trigo), fato que desestimulava a plantação. E conforme aponta Ramos (1997, p. 105) “não há registro de doação de terras antes de 1765”, ou seja, os açorianos também não tinham a posse da terra.

Apesar disso, destaca-se o papel histórico do açoriano na apropriação e defesa do território para a Coroa Portuguesa. Graebin (2004, p. 31) enfatiza que “os açorianos foram, assim, apontados como importantes na construção de um projeto civilizatório que caminhava no sentido de agregar ao território português o que foi considerado por esta historiografia como ‘terra de ninguém’”.

Assim, incentivados pela política colonialista da época, em 1822, nove casais de açorianos que iriam se instalar em Santa Catarina, preferiram o Rio Grande do Sul, encaminhando-se para a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Algum tempo depois, estabeleceram-se no chamado Rincão dos Ilhéus, em São Leopoldo (PORTO, 1996, p. 36). As principais atividades desenvolvidas pelos açorianos eram a cultura do trigo e a criação de pequenos animais para consumo doméstico.

Apesar do esforço da Coroa Portuguesa, a política de colonização, empreendida até 1824, não havia apresentado resultados econômicos significativos. Nesse sentido, com a intenção de povoar regiões com baixa densidade demográfica, diversificar a economia, buscar mão-de-obra livre e branca, formar núcleos coloniais de pequenos proprietários e valorizar as terras, o Governo Imperial Brasileiro instituiu uma política de estímulo à imigração através de ampla divulgação, inicialmente na Suíça, e após, na Prússia, oferecendo os seguintes benefícios (PORTO, 1996., p. 38):

- passagem paga à custa do governo imperial;

- concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças, em quadro, ou 160.000 de superfície;
- subsídio diário de um franco, ou 160 réis, a cada colono no primeiro ano, e metade desse valor no segundo ano;
- cada família, na proporção do número de pessoas, era ofertada uma certa quantidade de bois, cavalos, etc.

E ainda:

- concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro;
- inteira liberdade de culto;
- isenção por dez anos do pagamento de direitos.

No que se refere à manutenção dos subsídios do Governo Imperial aos imigrantes, Roche (1969, p. 102) afirma que “esses aspectos tão favoráveis não puderam ser mantidos, pois teriam pesado duramente no orçamento provincial”.

Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil, atraídos pela política do Governo Imperial, eram na sua maioria oriundos de estratos humildes da população alemã. Descapitalizados, sofriam com os invernos rigorosos e com a escassez de alimentos; e haviam saído da Europa por falta de oportunidade e perspectiva de futuro em consequência da Revolução Industrial e do crescimento demográfico. A primeira leva de imigrantes alemães desembarcou nas margens do rio dos Sinos, em São Leopoldo no dia 25 de julho de 1824.

Grande parte dos imigrantes alemães que aportaram no Brasil a partir de 1824, especificamente em São Leopoldo, veio de uma região chamada Hunsrück, havendo também imigrantes de regiões como Saxônia, Württemberg e Saxe-Coburgo (WILLEMS, 1980).

A estrutura social vigente no Brasil à época, latifundiária e escravocrata, não instituiu mecanismos legais, administrativos e financeiros, para cumprir os contratos

com os imigrantes. Dessa forma, a colonização alemã em São Leopoldo foi marcada por tensa disputa política pelo direito à propriedade, pelo reconhecimento da cidadania e de espaço na sociedade brasileira.

Os imigrantes e seus descendentes rapidamente ocuparam o território que lhes foi destinado. Com taxas de natalidade elevadas, chegavam a ter em média 8/9 filhos por família; espalharam-se pelo Vale dos Sinos, impulsionando o desenvolvimento, apoiados na agricultura, no comércio e posteriormente na indústria. Em razão do rápido crescimento da colônia, São Leopoldo foi desmembrado de Porto Alegre no ano de 1846, com a criação do município. Em 1864, a Sede Municipal foi elevada à categoria de Cidade.

No século XIX e primeiras décadas do século XX, a maior parte dos imigrantes e seus descendentes vivia no meio rural, dedicando-se a atividades agrícolas. Mas vários dos núcleos rurais tiveram um crescimento expressivo, urbanizaram-se e, ao longo do século XX, conquistaram a sua emancipação, como Novo Hamburgo (1927), Dois Irmãos (1938), Sapiranga (1954) – donde se originou Araricá (1995), Esteio (1954), Campo Bom (1959), Estância Velha (1959) – donde se originou Ivoti (1964), Dois Irmãos (1959), Sapucaia do Sul (1961), Portão (1963).

A taxa de urbanização, em 1940, estava em 40%. Na década seguinte, já ultrapassava os 53%. Em 1960, havia saltado para 71%. A partir dos anos 1970, a urbanização chegou perto dos 100%; em 1970, a 97% e em 2000, a 99%. A população rural, em 2000, era de apenas 652 pessoas, havendo não mais que 209 propriedades rurais.

A população de São Leopoldo, apesar das emancipações, teve um grande crescimento a partir de meados do século XX. Em 1900, a população era de 28.812 habitantes. Vinte anos depois chegava a 47.501. Em 1940, alcançava 52.049. A partir daí houve uma aceleração significativa, explicando-se as oscilações pelas emancipações: em 1950, 75.601 habitantes; em 1960, 63.441; em 1970, 64.433; em 1980, 98.592; em 1990, 167.907 e em 2000, 193.401. A população estimada para 2005, pelo IBGE, era de 209.611 habitantes.

A tabela a seguir apresenta a população total, a taxa de urbanização e de crescimento populacional de São Leopoldo ao longo do século XX.

Tabela 1 - Evolução da população total de São Leopoldo, taxa de urbanização e taxa de crescimento no século XX

Ano	População total	Taxa de urbanização (%)	Taxa média anual de crescimento (%)
1900	28.812		
1920	47.501		
1940	52.049	40,81	
1950	75.601	53,14	
1960	63.441	71,51	
1970	64.433	97,76	3,51
1980	98.592	96,22	4,35
1990	167.907	95,50	4,96
2000	193.401	99,66	1,58

Fonte: JARDIM e BANDEIRA, 2001.

O crescimento e o perfil da população de São Leopoldo foram influenciados de forma decisiva pelo fenômeno da migração, vinculada ao êxodo rural muito forte no estado e no país a partir da década de 1960. Contingentes consideráveis de migrantes transferiram-se das mais diversas partes do Rio Grande do Sul à região metropolitana e à capital. São Leopoldo recebeu um percentual importante desses migrantes. A população do município mais que triplicou em trinta anos: de 64.433 habitantes em 1970 para 193.547 no ano 2000.

A chegada dos migrantes acarretou também uma profunda mudança na composição étnica da população. São Leopoldo, berço da imigração alemã, passou a ter na miscigenação étnica, uma característica central da população. Além de lusos, negros, italianos, japoneses, poloneses e outras etnias compõem a população. Como disse o pesquisador Martin Norberto Dreher, por ocasião dos 182 anos da imigração, São Leopoldo é hoje uma cidade “pluriétnica” (JORNAL VALE DOS SINOS, 25/07/2006).

2.2 Desenvolvimento econômico

O expressivo desenvolvimento econômico das zonas coloniais deve-se a vários fatores, não propriamente econômicos, como o intensivo regime de trabalho e a capacidade para o comércio e a indústria. Além desses, podem ser citados os fatores culturais e sociais, por exemplo, a cooperação familiar e a organização social e comunitária, compreendidos na noção de capital social.

O modelo econômico implantado na colônia de São Leopoldo era de pequena propriedade. Segundo assinala Dreher (1999, p.52), “o conceito de ‘pequena propriedade agrícola’ variou ao longo dos anos, principalmente quanto a sua área. Em 1824 correspondia a 75ha, em 1850 representava 50ha e, posteriormente, em 1870, perfazia um total de 25ha”.

Assim, dentro da política de imigração da época, essas medidas correspondiam a uma colônia.

Na fase primeira da colonização alemã era praticada a cultura de subsistência, sendo que os principais produtos cultivados eram a batata doce, o feijão preto e a batata inglesa. Num segundo momento, buscando diversificar a produção, iniciaram a cultura do milho, da cana-de-açúcar e do fumo, a criação de porcos e a produção de banha.

À medida que os colonos foram-se instalando e cultivando as terras, a agricultura foi-se diversificando com vistas a atender o mercado local e também a exportação. Para Roche (1969, p. 403), o mecanismo de trocas instituído entre os agricultores e os comerciantes impulsionou o comércio, que “tem suas raízes nas colônias, e ao desenvolvimento destas deve sua prosperidade. [...] Houve, assim, simbiose entre o comércio e a agricultura”.

No período de 1824 a 1829, aportaram no Brasil cerca de 5.000 imigrantes, que foram assentados em São Leopoldo em pequenas colônias de terras, a fim de trabalhar na agricultura. Amstad (1999) destaca que esses imigrantes desenvolviam paralelamente atividades de comércio e indústria. A instalação de moinhos foi o

início da industrialização, pois eram acopladas prensas para produção de óleo, garantindo a fabricação de matéria-prima para a iluminação. Conforme registros de Hornmeier *apud* Amstad (1999, p.245), em 1856, havia nada menos que 32 prensas a óleo na colônia de São Leopoldo.

Devido à fartura das colheitas, parte delas era comercializada na própria localidade e o excedente era remetido para o mercado da capital, Porto Alegre; e as mercadorias produzidas na capital eram distribuídas entre as pequenas vendas rurais. A demanda por produtos manufaturados - farinha de trigo, azeite, aguardente, cerveja e tecidos de linho e de algodão - intensificou a produção artesanal familiar. Roche (1969, p. 481) ressalta que “o artesanato rural dividiu-se em dois ramos: o fornecimento dos artigos necessários à vida local e a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis”.

Com o estímulo do Governo Imperial para a cultura do trigo, a sua produção chegou a ser exportada de 1845 a 1850, mas declinou em função das intempéries, doenças e baixa produtividade.

O plantio do milho teve relevância para a região colonial, atendendo tanto o mercado interno quanto o externo. Segundo Roche (1969, p. 245), os imigrantes alemães cultivavam o milho e produziam o pão para o uso diário, merecendo também destaque o cultivo do feijão preto, da mandioca e a produção de banha.

Verifica-se assim que a região colonial foi propulsora da diversificação da agricultura na Província. Hornmeier *apud* Amstad (1999, p. 201) relata que, no ano de 1856 “[...] as colônias alemãs do Rio Grande do Sul não só abastecem a Província com seus produtos, como viajam a São Leopoldo compradores vindos de Montevideú, Rio, Bahia, Pernambuco”.

Impulsionada pelo comércio, a prosperidade da colônia foi aos poucos transformando a economia. O ambiente favorável fez com que alguns agricultores voltassem a desempenhar seus ofícios e assim apareceram os alfaiates, os charuteiros, os serralheiros, pedreiros, ferreiros, tamanqueiros, sapateiros e chapeleiros. Pode-se verificar alguns desses ofícios no quadro a seguir.

Tabela 2 - Estabelecimentos existentes na Colônia de São Leopoldo em 1858

Espécie de estabelecimento	Número	%
Moinho de azeite	30	3,46
Alfaiatarias	12	1,38
Casas de negócio	50	5,76
Moinhos de moer grão	50	5,76
Tanoaria	3	0,35
Ourivesarias	8	0,92
Sapatarias	30	3,46
Ferrarias	23	2,65
Marcenarias	10	1,15
Curtumes	32	3,69
Engenhos de Cana	28	3,23
Olarias	7	0,81
Fábrica de Louças de Barro	3	0,35
Funilarias	4	0,46
Carreiros	4	0,46
Chapelarias	2	0,23
Fábricas de Cerveja	5	0,58
Fábrica de Vinagre	1	0,12
Livrarias	1	0,12
Padarias	6	0,69
Farmácias	2	0,23
Atafonas	80	9,22
Engenhos de Serrar	5	0,58
Fábricas de Lombilhos	45	5,18
Fábricas de Cola	4	0,46
Fábricas de Charutos	12	1,38
Fábrica de Pentes	1	0,12
Fábrica de Cepos para Tamancos	32	3,69
Lavrantes de Lombilhos	160	18,43
Lojas de Corrieiros	2	0,23
Tecelões	18	2,07
Pedreiros	40	4,61

Canteiros	6	0,69
Construções de Embarcações	2	0,23
Carpinteiros	53	6,11
Carniceiros	8	0,92
Serralheiras	16	1,84
Carvoeiros	8	0,92
Músicos	40	4,61
Fazedores de Cestas	12	1,38
Fazedores de Vassouras	10	1,15
Cordoeiros	3	0,35
Total	868	100,00

Fonte: PETRY, 1964, p.67.

O desenvolvimento do artesanato rural teve seu ápice entre 1880 e 1890, sendo que após esse período houve um declínio, tendo em vista a expansão do comércio e a concorrência dos produtos importados (ROCHE, 1969).

O desenvolvimento da indústria foi mais lento se comparado ao desenvolvimento da agricultura e do comércio. Afirma Roche (1969, p. 503) que “a implantação da indústria é, todavia, antiga. Mas, depois de haver deitado algumas raízes, teve de esperar circunstâncias favoráveis para desenvolver-se e lançar ramos vigorosos”. Porto (1996) indica que em 1843, na colônia de São Leopoldo, havia duas fábricas de azeite de mamona; trinta e quatro engenhos de cana-de-açúcar; quatro engenhos de serrar madeira e trinta e seis engenhos de mandioca.

Pelo desenvolvimento econômico e social alcançado, São Leopoldo era considerado importante celeiro agrícola e já estava construindo as bases para uma produção industrial, contribuindo para a dinamização da economia da Província. E o progresso manifestou-se em várias áreas, desde a arrecadação provincial (conforme tabela abaixo) até o aspecto urbano com o surgimento de novas construções, jardins e praças, pela circulação de pessoas nas ruas principais, pelas oficinas e pequenas fábricas.

Tabela 3 - Arrecadação da Cidade de São Leopoldo – 1862-1866

Ano	Valor
1862-1863	5:958\$837
1863-1864	4:320\$098
1864-1865	6:129\$038
1865-1866	6:268\$815

Fonte: PORTO, 1996, p.176.

Porto (1996) ressalta que, com o objetivo de apresentar a grande variedade de produtos agrícolas e industriais desenvolvidos na Província, foi realizada, de 4 de outubro de 1881 a 5 de fevereiro de 1882, a Exposição Brasileira-Alemã que contou com a participação de vários municípios, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 4 - Participação de São Leopoldo na Exposição Brasileira-Alemã (1881-1882)

Produtores	Produtos
Cristiano Lamb	Cordas de linho
Panitz e Irmãos	Licores, conhaques e bebidas diversas
Frederico Michaelis	Farinha de mandioca
Miguel Steigleder Filho	Vinho de mel
Carlos Wilk	Vinhos
C. Haertel	Cervejas
Conrado Dietrich	Aguardente
Felipe Dreyer	Vinhos
Jacob Roth Junior	Fumo
Germano Becker	Fumo
Felipe Renner	Copos de madeira qässia
J. Muller	Móveis de vime
A. Steckel	Aparelho para matar formigas
Jacb Koch	Aguardente
Miguel Friedrichs	Rebolos
Jacob Nabinger	Flores de penas

Jacob Engel	Preparados para crina
Jacob Eleirer	Álcool de cana
Gabriel Kondörfer	Algodão em rama
Jacob Jänsen	Cervejas
G. Frederico Brussius	Cerveja e outros produtos
Frederico Mentz	Óleos
Vicente Schmitt	Caronas e lombilhos
Guilherme Lenz Presser	Banha de porco
Otto Rensch	Desenhos de uma máquina a vapor
Jacob Uebel	Colchas acolchoadas
A. Steckel	Pinturas a óleo
Guilherme Rottermund	Trabalhos

Fonte: PORTO (1996, p.214)

Já na Exposição Provincial de 1866, os colonos de origem alemã ou de descendência direta apresentaram também uma quantidade de produtos variados: fumo, vinho, tecidos de algodão e linho, cordas, chapéus, presuntos, salsichões, carne defumada e salgada, licores, cerveja, couros, calçados e artigos de selaria. Além de trabalhos de ferreiros, ferradores, armeiros, litógrafos, de um fotógrafo e de um cinzelador de ouro e prata (ROCHE, 1969).

Assim sendo, o desenvolvimento da colônia de São Leopoldo entre os anos de 1850 a 1900, ocorreu com a produção e a manufatura de produtos agrícolas e caracterizou-se pela expansão e consolidação do comércio, através da comercialização dos excedentes entre os imigrantes alemães da capital e da colônia, tornando Porto Alegre, capital da Província até 1889, centro de consumo e exportação dos produtos coloniais e também das relações administrativas e políticas da região colonial.

De acordo com dados publicados pela administração municipal, em comemoração ao centenário da criação (Lei Provincial de 1º de abril de 1846) e de instalação (24 de julho de 1846) do município de São Leopoldo, em 1946 ainda havia considerável produção agrícola de milho, feijão, arroz, trigo, centeio, batata, aipim, mandioca, cana-de-açúcar e frutas. Também havia o cultivo de eucalipto,

acácia negra, amoreiras e tungue. Na época, em São Leopoldo, estavam instalados 500 estabelecimentos fabris: curtumes, atafonas, calçados e outros artefatos de couro, manilhas e mosaicos, cal, artefatos de alumínio, fósforos, seda e material bélico e munições, papel e papelão, artefatos de metal, pentes, correntes, vidros, artefatos de borracha, de ebonite, de baquelite e fúnebres, móveis, botões de osso, de metal, de madrepérola e matéria plástica, fogareiros de pressão e gaseificação natural, cola animal e cimento, facas, tanino da acácia negra, velas para filtro, cadeados, fechaduras, roupas, café, botas, pilhas elétricas, níveis, telas de arame, peneiras, tecidos, goma, escovas, cerâmica, graxa e sabão, padarias, tipografias, moinhos de farinha de milho e trigo, fábricas de álcool, vinagre, fogões, camas patentes e de ferro. De acordo com Dreher (1999, p. 50), dois anos depois, em 1948, a revista publicada pela Associação Comercial de São Leopoldo informava os dados sobre os estabelecimentos: 734 fábricas e 720 casas comerciais.

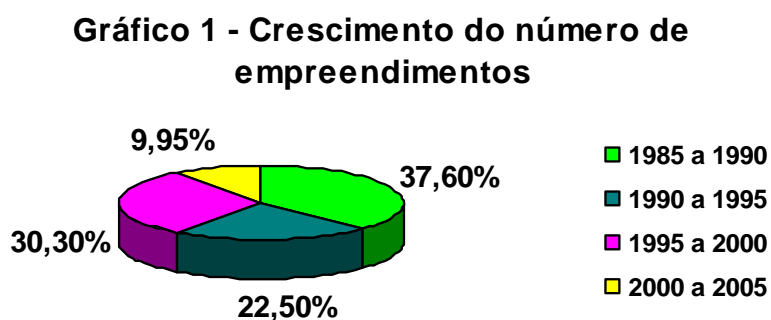
Outro fator de relevância no processo de implantação e desenvolvimento econômico-social da colônia de São Leopoldo foi a navegação fluvial. Ela era o principal meio de transporte tanto para passageiros quanto para o escoamento da produção e constituía-se numa atividade econômica explorada pelos imigrantes e seus descendentes.

Com o passar dos anos, o transporte fluvial, que inicialmente era feito por gabarras, foi sendo substituído por barcos a vapor e, após a década de 1870, iniciou-se a construção da linha férrea, diminuindo as distâncias entre a região colonial e a capital da Província. E, segundo Amstad (1999), em 1874, foi construído o trecho de 33 quilômetros da ferrovia, ligando Porto Alegre a São Leopoldo. Essa foi a primeira linha férrea construída no Rio Grande do Sul e funcionou por mais de cem anos.

Mais tarde, a indústria passou a ser o setor econômico mais desenvolvido, seguido pelo comércio e prestação de serviços. A base industrial foi fortemente marcada pela metalurgia e borracha, havendo ainda fábricas do ramo de alimentos, de química, de calçados, de vestuário, de ferramentas, de componentes para a indústria automobilística, de equipamentos cinematográficos, de cordoaria e de louça sanitária. Mais recentemente, a partir de 1999, foi instalado o Pólo de Informática,

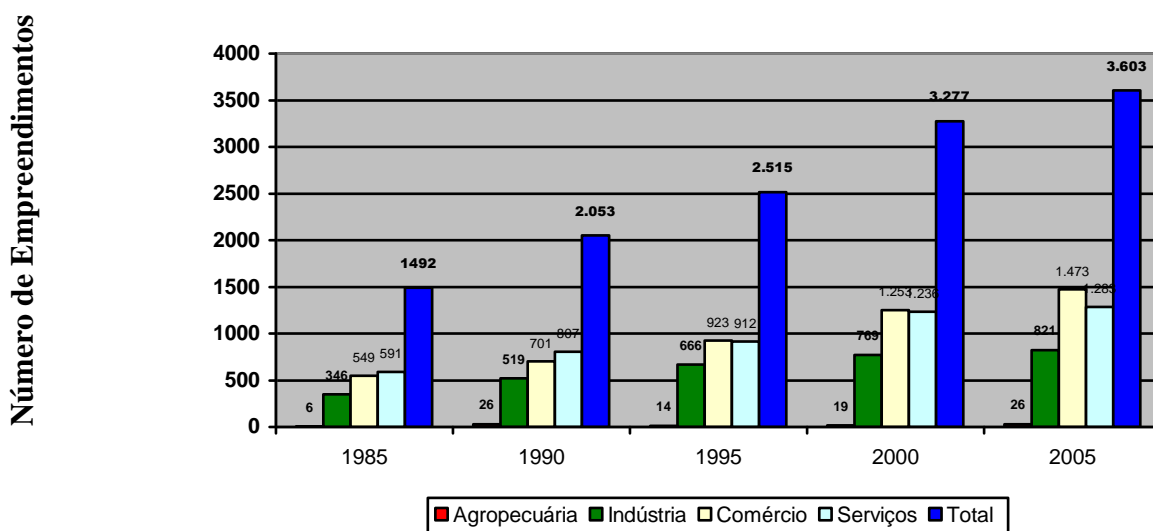
em cooperação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O Produto Interno Bruto – PIB de São Leopoldo alcançou, em 2004, o montante de R\$ 2.005.186.000,00, o que correspondeu a um PIB *per capita* de R\$ 9.701,00.

Segundo o Perfil Econômico, publicado em maio de 2007 pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Leopoldo, com ênfase na trajetória econômica do município no período de 1985 a 2005, verificou-se, com base na Relação Anual das Informações Sociais do Ministério do Trabalho, que o crescimento do número de empreendimentos foi de 2.111 estabelecimentos, sendo 924 no setor comércio; 692 no setor serviços e 475 no setor indústria, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Ainda segundo o Perfil Econômico (2007), observa-se que em 2005 o setor com maior representação foi o comércio com 40% dos empreendimentos; seguido pelo setor de serviços com 36%; na terceira posição encontra-se o setor industrial, respondendo por 23% dos empreendimentos, conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Estabelecimentos por Grande Setor de 1985 a 2005



É importante destacar que a importância econômica de São Leopoldo no contexto estadual modificou-se ao longo do século XX. Nos primórdios, o Município destacou-se como produtor de alimentos e produtos primários. Aos poucos, as emancipações reduziram o seu grande território e sua contribuição no setor agrícola ficou praticamente reduzida a zero. Todavia, o crescimento da indústria assegurou-lhe uma posição de destaque no cenário estadual. O PIB total, acima mencionado, situa o Município na 11ª posição no ranking estadual. Mas, pelo PIB *per capita*, o Município fica em 322º lugar no ranking (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA).

2.3 Organização social dos imigrantes

Para superar as dificuldades e adversidades da fase pioneira, os colonos alemães buscaram a sobrevivência através do trabalho e da construção da “solidariedade étnica”, conforme menciona Roche (1969, p. 99). Com o passar dos anos, foram adquirindo consciência coletiva ou identidade étnica – sentimento de pertencimento étnico fundamentado na origem, exaltado pelo uso cotidiano da língua alemã, pela preservação de usos e costumes e pela intensa vida social (SEYFERTH, 1994).

Torna-se importante salientar que a identidade étnica surgiu como reação dos imigrantes ao contato com a sociedade brasileira, particularmente de sua elite, na qual predominava a idéia de que o lugar do colono era no meio rural e ali deveria permanecer, sem possibilidade de ascensão social. O colono era visto pela elite brasileira como pobre, estrangeiro, um subcidadão.

A análise de Tramontini (2003, p.142) sobre a organização dos imigrantes na fase pioneira considera a luta política uma forma de obter o reconhecimento da comunidade e encaminhar soluções conjuntas: “a ênfase das relações internas e externas ao grupo de imigrantes e a necessidade de encaminhar problemas partilhados, estariam na base da organização do grupo, ressaltando seu fundamento étnico, como processo dinâmico e conflituoso”.

As picadas ou trilhas de acesso às propriedades, com o passar do tempo, passaram a ser “orientadoras e organizadoras” das comunidades, tornando-as geograficamente identificáveis. Nelas era possível encontrar o templo, católico ou luterano, a escola, o cemitério, a residência do padre ou pastor e o salão de festas comunitário (DREHER, 1999, p.55).

O isolamento geográfico a que os imigrantes estavam submetidos na fase pioneira encontrava na família a célula principal para superar os inúmeros desafios. No entanto, foi necessário desenvolver outras formas de cooperação a fim de defender os interesses dos colonos de forma dinâmica nas questões políticas, econômicas e sociais, o que, segundo Tramontini (2003), não configura o que muitos autores chamam de isolamento social.

As reivindicações dos colonos por seus interesses eram trazidas às autoridades administrativas através de abaixo-assinados e requerimentos coletivos, que solicitavam desde assistência médica e espiritual até construção de escolas, igrejas e estradas, conforme mostra Moehlecke (1978).

A incapacidade do Governo Brasileiro em atender as necessidades básicas da população fazia com que os imigrantes se organizassem em grupos, formando

associações, com fins específicos, para atender a demanda por serviços e viabilizar assim a vida na colônia.

Rambo (1988, p.10) expõe a situação dos imigrantes do seguinte modo:

Desde muito cedo, puseram em marcha uma série de mecanismos e de estratégias de sobrevivência física e cultural. Organizaram as suas comunidades, estruturaram um comércio sempre mais amplo, desenvolveram um artesanato variado e eficiente, construíram suas igrejas e edificaram uma vasta rede escolar de cunho nitidamente comunitário.

Na fase pioneira, além do caráter espiritual, a Igreja desempenhou um papel importante nas práticas sociais entre os imigrantes, pela organização das escolas comunitárias e eventos recreativos e culturais.

2.3.1 O trabalho comunitário

As condições estruturais e sociais em que se processou a adaptação dos imigrantes alemães em São Leopoldo e no Rio Grande do Sul foram elementos motivadores na constituição de um tipo de sociedade com forte acento na comunidade.

Um aspecto interessante a ser destacado é que, ao contrário da cultura existente entre os descendentes de origem lusitana, a mulher alemã sempre teve uma importante participação nas decisões familiares, na comunidade, desenvolvendo atividades associativas, conforme ilustra Rambo (1988, p. 73): “[...] A mulher por princípio jamais foi excluída. Sua participação não foi apenas permitida. Pelo contrário. Em muitos casos, a mulher foi expressamente convocada, mediante a criação de setores femininos em muitas sociedades”.

A explicação para a inegável vocação ao associativismo demonstrada pelos imigrantes alemães em terra gaúcha, segundo diversos autores, tem a ver com a bagagem cultural que trouxeram de além-mar. Segundo Roche (1969, p. 36), os imigrantes carregavam em sua bagagem um tal ou qual instinto de se associarem a fim de enfrentar os mais diversos desafios.

No entanto, sabe-se que na Alemanha do século XIX ainda inexistiam mecanismos democráticos e tampouco podia se falar de uma sociedade civil organizada e atuante, aspectos característicos do período posterior a Segunda Guerra Mundial. A bagagem cultural comunitária das primeiras levas de colonizadores tem a ver com a vida no *Dorf* (aldeia) e possivelmente com algumas experiências municipais de descentralização política que podem ser consideradas como indicativos de uma cultura cívica. Schmidt (2002, p. 98) destaca que

pode-se aventar a hipótese de que a notável capacidade de cooperação e organização local demonstrada pelos imigrantes alemães em solo brasileiro, além de outros fatores, seja expressão de uma *memória de autonomia municipal e de descentralização política* herdada da tradição germânica.

Nos primeiros anos da colonização, diante do árduo trabalho e da luta pela sobrevivência, há poucos registros de manifestações de associativismo, alguns se resumem praticamente aos *Kerbs*, às festas de casamento e às atividades das igrejas e das escolas. A demora e a incapacidade de o Estado atender as necessidades econômicas, sociais e culturais, fazia com que os colonos alemães buscassem a solução para suas demandas através da cooperação em comunidade.

E foi pela religião e pela educação que surgiram os primeiros espaços de organização comunitária. À medida que as “linhas” ou “picadas” iam-se estabelecendo, foram criadas as igrejas; as comunidades se organizaram, constituindo as diretorias (*Kirchenvorstand*), que tinham como atribuição elaborar o projeto, obter os recursos materiais e/ou humanos para construir e manter a igreja e o cemitério.

Na tradição alemã, a formação política, social, religiosa e cultural era relevante. Por isso, as comunidades, com o propósito de assegurar a educação aos filhos, criaram as diretorias escolares (*Schulvorstand*) que tratavam desde a construção, administração, contratação de professores até a elaboração do material didático das escolas. Os currículos escolares eram elaborados observando-se a construção do conhecimento a partir da realidade. Destaca-se que nas comunidades rurais, o número de analfabetos era praticamente nulo.

Para Rambo (1988, p. 18), “a escola, portanto, e também a igreja significava, desta maneira, um assunto da exclusiva competência e responsabilidade das comunidades”. Salienta-se que as escolas comunitárias teutas faziam parte de um projeto relevante para os imigrantes, pois elas poderiam despertar os alunos para a cidadania através do “efetivo comprometimento e engajamento nas estruturas sócio-econômicas, culturais e religiosas locais e regionais”, segundo Kreutz (1994, p. 151). As escolas comunitárias foram-se multiplicando e “nas décadas de 1920/30, os imigrantes alemães haviam organizado, na região rural do Estado, uma rede de 1.041 escolas comunitárias com 1.200 professores” (KREUTZ, 1994, p.151).

O fim das escolas comunitárias nas colônias alemãs ocorreu a partir da Campanha de Nacionalização, deflagrada em 1938, sendo as mesmas substituídas por escolas públicas.

2.3.2 O associativismo

Em 1849, chegaram à colônia de São Leopoldo os padres jesuítas vindos da Alemanha, Áustria e Suíça, os quais dedicaram-se às atividades paroquiais, sendo que sua principal contribuição foi no âmbito do ensino. Além disso, tiveram relevante contribuição na disseminação e promoção do associativismo. Ressalta-se, nesse sentido, o trabalho liderado pelo Pe. Teodoro Amstad sj., reconhecido por ter lançado as bases do cooperativismo no Brasil.

Segundo Rambo (1988), a partir de 1850, os imigrantes alemães começaram a colocar em prática as tradições culturais trazidas da Europa, utilizando as diversas formas de associativismo e para os mais variados fins:

- **para a promoção de esportes:** sociedades e/ou clubes de ciclismo, futebol, *rowing*, tênis, corridas de automóveis, *yachting*, tiro ao alvo de espingarda e de revólver, caça, natação, atletismo e o escotismo;
- **para a promoção da arte e da música:** sociedades e/ou clubes de dança rítmica ou clássica, canto coral e fotografia;
- **para a promoção de assistência social e da saúde:** variadas organizações assistenciais voltadas aos pobres e doentes;

- **para o estímulo e aperfeiçoamento profissional:** associações formadas por professores e educadores alemães evangélicos e católicos;
- **para a promoção da juventude:** organizações formadas pela juventude católica alemã; e
- **para a promoção do desenvolvimento:** através da criação da Associação Rio-Grandense de Agricultores.

Em 1900, após diversas reuniões e tendo como um dos principais mentores intelectuais o Pe. Teodoro Amstad sj, foi criada a Associação Rio-Grandense de Agricultores com o seguinte desafio: “construir nas colônias do Brasil Meridional uma sociedade economicamente próspera, humanamente solidária, eticamente correta e religiosamente sadia” (RAMBO, 1988, p. 188). Salienta este autor que essa associação tinha um propósito interétnico, intercultural e ecumênico, cujo lema era *viribus unitis* ou “com a união dos esforços”. E seus principais objetivos podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) assistência ao agricultor;
- b) melhoria da agricultura (utilização de novas técnicas no manejo da terra, novas culturas e produtividade);
- c) melhoria da produção pecuária (aprimoramento das raças);
- d) desenvolvimento de um parque industrial;
- e) estímulo à cultura.

Através dessa associação, foi popularizado o modelo cooperativo como alternativa viável para a economia colonial, deixando várias sementes que mais tarde vieram a germinar: as cooperativas de produção e de crédito. Assim, após dez anos de existência, a Associação foi transformada em sindicato rural.

Um dos principais registros sobre as tradições culturais das regiões coloniais é a obra *Verband Deutscher Vereine - Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul - 1824-924* (1999), comemorativa aos cem anos da imigração alemã no Brasil, que expressa as condições favoráveis à associação e à cooperação que havia na

época: “No Brasil como em outros países onde se encontram alemães confirma-se sua lendária inclinação ao associativismo. Diante dessa constatação, não poucos falam em ‘mania associativa” (ibid., p. 301-302) Essa obra comprova a existência de mais de 300 entidades nas regiões coloniais, formadas por alemães e seus descendentes, sendo que a maioria delas foi criada a fim de promover o lazer e as atividades artísticas. Consta também que havia associações em quase todas as localidades coloniais de algum porte, as quais se dedicavam ao lazer espiritual e ao coração. Eram sociedades de canto, música, teatro, orquestras, círculos de leitura, etc.

A tabela abaixo apresenta a relação de associações do município de São Leopoldo constante na *Verband Deutscher Vereine* (1999).

Tabela 5 - Associações existentes em São Leopoldo – 1824-1924

Sede	Nome	Fund.	Sócios
01 Dois Irmãos	Sociedade de Atiradores		120
02 Dois Irmãos	Sociedade de Amparo Mútuo		124
03 Dois Irmãos	Sociedade União Popular		
04 Teewald	Sociedade União Popular		
05 Teewald	Caixa de Poupança	1904	
06 Tannenwald	Sociedade de Canto		
07 Bom Jardim	Sociedade de Atiradores	1914	60
08 Bom Jardim	Sociedade de Canto Frohsinn	1901	133
09 Bom Jardim	Sociedade de Canto Eintracht	1916	90
10 Bom Jardim	União de Cantores	1916	63
11 Bom Jardim	União Fraternal	1919	75
12 Bom Jardim	Sociedade de Música	1897	
13 Joaneta	Sociedade União Popular		
14 Joaneta	Sociedade Rio-Grandense	1922	
15 Holanda	Caixa de Poupança		

Fonte: Verband Deutscher Vereine. Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul, p. 356.

As transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, associadas à urbanização e à migração, alteraram profundamente o perfil do associativismo no

município. Formas tradicionais de organização no meio rural, como as sociedades de atiradores, sociedades de canto e cooperativas de crédito, deram lugar a um conjunto variado de organizações próprias do ambiente urbano.

O levantamento das organizações sociais existentes no município de São Leopoldo - feito pela autora no decorrer desta pesquisa e constante no ANEXO A – indica que em 2006 havia 1.459 organizações de diferentes tipos. A tabela abaixo traz as principais formas de organização e o respectivo número de unidades.

Tabela 6 - Organizações sociais em São Leopoldo - 2006

Tipo de organização	Nº
Sindicatos de trabalhadores	37
Cooperativas e associações de geração de renda	38
Associações de produtores e pró-desenvolvimento	8
Associações de moradores	221
Corais	3
Clubes de mães e grupos de mulheres	42
Clubes de futebol e ligas esportivas	156
Sociedades recreativas e culturais germânicas	57
Centros de Tradições Gaúchas	67
Clubes de serviços	17
Associações escolares e de pais e mestres	118
Comunidades religiosas	143
Associações de funcionários	29
Movimentos sociais e ONGs	56
Organizações patronais	39
Associações e sindicatos de profissionais	51
Entidades assistenciais	111
Entidades e clubes recreativos e culturais	83
Entidades estudantis	56
Sociedades ambientais	13
Organizações diversas	116
TOTAL	1459

Fonte: Pesquisa realizada pela autora.

Um primeiro aspecto que chama a atenção nos dados da tabela é o elevado número de organizações: 1.459. Isso mostra que o caráter associativo, marcante desde as primeiras décadas da colonização germânica no Município, ainda se mantém. Esse dado permite afirmar que, apesar de todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, mantém-se um significativo estoque de capital social expresso na capacidade de organização dos cidadãos.

Um segundo elemento é a diversidade das organizações – 21 diferentes tipos, sendo que a classificação “organizações diversas” engloba uma variada gama de entidades. Essa variedade está ligada à própria complexidade da sociedade leopoldense, própria do ambiente urbano e metropolitano.

Um terceiro aspecto é que os principais tipos de organizações sociais existentes hoje em São Leopoldo são os que agregam moradores do mesmo bairro ou condomínio residencial: associação de moradores (221 entidades); entidades promotoras de lazer e cultura - sociedades e clubes recreativos e culturais, centros de tradições gaúchas, sociedades recreativas e culturais germânicas, corais (210); entidades esportivas - clubes de futebol e ligas esportivas (156); comunidades religiosas (143) e entidades assistenciais (111). São organizações vinculadas ao capital social *bonding*.

2.4 A imprensa

A existência de meios de comunicação e o acesso dos cidadãos à informação são componentes relevantes do capital social, conforme a literatura. Nas zonas coloniais alemãs, a considerável organização social e comunitária dos imigrantes e de seus descendentes foi acompanhada pela criação de uma imprensa voltada às comunidades, redigida na maior parte na língua alemã, ou em versão bilíngüe alemão- português, constituída por cartilhas didáticas, livros, almanaques, jornais, periódicos e publicações de associações.

Fenômeno basicamente urbano que emerge na década de 1850, vinculado geralmente a grupos políticos e às Igrejas, essa imprensa foi bastante atuante até o

final da 1ª Guerra Mundial e contribuiu significativamente para a identidade cultural das comunidades e a manutenção do germanismo. Segundo Roche (1969, p. 658),

Contribuindo para que os colonos sentissem que possuíam em comum todo um patrimônio cultural, graças ao conhecimento e à conservação da língua de origem, fêz renascer e reforçou uma solidariedade que ultrapassou o plano lingüístico e cultural, atingindo imediatamente o domínio cívico e político.

Entre os principais periódicos publicados em língua alemã no Rio Grande do Sul estão os seguintes: *Deutsche Zeitung*, *Neue Deutsche Zeitung* e *Deutsche Volksblatt*; de Porto Alegre; *Kolonie*, de Santa Cruz do Sul; *Die Serra Post* (de Ijuí); e *Deutsche Post*, de São Leopoldo. Roche (1969, p. 163) afirma que a tiragem da imprensa teuto-riograndense nunca foi muito grande, de modo que no final do século XIX não mais que 10% das famílias instaladas nas picadas assinavam um jornal, mas para os padrões brasileiros eles eram bastante significativos. Rüdiger (1998, p. 136) registra que em 1930, os 22 periódicos em circulação no estado chegaram a ter 60 mil assinantes.

O município de São Leopoldo, considerado por várias décadas o centro da colonização alemã no Rio Grande do Sul, contou com importantes expressões da imprensa. O historiador René Gertz citado por Vogt (2005, p. 261) contabilizou a existência de 144 jornais e revistas em língua alemã no Estado, sendo que dessas, 23 tinham sua sede em São Leopoldo. Destaca-se o *Boten von São Leopoldo*, jornal que circulou de 1867 a 1877; o *Deutsche Post*, de 1877 a 1928; e a publicação *Deutsche Evangelische Blatter*, fundada em 1919, segundo relata Amstad (1999, p. 292-295).

Roche (1969, p. 663) registrou os assinantes do *Deutsche Post*, um dos maiores periódicos em circulação no Rio Grande do Sul: mil assinantes em 1903, três mil assinantes em 1915 e cinco mil assinantes em 1928. Levando-se em conta que o Município possuía cerca de 47 mil habitantes no período de 1928 (Jardim e Bandeira, 2001), isso significa que mais que 10% dos cidadãos eram assinantes do principal jornal do Município. Esses dados, aliados ao fato de haver um número expressivo de jornais e revistas no final do século XIX e início do século XX, permite inferir que São Leopoldo possuía uma comunidade de cidadãos com fortes hábitos

de leitura, com cidadãos bem informados para os padrões da época. Esse é mais um elemento importante para a tese defendida neste trabalho a da presença de um capital social significativo no município, constituído a partir das primeiras décadas da colonização.

Com a Campanha da Nacionalização, a imprensa em língua alemã foi proibida e praticamente todos os jornais e periódicos escritos em alemão desapareceram. A permissão legal para sua reaparição, após o Estado Novo, não viabilizou a retomada dos periódicos, por fatores como modernização; novo clima cultural, em que a língua alemã perdeu espaço; inclusão de lideranças políticas e empresariais, oriundas das zonas coloniais, nas elites gaúchas.

A tradição de uma imprensa forte em língua alemã em São Leopoldo favoreceu o surgimento posterior de novos meios de comunicação. No início do século XXI, São Leopoldo tem como principais veículos de comunicação os seguintes meios:

1. **Editoras:** Sinodal e Unisinos;
2. **Gravadora:** SL 4 Music;
3. **Portais:** www.clickdovale.com.br; www.sulmix.com.br e www.visaoleo.com.br;
4. **Jornais:** Vale dos Sinos, A cidade, Acontece, Estação Rural, O imigrante, Noticiário Gaúcho e Enfoque;
5. **Revistas:** Carta Capilé, Mundo Esportivo, News, Novo Olhar, Panorama Almanaque, Rua Grande e Só Mulher;
6. **Rádios:** ABC 900 AM, Feitoria FM 87.9, Progresso AM 1530 e Unisinos FM 103.3;
7. **Televisão:** TV Unisinos.

2.5 Aspectos políticos

2.5.1 A Campanha de Nacionalização e seu impacto negativo sobre o capital social

A Campanha de Nacionalização, instituída durante o Estado Novo, foi uma iniciativa do regime autoritário e deveria criar o sentimento de pertencimento dos imigrantes ao Brasil, tanto pela educação quanto pela repressão, visando reverter o processo de “enquistamento étnico” em que viviam os imigrantes e seus descendentes. Essa política era considerada pelo governo e pela elite brasileira como uma questão de segurança nacional.

A base ideológica da Campanha de Nacionalização estava alicerçada na criação de uma identidade nacional, cujo objetivo era abrasileirar a população estrangeira que havia formado comunidades étnicas em diferentes locais do país.

A assimilação forçada colocada em prática pela ditadura militar buscava extinguir as diferenças étnicas. Para isso, uma única língua deveria ser falada - a Portuguesa, uma única pátria enaltecida - a brasileira, e uma cultura a ser difundida – a dos povos lusos. Assim, para divulgar as diretrizes da Campanha de Nacionalização de Norte a Sul do país, o governo utilizou amplamente os recursos da imprensa e do rádio.

A partir de agosto de 1942, com a instalação do Estado de Guerra, muitos alemães e teuto-descendentes foram presos, independentemente de haver comprovação para seus crimes. Nas zonas de imigração alemã, cabia ao Exército a tarefa de chefiar o movimento, com o apoio da polícia.

Vogt (2006, p. 357-358) destaca que a Campanha de Nacionalização não atingiu somente a população de origem alemã, mas afirma que “o grupo mais atingido pelas medidas de coação e repressão foram os evangélicos luteranos” e que estes eram “vistos como uma população que vivia à margem da sociedade brasileira”.

A Campanha de Nacionalização representou um forte desestímulo às redes sociais que haviam se constituído no primeiro século de colonização. As práticas instituídas pelo Governo brasileiro geraram desconfiança no interior das próprias comunidades, medo e distanciamento das comunidades de teuto-descendentes em relação aos governantes.

Os alemães e seus descendentes sofreram com as medidas repressivas adotadas pelo governo brasileiro como a proibição de idioma nas escolas, nos cultos e missas, na imprensa e locais públicos. Vogt (2006, p. 381) ressalta que “como o vernáculo alemão era utilizado informalmente para quase todos os fins, a interdição da língua alemã atingiu também o cotidiano dos moradores”. Essas medidas abalaram dois importantes instrumentos sociais: a igreja e a escola teuta, fazendo com que as missas e cultos diminuíssem consideravelmente e houvesse o fechamento de muitas escolas comunitárias com a demissão de professores.

Nesse sentido, a Campanha de Nacionalização para Vogt (2006, p. 368) “contribuiu para fazer evaporar o capital social e diminuir o compromisso cívico de significativa parcela da população teuta-descendente do RS”. O autor cita como exemplos desse fenômeno o desaparecimento das associações escolares que administravam as escolas comunitárias; a desconfiança nas autoridades e instituições; a falta de liderança nas comunidades; a destituição da memória histórica e a diminuição da qualidade de ensino em algumas localidades.

As cooperativas de produtores agrícolas e de crédito - exemplo de horizontalidade social - também foram atingidas pelas medidas impostas pelo governo brasileiro, além das associações culturais, desportivas e recreativas e outras formas associativas. Dessa forma, foi-se minando o auxílio mútuo, a confiança, a cooperação, a formação de liderança nas comunidades, a responsabilidade com os problemas sociais e promovendo a queima do capital social formado historicamente pelos imigrantes alemães.

O projeto de “assimilação” liderado por Getúlio Vargas reforçou a nacionalidade por meio da fixação de novos símbolos de forma impositiva, pela repressão e pela censura. E os imigrantes, buscando preservar na medida do

possível as características culturais herdadas dos antepassados, buscaram criar mecanismos e estratégias que não entrassem em confronto com a política estabelecida pelo Governo brasileiro. Porém, em grande parte, a Campanha de Nacionalização assinalou o fim da herança cultural trazida pelos imigrantes alemães, contribuindo para isso as transformações sociais, relacionadas à passagem da sociedade rural para a sociedade urbana. A língua alemã passou a ser cada vez menos falada; as escolas passaram a difundir a língua portuguesa e a cultura brasileira; as organizações sociais tradicionais ligadas à vida rural perderam espaço para organizações próprias da vida urbana.

As grandes mudanças trazidas pela Campanha de Nacionalização e pelas transformações sociais não eliminaram o estoque de capital social construído nos primórdios do Município pelas comunidades de teutos e de seus descendentes. O capital social passou a se manifestar de outras formas.

2.5.2 Cultura política

A política da Alemanha, instituída desde o Sacro Império Romano-Germânico até a 2ª Guerra Mundial, foi marcada por guerras e revoluções, predominando o autoritarismo, a repressão e a violência na relação entre o Estado e os cidadãos. Foi nesse contexto que ocorreu a vinda dos imigrantes alemães a partir de 1824, e essa herança, juntamente com as características do ambiente político brasileiro, ajuda a entender o comportamento político por vezes apático e não participativo dos imigrantes e de seus descendentes nos primeiros tempos da colonização.

Gertz (1987, p. 37) ressalta que, em que pese os aspectos de conflito e autoritarismos da história alemã, não se pode deixar de apontar que as orientações libertárias e democráticas existente em solo alemão, através da experiência das cidades livres, da tradição socialista, das expressões artísticas e outras, deixaram um legado que se manifestou nas “colônias” do Sul do Brasil através de intentos inovadores, entre os quais as experiências de auto-gestão em Joinville e Blumenau no início da colonização.

Assim, deve-se levar em conta a dinâmica da política e da evolução da cultura política no contexto rio-grandense para entender o comportamento dos imigrantes e

de seus descendentes. Segundo Schmidt (2002, 106), “a socialização política das novas gerações caracterizou-se por profundas modificações em relação à herança cultural trazida da Alemanha, oportunizando também aqui a superação de muitos traços do autoritarismo de raízes seculares”.

Segundo o autor (2002, p. 230-232), os imigrantes não encontraram no Brasil um ambiente favorável à democracia e à participação política, o qual era caracterizado pela centralização do poder, restrições e dificuldade para votar, ausência de partidos de massa, frágil organização da sociedade civil e falta de canais de participação popular. Assim, os imigrantes e seus descendentes mantiveram-se inicialmente distantes das instituições e da arena política, num contexto de escassez de lideranças políticas e isolamento geográfico e cultural.

Gradativamente, várias dificuldades e entraves legais à participação política dos imigrantes alemães foram superados. Em 1881, com a aprovação da Lei Saraiva que concedia plena participação política aos imigrantes naturalizados e aos protestantes com direito a votar e a serem votados iguais aos católicos. Já na época imperial integraram o Legislativo Rio-Grandense cinco deputados teuto-brasileiros: Guilherme Bartholomay (1881-1882); Frederico Hänsel (1881-1889); Karl von Koseritz (1883-1889); Wihelm ter Brügggen (1887-1888); e Karl von Kahlden (1889). Segundo Motter (1999, p.104) a atuação dos deputados teuto-brasileiros foi marcada pela “tentativa de integrar a população teuto-brasileira à sociedade rio-grandense, procurando intensificar o processo que concedia à mesma condição de um efetivo exercício de cidadania”.

A representação da região colonial pelos deputados teuto-brasileiros também defendeu interesses econômicos, por exemplo, a criação de “um sistema tributário mais condizente com as necessidades das atividades agrícola e comercial desenvolvidas” (Motter, 1999, p.110-111).

Segundo Schmidt (2004), aos poucos os imigrantes e seus descendentes foram se envolvendo na política, e o comportamento político foi se tornando similar aos das outras etnias presentes no RS. Isso fica evidenciado, por exemplo, pela gradativa ocupação de postos políticos eletivos ao longo do século XX por parte de

representantes das regiões coloniais, descendentes de alemães, de italianos e de outras etnias. No momento em que diminuiu sensivelmente o peso eleitoral da zona da campanha, afetada pelo êxodo rural, e cresceu a força das grandes cidades e da área rural de descendência imigrante, concretizou-se a ocupação dos postos políticos pelos descendentes de imigrantes. A ocupação desses postos foi proporcional ao percentual populacional e à importância econômica e social dos descendentes de imigrantes europeus.

No âmbito municipal, a presença de vereadores e prefeitos (intendentes), descendentes de imigrantes nas regiões de colonização, passou a ser majoritária ainda na República Velha. Gradualmente, eles começaram a estar entre os representantes eleitos para a Câmara Federal, a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado.

A inserção dos descendentes de imigrantes na vida política institucional foi muito benéfica do ponto de vista do capital social, especialmente do capital social *linking*. A existência de representantes políticos no seio das comunidades facilita a aproximação entre cidadãos e governantes, permitindo aos cidadãos manifestarem seus anseios e expectativas às autoridades. Além disso, evita a criação de grupos étnicos isolados e fechados em si mesmos. O isolamento político de muitas comunidades de imigrantes nas primeiras décadas da imigração favoreceu o capital social de tipo *bonding*, mas não o de tipo *bridging* e *linking*. A evolução política do país ao longo do século XX favoreceu a superação dessa dificuldade. São Leopoldo, situado na região metropolitana, inseriu-se rapidamente nessa dinâmica política institucional.

2.5.3 Participação política

A Constituição Brasileira de 1988, promulgada em 5 de outubro do mesmo ano, instituiu mecanismos legais para a participação da sociedade ao declarar no seu artigo 1º que o poder será exercido pelo povo “por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição”. E também estabeleceu diferentes modalidades de participação da sociedade, por exemplo, através de iniciativas de projeto de lei, referendo, plebiscito e outros.

Dessa forma, o regime político brasileiro, a partir da promulgação dessa Constituição, definiu-se não apenas como representativo, mas também como participativo. Para Montoro (1999, p. 15)

a Constituição abriu, assim, instrumentos institucionais que permitem a participação cada vez mais ampla da população no conhecimento, fiscalização e controle dos negócios públicos. Assegurou ainda, aos diversos setores da sociedade o direito de atuar na defesa e promoção dos interesses coletivos.

A Constituição de 1988 permitiu a substituição dos processos autoritários por processos democráticos de participação, criando uma nova relação entre sociedade civil e Estado dentro de um contexto contemporâneo de gestão pública.

Fazendo uso desses mecanismos democráticos, em 1993, foi realizado um plebiscito para que os cidadãos decidissem sobre a forma de governo no Brasil e, recentemente, em 2005, foi realizado um referendo para os cidadãos deliberarem sobre o comércio de armas e munição.² Em dezembro de 2003, foi sancionado o Estatuto do Desarmamento; e em 23 de outubro de 2005, foi realizado o referendo para que o povo decidisse se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil.

O resultado do referendo nos vinte e seis Estados e no Distrito Federal foi de 63,92% (votos válidos) pelo “não” ao desarmamento com um índice de abstenção de 21,8%, sendo que no Rio Grande do Sul – o Estado com maior votação – foram 86,83% (votos válidos) contra o desarmamento, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral.

A participação dos cidadãos leopoldenses nas discussões acerca do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi intensa nas escolas das redes de ensino municipal e estadual, nas instituições de ensino superior e em locais públicos. Considerando um total de 140.187 eleitores, apurados 100% dos votos, 83,30%

² Plebiscito e referendo são consultas formuladas aos cidadãos para deliberarem sobre matéria de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, conforme Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto nos anexos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal. A diferença entre ambos consiste no fato de que o plebiscito é uma consulta formulada antes do ato legislativo ser praticado e o referendo é uma consulta formulada após o legislativo ter se manifestado.

(98.918 eleitores) votaram pelo “não” ao desarmamento e 14, 88% (17.672) a favor do desarmamento; 1,03% (1.226) votos brancos; 0,79% (933) votos nulos e 15, 29% (21.438) de abstenção.

Vale lembrar que Putnam (2001, p. 107) utiliza os resultados de referendos em sua análise sobre o capital social na Itália, com base na premissa de que quem vota num referendo demonstra maior dever cívico e preocupação com as questões relativas aos cidadãos, uma participação mais pura. Em relação à participação dos italianos nos cinco principais referendos realizados entre 1974 e 1987, na Emília Romagna, a média foi de 89% e na Calábria, foi de 60%, segundo Putnam (2001).

O nível de participação no referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição em São Leopoldo (83,3%) é, portanto, próximo ao nível de participação dos cidadãos italianos das regiões italianas com o maior índice de desenvolvimento e civismo.

Com a Constituição Federal de 1988, houve também o fortalecimento e multiplicação de instituições comunitárias nos mais diversos segmentos sociais e variados fins. Intensificaram-se no Brasil práticas de democracia participativa que podem ser caracterizadas como modelos de organizações democráticas fundadas não apenas na representação popular, mas também na participação organizada da população para os assuntos de interesse coletivo.

Entre as formas de democracia participativa, possibilitadas pela atual Constituição, uma das mais importantes vem sendo a participação dos cidadãos nas definições do orçamento de municípios e estados. A participação da comunidade no planejamento orçamentário e na definição de políticas públicas iniciou no Rio Grande do Sul em 1998, no final do governo de Antonio Britto - PMDB (1995-1998), com a promulgação da Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, voltada a investimentos e serviços de interesse regional. Aos cidadãos foi facultado manifestar sua preferência através do voto em urna. Nos anos seguintes, com a mudança dos governos, mudou a forma, mas manteve-se a política de descentralização de parcela do orçamento através da

participação popular. No governo de Olívio Dutra – PT (1999-2002) foi instituído o Orçamento Participativo Estadual pelo qual os cidadãos manifestavam suas preferências através do voto direto em assembleias regionais. No governo de Germano Rigotto – PMDB (2003-2006) voltou-se ao formato anterior, das consultas populares, com o voto em urna e através da internet.

Salienta-se que essa política pública de definição de parcela do orçamento do Estado pela população foi implementada com apoio dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES e, posteriormente, em parceria com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES.

Torna-se difícil avaliar a real importância e o impacto dos mecanismos de participação direta dos cidadãos na vida política de um país, estado ou município. Não se pode mensurar o alcance dessa participação apenas pelo percentual de participantes. Mesmo em processos mais continuados de participação direta, o percentual de participantes é pequeno, mas o impacto sobre a vida política é muito expressivo. No caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre (a mais conhecida entre todas as experiências de Orçamento Participativo), por exemplo, a participação efetiva de cidadãos em reuniões para definição das prioridades sempre envolveu a cada ano apenas um pequeno percentual da população. No ano de 2001, já na 12ª edição, o número de participantes nas diversas reuniões ficou em torno de 22 mil participantes, num universo de quase 1 milhão de eleitores (http://www.ongcidade.org/site/biblioteca/biblioteca_publicacoes.php).

No Vale dos Sinos, a participação nos processos de Consulta Popular e Orçamento Participativo aconteceu em todos os municípios. No quadro abaixo se pode observar a participação na Consulta Popular estadual no período 2003 a 2006.

Tabela 7 - Votantes na Consulta Popular no Vale do Rio dos Sinos – 2003-2006

Município	2003	2004	2005	2006
Araricá	159	158	426	416
Campo Bom	1.972	2.201	1.795	2.679
Canoas	3.682	7.124	12.295	13.643

Dois Irmãos	1.498	1.240	1.772	1.976
Estância Velha	472	673	456	1.666
Esteio	1.474	1.235	4.672	3.479
Ivoti	1.032	328	1.553	1.676
Nova Hartz	521	352	1.372	192
Nova Santa Rita	290	589	1.414	931
Novo Hamburgo	2.630	2.328	7.520	9.029
Portão	1.536	1.6320	2.016	2.000
São Leopoldo	2.148	7.038	8.963	6.802
Sapiranga	4.641	3.538	7.145	7.505
Sapucaia do Sul	4.222	1.632	5.185	5.265
Total	26.277	30.656	56.584	57.259

Fonte: PROCERGS

A tabela mostra que em São Leopoldo a participação oscilou entre 1,6%, 5,2%, 6,5% e 4,7% dos eleitores³ do município, relativo aos anos 2003-2006. A baixa participação em 2003 pode ser resultado da mudança de metodologia, visto que até o ano anterior estava em vigor o Orçamento Participativo estadual substituído pela Consulta Popular. Essa mudança foi bastante contestada por setores políticos simpatizantes daquele formato de participação. Em 2004 e 2005, houve uma participação mais significativa (5,2% e 6,5%), inclusive em outros municípios, considerando que se trata de um voto não-obrigatório, num país em que o voto para cargos eletivos é obrigatório. Já em 2006, houve uma diminuição de 1,04% no número de participantes, fato que pode estar ligado à baixa execução das demandas votadas nos anos anteriores, aspecto generalizado no estado e que contrariou as lideranças regionais envolvidas na divulgação do processo.

Em São Leopoldo, com a vitória do PT nas eleições municipais de 2004, foi criado, em 2005, pelo governo municipal, o Orçamento Participativo, visando instituir mecanismos democráticos na definição de prioridades para a elaboração da proposta orçamentária, que posteriormente é votada pela Câmara Municipal.

³ Número aproximado de eleitores do município no período 2003-2006, conforme dados do TRE/RS (www.tre-rs.gov.br): 2003 – 131.500 eleitores; 2004 – 134.500 eleitores; 2005 – 137.500 eleitores; 2006 – 143.800 eleitores.

O Orçamento Participativo de São Leopoldo divide-se em sete regiões:

- Região Norte 1: Bairro Scharlau (Jardim Viaduto, Vila Glória, Parque Sinuelo, Vila Três Marias, Parque Itapema, Parque Panorama, Vila Santo Augusto e Vila União) e Bairro Boa Vista.
- Região Norte 2: Bairro Campina (Vilas Novo Sinos, Terrasinos, Antônio Leite, Santo Antônio, Cerâmica e Jardim Fênix) e Bairro Arroio da Manteiga (Vilas Brasília, Berguer, Elza, Santa Ana, Parque Campestre, Vila Baum, Parque Mauá, Vila Santa Marta e Jardim Luciana).
- Região Centro: Bairro Centro, São José, Morro do Espelho, Fião, Cristo Rei e Padre Réus (Vila Prass).
- Região Sul: Bairro Santa Tereza (Vila Kennedy), Bairro Duque de Caxias (Vilas Duque Nova e Duque Velha, Cohab Duque e Vila São Jorge), Bairro Jardim América (Vila Esperança e Jardim Monte Carlo) e Bairro São Borja (Parque Lago São Borja, Loteamento Monte Blanco, Loteamento Casa Blanca, Loteamento Industrial, Barreira e Morro do Paula).
- Região Nordeste: Bairro Rio dos Sinos (Vila Progresso) e Bairro Santos Dumont (Vilas Aeroclube, Bom Fim, Brás, Jardim Petrópolis).
- Região Oeste: Bairro São Miguel (Vila Paim), Bairro Vicentina (Vila Paulo Couto) e Bairro São João Batista (Vila Batista, Vila Otacília e Residencial Santo Inácio).
- Região Sudeste: Bairro Rio Branco, Bairro Santo André, Bairro Pinheiro e Bairro Campestre (Vila São Cristóvão, Born e Parque Recreio Monte Belo).

Durante o processo, são realizadas reuniões preparatórias para a apresentação do processo e discussão das prioridades em cada região; reuniões preparatórias micro-regionalizadas para divulgação da metodologia em espaços da

comunidade (CTGs, sindicatos, clubes, igrejas e outros); assembléias regionais para definição das demandas e prioridades de cada região e eleição dos delegados; fóruns regionais de delegados com o objetivo de deliberarem sobre as questões regionais do Orçamento Participativo e eleição dos conselheiros; e a assembléia municipal quando são empossados os conselheiros eleitos pelo fórum de delegados e apresentadas as prioridades da cidade, as quais comporão o orçamento do ano subsequente.

A prática do Orçamento Participativo na esfera municipal vem sendo adotada em um número expressivo de municípios gaúchos. No período de 2001 a 2004, trinta e seis cidades do Rio Grande do Sul adotaram o Orçamento Participativo.

A participação dos cidadãos leopoldenses nas assembléias e o número de delegados eleitos, para os anos de 2005 e 2006, estão indicados nas tabelas a seguir.

Tabela 8 - Participantes e delegados eleitos no Orçamento Participativo de São Leopoldo – 2005

Região	Nº de participantes	Delegados Titulares
Norte 1	451	45
Oeste	341	34
Leste	334	33
Nordeste	591	59
Centro	85	9
Sudeste	242	24
Norte 2	584	58
Sul	414	41
Total	3.042	303

Fonte: Secretaria do Orçamento Participativo de São Leopoldo.

Tabela 9 - Participantes e delegados eleitos no Orçamento Participativo de São Leopoldo – 2006

Região	Nº de participantes	Delegados Titulares
Norte 1	811	81
Oeste	446	45
Leste	452	45
Nordeste	924	92
Centro	139	14
Sudeste	300	30
Norte 2	1235	124
Sul	627	63
Total	4.934	494

Fonte: Secretaria do Orçamento Participativo de São Leopoldo

Os dados das tabelas evidenciam que houve um aumento no número de participantes das assembleias municipais de 2005 para 2006. O percentual de participantes em relação ao conjunto de eleitores foi de 2,2% em 2005 e 3,4% em 2006.

Como foi dito acima, o aspecto quantitativo (o percentual de participantes efetivos sobre o total de eleitores) nos fóruns do Orçamento Participativo deve ser relativizado, pois o impacto sobre a vida política municipal desse mecanismo de participação é muito significativo. Cabe levar em conta o que disse Jane Jacobs, em 1961, na obra *Vida e Morte das Grandes Cidades Americanas*, como recorda Augusto de Franco (2002, p. 86-87): “em comparação com a população total - torna-se necessário um número surpreendente baixo de pessoas conectadas horizontalmente para ‘vivificar’ uma localidade” e basta “cerca de cem pessoas numa população mil vezes maior”, se elas tiverem tempo de se conhecer e disponibilidade para “investir em colaboração proveitosa”.

Assim, a participação dos cidadãos de São Leopoldo no processo de Consulta Popular estadual e do Orçamento Participativo municipal pode ser considerada um elemento que expressa a persistência de um estoque de capital

social gerado ao longo do tempo e ao mesmo tempo um elemento “vivificador” desse capital social na esfera política.

2.6 Desenvolvimento social e capital humano

O crescimento rápido e desordenado da população nas últimas décadas do século XX, em função da migração, afetou o desenvolvimento social do município. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, São Leopoldo certamente figurava entre os municípios socialmente mais desenvolvidos do Estado. Nas décadas mais recentes isso mudou. São Leopoldo passou a contar com os problemas e desafios próprios das cidades da região metropolitana, tais como: falta de emprego, condições habitacionais insatisfatórias, pobreza, violência, entre outros fenômenos típicos das metrópoles urbanas.

Os índices que medem o desenvolvimento social indicam que São Leopoldo está situado num patamar médio para os padrões gaúchos. Melhor em alguns aspectos que em outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de São Leopoldo (dados do ano 2000) é 0,805, abaixo da média estadual, que é 0,814, e acima da média nacional, de 0,699. A colocação no ranking estadual (em 467 municípios) é a 149ª e no ranking nacional (em 5.507 municípios) a 481ª. É um índice bem inferior ao da capital, Porto Alegre, de 0,865 (14º do ranking nacional), e inferior ao de municípios próximos, como Esteio (0,842), Campo Bom (0,837), Canoas (0,815), Novo Hamburgo (0,809), Sapiranga (0,806) e de Sapucaia do Sul (0,806) (<http://www.pnud.org.br/atlas/>).

No Índice de Desenvolvimento Socioeconômico da FEE, São Leopoldo aparece, no levantamento de 2003, na 81ª posição do ranking estadual, com o índice 0,844. Esse índice fica um pouco abaixo da média da região do Corede Vale dos Sinos, que é de 0,847. A melhor posição do município refere-se ao saneamento e domicílios (índice 0,842, 44ª posição no ranking), seguido da renda (índice 0,702, 205ª posição), educação (índice 0,844, 263ª posição) e saúde (índice 0,842, 326ª posição).

A colocação de São Leopoldo nos dois *ranking* de desenvolvimento social mostra que há uma desproporção entre o potencial econômico do município e a qualidade de vida dos cidadãos. São Leopoldo tem o 11º PIB do Estado, mas aparece na 81ª posição do IDESE e na 149ª posição do IDH-M.

Essa desproporção está associada ao fenômeno da concentração de renda e desigualdade social, próprio da região metropolitana de Porto Alegre. Estudos mostram que a concentração de renda é expressiva em todos os municípios metropolitanos, incluindo São Leopoldo (MARZULO, 2007).

A expectativa de vida em 2003 era de 71,4 anos, sendo a das mulheres bastante superior (76,5 anos) ao dos homens (66,5 anos). Trata-se de uma posição de pouco destaque, a 102ª entre os 110 municípios gaúchos com mais de 17.000 habitantes (SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE).

O Coeficiente de Mortalidade Infantil para o ano 2005 foi de 8,51 por mil nascidos vivos, uma posição interessante, pois está abaixo da média estadual, de 14,3 mortes para cada mil nascimentos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA).

Na dimensão da educação, São Leopoldo foi beneficiada historicamente pela tradição de valorização da educação trazida pelos imigrantes, conforme já descrito anteriormente. A rede de escolas comunitárias nas zonas de colonização alemã foi fundamental para que o nível de alfabetização estivesse muito acima da média estadual e nacional. Com a Campanha de Nacionalização esta rede foi destruída, mas em seu lugar constituiu-se uma rede pública, além da rede particular. Em razão disso, a taxa de analfabetismo no município é de apenas 4,78%, que não chega a ser das mais baixas do Estado, mas está abaixo da média estadual (6,7%) e bem abaixo da média nacional (13,6%).

Atualmente, o Município conta com 98 escolas. Dessas, 40 escolas são municipais, 26 escolas são estaduais, 32 escolas são particulares, sendo destas 4 técnico-profissionalizantes e 3 especiais, que atendem alunos portadores de deficiência. Além disso, conta com a importante presença da Escola Superior de

Teologia e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS.

No quadro abaixo, verifica-se o número de alunos e de professores das escolas estaduais, municipais e particulares.

Tabela 10 - Escolas, alunos e professores de São Leopoldo

	Nº Escolas	Alunos	Professores
Escolas estaduais	26	21.631	974
Escolas municipais	40	23.048	1402
Escolas particulares	32	5.482	391
Total	98	50.161	2.767

Fonte: 2ª Coordenadoria Regional de Educação (2006).

2.7 Capital social e desenvolvimento de São Leopoldo

As análises apresentadas ao longo do capítulo mostram que o município São Leopoldo, no início do século XXI, é um ambiente social profundamente diferente daquele território aonde chegaram os imigrantes em 1824.

As transformações ocorridas nos mais de 180 anos que se passaram, tanto do ponto de vista da ocupação do território ao longo do rio, como da economia inicialmente baseada na agricultura e posteriormente alicerçada na indústria; comércio e serviços; da educação - com a criação das escolas e instituições de ensino superior; da política que ao longo dos anos assistiu à gradual constituição de direitos de cidadania formal aos cidadãos; da consolidação das instituições municipais; da sucessão de regimes autoritários e democrático-representativos e a emergência de experiências de democracia participativa, incidiram fortemente sobre as características do capital social do município.

Putnam (2002, p. 192-194) extrai da experiência regional da Itália várias lições. A primeira é a de que “a comunidade cívica tem profundas raízes históricas”, no caso italiano, vários séculos. A segunda lição é que “mudando-se as instituições

formais pode-se mudar a prática política”. E a terceira, que “a história institucional costuma evoluir lentamente”. A rememoração da trajetória histórica de São Leopoldo, empreendida neste capítulo, traz elementos que indicam a confirmação da primeira lição de Putnam também aqui. Mudaram ao longo do tempo as formas de expressão do capital social, mas há indicativos consistentes de que permanecem atitudes de confiança e de cooperação entre os cidadãos, bem como a disposição para ocupar-se com os assuntos públicos, coletivos, o que caracteriza uma comunidade cívica.

O desenvolvimento alcançado pelo município está associado à formação de um estoque de capital social significativo, expresso desde as primeiras décadas por inúmeras formas de interação social e de cooperação, tanto no plano informal como formal, bem como de disposição para participar de assuntos coletivos. O capital social de tipo *bonding*, próprio das relações estabelecidas no interior do círculo de parentesco, vizinhança, amizade e vivência comunitária, parece ter sido historicamente o tipo predominante. Como veremos adiante, esse tipo de capital social é importante para o desenvolvimento, mas tem claras limitações para impulsionar um modelo de desenvolvimento sustentável e capaz de proporcionar a inclusão social.

3 CAPITAL SOCIAL EM SÃO LEOPOLDO, HOJE

A literatura internacional sobre capital social mostra que a pesquisa de opinião é um dos principais instrumentos para obter dados acerca das características e do estoque de capital social de um determinado grupo social. A pesquisa de opinião permite captar as percepções dos cidadãos sobre as relações sociais, as formas de relacionamento informais e formais, a confiança interpessoal, a confiança em relação aos agentes políticos, a participação em organizações sociais, os meios de comunicação, entre outros elementos relevantes em termos de capital social.

No presente trabalho, foi utilizado parcialmente o *Questionário Integrado para Medir Capital Social*, sistematizado por Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones e Michael Woolcock, um instrumento de pesquisa indicado pelo Banco Mundial, cuja base teórica está na formulação de autores como Putnam, Narayan, Grootaert, Woolcock e outros, e que se apóia na significativa tradição de estudos empíricos sobre capital social nas últimas décadas. Algumas questões foram inseridas e outras foram adequadas ao contexto brasileiro. O questionário examina o grau de envolvimento cívico segundo as seguintes variáveis: participação em grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão social e inclusão, empoderamento e ação política.

A aplicação dos questionários foi feita no período de maio a julho de 2006. O cálculo da amostra, as orientações gerais sobre a aplicação dos questionários e a tabulação dos dados foram feitas pela equipe do Núcleo de Pesquisa Social - NUPES da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O erro amostral, considerando uma população de 206.702 habitantes e uma amostra de 300 entrevistas é de 4,74 pontos percentuais com um nível de confiança de 90%.

As entrevistas foram realizadas em sete bairros do município de São Leopoldo com características geográficas e sociais distintas.

Os bairros em que a pesquisa foi aplicada são os seguintes: 1. Rio dos Sinos; 2. Campina; 3. São Miguel; 4. Centro; 5. Santos Dumont; 6. Feitoria – Cohab e 7. Duque de Caxias – Cohab, conforme mapa de São Leopoldo, com a localização dos bairros, ANEXO B.

Dos entrevistados, 0,7% não são escolarizados; 7,4% têm ensino fundamental incompleto; 5,3% cursaram ensino fundamental completo; 9,7% têm ensino médio incompleto; 29,4% cursaram ensino médio completo; 30,1% têm nível superior incompleto e 17,4% cursaram ensino superior completo. No seu conjunto, trata-se de uma população com um elevado grau de escolaridade.

Quanto à origem étnica, os dados indicam a origem germânica em primeiro plano, com um percentual de 37,9%; após, a italiana com 27,2%; seguida da portuguesa com 23,8% e a afro-descendente com 17,1%.

Perguntou-se ainda se os pais provêm do meio rural ou urbano: 52,5% dos entrevistados responderam que ambos (pai e mãe) provêm do meio urbano; 34,3% responderam que um deles provém do meio rural e outro do meio urbano; e apenas 13,1% responderam que ambos provêm do meio rural.

Quanto à permanência no mesmo bairro, verificou-se que dos entrevistados 14,3% sempre morou naquele bairro; 69% já morou em outro local e 16,7% já morou em vários locais. O grupo que apresentou o percentual mais alto foi o que já morou em outros lugares. Esse dado poderia indicar a existência de capital social do tipo *bridging*, na medida em que as pessoas que já viveram em diversos locais tendem a ter ligações mais amplas e diversificadas do que aquelas que sempre viveram no mesmo local. Porém, não é o que se verifica pelas respostas seguintes.

3.1 Participação em Grupos e Redes

A participação em grupos organizados horizontalmente, tais como clubes desportivos, sindicatos, associações culturais, cooperativas e sociedades de mútua assistência promovem a cooperação. Isso é considerado pela literatura um importante elemento do capital social.

No capítulo anterior (item 2.3) foram apresentados os dados relativos ao levantamento feito pela autora sobre as organizações sociais existentes em 2006 no município de São Leopoldo. O levantamento indica que em 2006 havia nada menos que 1.459 organizações de diferentes tipos, dado que sugere que o forte caráter associativo das primeiras décadas da colonização germânica no município ainda se mantém com a permanência de um significativo estoque de capital social. Há uma diversidade das organizações (21) diferentes tipos, variedade compatível com a complexidade da sociedade leopoldense nos dias atuais, própria do ambiente urbano e metropolitano. Por outro lado, os principais tipos de organizações sociais existentes hoje em São Leopoldo são os que agregam moradores do mesmo bairro ou condomínio residencial: associação de moradores (221 entidades), entidades promotoras de lazer e cultura - sociedades e clubes recreativos e culturais, centros de tradições gaúchas, sociedades recreativas e culturais germânicas, corais (210), entidades esportivas - clubes de futebol e ligas esportivas (156), comunidades religiosas (143) e entidades assistenciais (111). Essas organizações, que agregam cidadãos de um mesmo local de moradia, são próprias do capital social *bonding*. Ver ANEXO A.

Por meio do questionário (ANEXO C), examinou-se o grau de participação dos respondentes em grupos e redes. Os resultados estão representados na tabela abaixo.

Tabela 11 - Participação em grupos e redes

	F	%	% Válido	% Acumulado
Não participa de grupos ou redes	211	70,3	70,3	70,3
Participa de grupos ou redes	89	29,7	29,7	100,0
Total	300	100,0	100,0	

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada.

Dos 300 entrevistados, 70,3% afirmaram não participar de grupos e redes e 29,7% indicaram sua participação. Esse dado é muito relevante para os objetivos deste trabalho. Ele relativiza o número surpreendentemente elevado de

organizações sociais existentes em São Leopoldo. Fica evidenciado que, embora haja uma grande variedade de oportunidades de participação em associações e entidades nos diversos bairros e áreas da cidade, a maior parte dos cidadãos não participa efetivamente das mesmas. Conclui-se então que deduzir um elevado estoque de capital social a partir tão-somente do número de organizações sociais não é pertinente, pois as mesmas podem congregam um percentual relativamente pequeno de cidadãos.

Dos cerca de 30% de entrevistados que fazem parte de um grupo ou rede, 78,6% fazem parte de um grupo ou rede; 9% fazem parte de dois grupos ou redes; 9% participam de três grupos ou redes; 3,4% participam de quatro ou cinco grupos. Isso indica que na maior parte dos casos os participantes dos diversos grupos não se repetem; havendo um percentual, em torno de 20%, que estão em mais de um grupo ou rede.

3.1.1 Participação e religião

A seguinte questão foi feita somente aos respondentes que participavam de grupos e redes: “Dos grupos que você, ou os membros do seu domicílio faz(em) parte, qual é o mais importante?” Os resultados estão abaixo.

Tabela 12 - Percentual de importância em participação de grupos e redes.

	F	%	% válido	% acumulado
Centro Espírita	18	6,0	20,2	20,2
Clube Esportivo - Futebol	14	4,7	15,7	36,0
CTG	11	3,7	12,4	48,3
Igreja	11	3,7	12,4	60,7
Grupo de jovens	9	3,0	10,1	70,8
Escola de Samba	6	2,0	6,7	77,5
Grupo de amigos	6	2,0	6,7	84,3
Novena/oração	4	1,3	4,5	88,8
Família	4	1,3	4,5	93,3
CLJ	1	,3	1,1	94,4
Igreja e Futebol	1	,3	1,1	95,5
Catequese	1	,3	1,1	96,6
Grupo de mulheres	1	,3	1,1	97,8

Estudos bíblicos	1	,3	1,1	98,9
Associação de Bairro	1	,3	1,1	100,0
Total	89	29,7	100,0	
não se aplica	211	70,3		
Total	300	100,0		

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada.

Dos entrevistados que afirmaram participar de grupos e redes, 20,2% consideram que participar do centro espírita é o mais importante; 15,7% dizem que é participar do clube esportivo ou de futebol; 12,4%, do CTG; 12,4%, da igreja; 10,1%, do grupo de jovens; 6,7%, da escola de samba; 6,7%, do grupo de amigos; 4,5%, da novena ou oração e 4,5%, da família. A soma dos percentuais vinculados à religiosidade chega a 47,2%, incluindo centro espírita, igreja, grupo de jovens, novena ou oração. Esses dados revelam a forte presença da religiosidade no seio das comunidades de São Leopoldo. A religião é o principal elemento agregador dos cidadãos.

Verifica-se dessa forma a importância da religiosidade como elemento motivador à participação, o que também é comprovado pelo elevado número de instituições religiosas (143), conforme o levantamento sobre organizações sociais em São Leopoldo (ANEXO A), as quais estão presentes em todos os bairros.

É importante lembrar aqui a análise de Putnam sobre a influência da Igreja italiana em relação ao capital social. Para o autor, “no plano regional todas as manifestações de religiosidade e clericalismo [...] estão negativamente relacionadas com o engajamento cívico” e “no plano individual, parece haver incompatibilidade entre sentimentos religiosos e engajamento cívico” (Putnam, 2002, p. 120).

Porém, no Brasil e em São Leopoldo, há um quadro distinto a ser considerado. Aqui, as Igrejas tiveram relevante contribuição na formação das comunidades nas áreas de colonização, na prestação de serviços educacionais e de saúde, na promoção do associativismo, na difusão de novas práticas agrícolas e disseminação do evangelho. Também se ressalta que a partir de 1970 houve a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs pelos setores mais

progressistas da Igreja Católica, que incentivaram a criação do Conselho Pastoral das Comunidades e do Conselho Pastoral de Jovens. Cerca de uma década depois, foi criada a Pastoral da Terra, fortalecendo as práticas de solidariedade entre os trabalhadores rurais (MILANI, 2003).

Ainda com referência à religião, 45,5% dos que fazem parte de grupos ou redes responderam que são da mesma religião e 54,5% que não são da mesma religião. Ou seja, pode-se afirmar que os grupos e redes são heterogêneos do ponto de vista religioso, aspecto que indica tolerância religiosa, fator relevante do ponto de vista do capital social. Embora a intolerância religiosa não seja uma questão que tenha maior destaque no Brasil, pois não é motivo de conflito entre grupos e comunidades, é importante assinalar que na esfera internacional a religião é um dos principais fatores subjacentes às guerras e aos enfrentamentos violentos.

3.1.2. Participação, gênero e etnia

Perguntou-se, aos entrevistados, se os membros do grupo ou rede do qual participam são do mesmo sexo. Obtivemos os seguintes resultados: 81,8% responderam que os membros dos grupos ou redes do qual participam não são do mesmo sexo e 18,2% responderam que sim. Desse modo, pode-se afirmar que os grupos, em sua grande maioria, são sexualmente heterogêneos. Esse é um dado positivo do ponto de vista do capital social, visto que revela não haverem obstáculos importantes ligados à questão de gênero do ponto de vista da inserção em grupos e redes.

A pesquisa demonstrou também que 75% dos entrevistados responderam que os membros desses grupos ou redes não são do mesmo grupo étnico ou lingüístico e 25% responderam que são. Do mesmo modo, pode-se inferir que a maior parte dos grupos ou redes de São Leopoldo é etnicamente heterogênea. Esse dado é compatível com a convivência amistosa entre pessoas de etnias diferentes comuns a grande parte dos ambientes sociais no Brasil e no Rio Grande do Sul, embora ainda existam segmentos da população que demonstrem intolerância étnica, o que pode estar representado pelos 25% acima indicados. Por outro lado, a

convivência amistosa não exclui a existência de mecanismos sutis de discriminação racial, como mostra a literatura acerca da sociedade brasileira.

3.1.3. Participação, ocupação e formação escolar

Perguntados sobre a similaridade de ocupação dos membros dos grupos e redes em que participam, 90,9% dos entrevistados responderam que os participantes não têm a mesma ocupação e 9,1% responderam que têm a mesma ocupação. Esse resultado indica que prevalece a heterogeneidade na composição dos grupos do ponto de vista da profissão ou do trabalho exercido por seus membros. Ou seja, o elemento profissional ou o local de trabalho são fatores menores do ponto de vista da composição dos grupos.

Do ponto de vista da formação escolar, os resultados obtidos foram: 76,1% responderam que os membros desses grupos não têm a mesma formação educacional ou grau de escolaridade, contra 23,9% em que há a mesma formação. As pessoas que se organizam em grupos ou redes não têm como premissa a expectativa de que os demais integrantes tenham o mesmo nível educacional que o seu.

No seu conjunto, os resultados obtidos pelo questionário sobre a composição dos grupos de São Leopoldo indicam que há uma elevada diversidade do ponto de vista religioso, étnico, ocupacional, instrucional e sexual. Essa diversidade é um elemento benéfico do ponto de vista do capital social dos tipos *bridging* e *linking*. Relações variadas entre indivíduos de diferentes grupos, de diferentes locais, de diferentes classes e de diferente formação educacional são próprias de sociedades em que há tolerância e respeito às diferenças. Grupos homogêneos são ambientes que facilmente favorecem à animosidades e a rivalidades contra outros grupos.

Cabe confrontar os dados relativos à diversidade existente nos grupos com a interação que promovem com grupos de outros bairros. Os resultados sobre esse aspecto estão na próxima tabela.

Tabela 13 - Este grupo trabalha ou interage com grupos fora do bairro?

	F	%	% válido	% acumulado
Não	35	11,7	39,8	39,8
Sim, ocasionalmente	40	13,3	45,5	85,2
Sim., freqüentemente	13	4,3	14,8	100,0
Total	88	29,3	100,0	
Não respondeu	1	,3		
Não se aplicam	211	70,3		
Total	212	70,7		
Total	300	100,0		

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada pela autora.

As respostas à questão “se o grupo do qual participa interage com grupos de fora do bairro”, corroboram parcialmente a tendência revelada pela diversidade dos grupos: 45,5% dos entrevistados responderam que ocasionalmente e 14,8% responderam que freqüentemente o grupo interage com grupos de fora do bairro. A soma dos entrevistados que interagem alcança 60,3%; enquanto que 39,8% responderam que não interagem. Ou seja, em aproximadamente 60% dos grupos ou redes de São Leopoldo há um ambiente favorável ao capital social *bridging*, mesmo que na maior parte dos casos isso aconteça de forma limitada (ocasional); e somente em torno de 15% dos grupos há um fomento mais acentuado ao capital social *bridging*. Por outro lado, cerca de 40% dos grupos parecem fechados em seu ambiente de moradia, o que é compatível com o capital social do tipo *bonding*.

3.2. Amizade e solidariedade

A amizade é um importante elemento de capital social no nível individual. A amizade corresponde àquelas relações pessoais mais fortes, em que há um elevado grau de confiança e reciprocidade.

Uma das perguntas do questionário aplicado referiu-se à quantidade de amigos próximos dos entrevistados. A tabela abaixo apresenta as respostas obtidas.

Tabela 14 - Quantos amigos próximos você diria que tem hoje?

	F	%	% válido	% acumulado
0	4	1,3	1,4	1,4
1	29	9,7	9,8	11,2
2	146	48,7	49,5	60,7
3	72	24,0	24,4	85,1
4	14	4,7	4,7	89,8
5	12	4,0	4,1	93,9
6 ou mais	18	6,0	6,1	100,0
Total	295	98,3	100,0	
Não responderam	4	1,3		
100	1	,3		
Total	5	1,7		
Total	300	100,0		

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada pela autora.

Como se verifica na tabela, 9,8% dos entrevistados responderam que têm 1 amigo; 49,5%, dois amigos, 24,4%, três amigos; 4,7%, quatro amigos; 4,1%, cinco amigos e 4,1%, seis amigos ou mais; afora 1,4% disseram não ter nenhum amigo. Verifica-se, assim, que as relações de amizade restringem-se na maior parte dos casos a até três pessoas.⁴

Outra pergunta referiu-se ao grau de solidariedade esperado pelo entrevistado em relação às pessoas estranhas ao seu domicílio ou ao círculo dos parentes próximos, em uma situação delicada, necessidade econômica, as quais estariam dispostas a lhe emprestar dinheiro. Dos entrevistados, 33,3% responderam que “provavelmente” elas lhe emprestariam dinheiro; 31% responderam que “não tem certeza” e 28% responderam que “certamente”. Uma derivação possível desses números é que a maior parte (61%) dos respondentes têm uma expectativa

⁴ Recente levantamento realizado pela MTV Networks e Microsoft, em 16 países (Brasil, Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, Suécia, Dinamarca, Polônia, Estados Unidos, Canadá, México, China, Índia, Japão, Austrália e Nova Zelândia), que avaliou o papel da tecnologia na vida de 18 mil jovens de 8 a 24 anos, e que indicou que os jovens entre 14 e 24 anos do Brasil são os que possuem maior número de “amigos virtuais” (pessoas com as quais se relacionam apenas na Internet), em número de 46 para uma média de 20. Mas, é importante destacar que neste estudo os amigos não são propriamente os “amigos próximos” a que se refere o questionário. Referência ao estudo em <http://www.plenarinho.gov.br/noticias/agencia_plenarinho/jovens-do-brasil-tem-mais-amigos-virtuais> Acesso em 04/08/2007.

favorável em relação à solidariedade (provável ou certa) de amigos fora do seu círculo de relações familiares e de parentesco em momentos difíceis.

3.3 Confiança e solidariedade

A confiança interpessoal generalizada costuma ser averiguada nas pesquisas internacionais, como as do Latinobarómetro e do World Values Survey, através da questão “Você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas”. Os resultados têm mostrado que no Brasil o grau de confiança é muito baixo em comparação com outros países. Os números do Latinobarómetro de 2004, apresentados na tabela abaixo, são bastante expressivos.

Tabela 15 - Confiança interpessoal na América Latina

	2002	2003	2004
Uruguai	36	35	24
Bolívia	28	21	14
Panamá	28	25	20
Equador	24	20	19
México	22	19	17
Argentina	22	18	15
El Salvador	21	12	16
R. Dominicana	19	--	13
Colombia	18	13	22
Nicarágua	17	18	12
Peru	15	15	16
Honduras	15	18	20
Costa Rica	14	11	8
Guatemala	14	18	14
Chile	13	10	19
Venezuela	12	13	17
Paraguai	6	7	6
Brasil	3	4	4

Fonte: Latinobarómetro, 2004.⁵

⁵ Disponível em <<http://www.latinobarometro.org>>. Acesso em 05/08/2007.

Do ponto de vista da confiança interpessoal, o Brasil aparece como o país latinoamericano com o menor índice entre os 18 países pesquisados. Vejamos agora os resultados relativos a São Leopoldo, obtidos a partir do questionário aplicado.

Tabela 16 - Você diria que pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com outras pessoas?

	F	%	% válido	% acumulado
Pode-se confiar nas pessoas	5	1,7	1,7	1,7
Nunca é demais ter cuidado	294	98,0	98,3	100,0
Total	299	99,7	100,0	
Não respondeu	1	,3		
Total	300	100,0		

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada.

No questionário aplicado em São Leopoldo, 98,3% dos entrevistados disseram que “nunca é demais ter cuidado” e apenas 1,7% responderam que “pode-se confiar nas pessoas”. Ou seja, o índice de confiança interpessoal é ainda menor que os resultados gerais do país em 2004. Esse resultado pode ser interpretado na perspectiva de que o capital social *bridging* e *linking* é bastante fraco em São Leopoldo. As pessoas confiam em quem está próximo, em quem pertence ao seu círculo familiar, ou tem algum grau de parentesco ou de amizade, mas não em “pessoas em geral”.

Inglehart apud Bandeira (2003, p. 179), em pesquisa realizada em 1991, indicou o Brasil entre os 43 países que apresentava o nível mais baixo de confiança generalizada, pois apenas 7% dos entrevistados responderam que “pode-se confiar na maior parte das pessoas”. Bandeira (2003, p. 179) revela que no Rio Grande do Sul, considerando a diferença existente entre regiões, o nível de confiança é de 5%. Por outro lado, uma pesquisa realizada no Distrito Federal, em 1996, indicou que o percentual de respostas que “pode-se confiar nas pessoas” foi de 23%, conforme relata Bandeira (2003, p.180).

A falta de confiança nas pessoas em geral pode estar fortemente associada a uma questão social de grande impacto nas comunidades urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas, a criminalidade.

3.3.1. Confiança e criminalidade

Um estudo realizado pelos economistas Viapiana e Brunet (<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Padrões_de_Criminalidade_1997_2004_rev_2.pdf>) sobre a evolução da criminalidade no Rio Grande do Sul, durante o período de 1997 a 2004, utiliza como referencial teórico a pesquisa realizada por Cláudio Chaves Beato Filho, em 1998, em Minas Gerais, estabelecendo a correlação entre crime e riqueza, ao invés da usual ligação crime e pobreza, valendo-se do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O pressuposto a que chegou o pesquisador é que riqueza enseja mais oportunidades para a ação criminosa, dificultando os mecanismos tradicionais de controle social e vigilância. Nesse estudo de Beato, foram destacadas as visões convencionais de análise sobre o aumento da criminalidade, baseadas em dois discursos: o discurso da pobreza, que faz uma relação entre criminalidade e situação de carência de bens e serviços básicos; e o discurso da impunidade, que aponta o Estado como incapaz de investigar e punir os criminosos.

O estudo considerou São Leopoldo uma das cidades mais violentas do Rio Grande do Sul. Os roubos tiveram um aumento de 79% no período de 1997 a 2004 e a taxa de homicídios foi uma das mais altas do Estado. A hipótese apresentada pelos autores para explicar o aumento da criminalidade em São Leopoldo foi fundamentada na correlação dos crimes violentos com o crescimento do tráfico e renda elevada – o que aumenta o consumo de drogas. Também apontou que o grau de desenvolvimento juntamente com a concentração urbana elevam o número de alvos para a prática de furto e roubo; e enfatizou que esses crimes estão relacionados à riqueza e não à pobreza.

Num ambiente de crescente violência e criminalidade, compreende-se que a confiança generalizada esteja em baixa. Mas e a confiança nas pessoas do bairro? Na presente pesquisa, as respostas à questão “A maioria das pessoas neste bairro está disposta a ajudar, caso você precise?”, apontaram que 39,5% dos entrevistados

acreditam que talvez; 27,4% acreditam que sim; 15,1% disseram não saber; 14,7% disseram que em parte; 3,3% responderam que não. Verifica-se que a expectativa de auxílio por parte das pessoas do bairro é bastante expressiva, compatível com um bom nível de capital *bonding*.

Quando perguntados “Neste bairro é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você”, obteve-se o seguinte resultado: 31,8% dos entrevistados acham necessário estarem atentos em parte; 22,4% disseram que não; 18,7% disseram não saber; 18,4% disseram que se deve estar atento em parte; e 8,7% disseram que sim. Verifica-se que a expectativa de alguém querer tirar proveito por parte das pessoas do bairro é bastante expressiva, compatível com um nível de capital *bonding*.

3.3.2. Confiança nas instituições políticas

A confiança nos agentes políticos e nas instituições políticas é bastante baixa no Brasil, se comparada a de outros países.

Os resultados do questionário acerca da confiança em membros dos governos local, estadual e federal estão elencados a seguir.

Tabela 17 - Confiança nos membros dos governos

	Municipal (%)	Estadual (%)	Federal (%)
Confio pouco	50,8	59,5	28,4
Confio muito pouco	23,4	28,4	64,2
Nem muito, nem pouco	23,1	11,7	7,0
Confio muito	2,3	0,3	0,3
Confio totalmente	0,3	--	--

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada pela autora.

A tabela mostra que o grau de confiança dos entrevistados em relação aos governos local (municipal), estadual e federal é muito baixo. Esses dados são

compatíveis com a tendência verificada nas últimas décadas no país. Entretanto pode ter sido ainda fortalecida pela conjuntura da política nacional, uma vez que a aplicação da pesquisa ocorreu em um dos momentos de maior repercussão da crise política, em nível federal, na mídia, inclusive com a instauração de várias Câmaras Parlamentares de Inquéritos - CPIs - no Congresso Nacional.

Com o objetivo de apurar até que ponto a confiança interpessoal e nas instituições políticas afeta a disposição dos entrevistados em cooperar com projetos que trazem benefícios a muitas pessoas da comunidade, foi perguntado ao respondente se ele contribuiria com tempo e dinheiro para um projeto social. As respostas indicaram que 82,3% contribuiriam com tempo e apenas 18,8% contribuiriam com dinheiro. Considerando que a contribuição em dinheiro é em geral reveladora de comprometimento mais forte do que a dedicação apenas de tempo, pode-se inferir que a disposição de apoiar causas comunitárias existe, mas de forma limitada.

3.4. Ação coletiva e cooperação

Os meios de operacionalização do capital social, através da participação da comunidade em ações voltadas à coletividade, foram investigados através de algumas questões.

Uma das questões tinha a seguinte formulação: “Nos últimos 12 meses, você ou alguém de seu domicílio participou de alguma atividade comunitária?” Dos entrevistados, 79,3% responderam que não e 20,7% responderam que sim. Para os 20,7% que responderam “sim”, foi perguntado “Quantas vezes nos últimos 12 meses você participou de alguma atividade comunitária?”. As respostas indicam que 50,8% deles participaram de 1 a 4 vezes; 8,2% participaram de 5 a 9 vezes; 8,2% participaram de 10 a 19 vezes; 11,5,2% participaram de 20 a 29 vezes e 21,3% participaram de 30 vezes ou mais. No conjunto, as respostas mostram um nível baixo de participação em ações comunitárias.

Também com referência à possibilidade de cooperação em prol da coletividade se questionou: “Se houvesse um problema de abastecimento de água

neste bairro ou localidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem?” Dos entrevistados, 27,4% das pessoas responderam que seria relativamente improvável a colaboração; 26% das pessoas responderam que seria relativamente provável; 23,6% das pessoas responderam que nem provável nem improvável; 13,5% das pessoas responderam que seria muito improvável e 9,5% das pessoas responderam que seria muito provável. Nota-se, através dessas respostas, uma expectativa de cooperação (provável ou muito provável) num caso de necessidade coletiva fundamental por parte do conjunto da comunidade limitada a $\frac{1}{4}$ dos entrevistados. É um índice baixo, em se tratando de uma questão fundamental como água, o que leva a crer que em situações menos “sérias”, a cooperação seria ainda menor.

Esses dados são compatíveis com os dados colhidos por Bandeira (2003) ao analisar as regiões do Rio Grande do Sul, onde a região Metropolitana, denominada de Nordeste 1, na qual São Leopoldo está inserida, apresentou a menor existência de “reciprocidade difusa”.

3.5. Informação e comunicação

O acesso das pessoas às informações através dos meios de comunicação de massa é um item importante do capital social, pois a comunicação é essencial para a sociabilidade e também porque reflete, segundo Putnam (2002, p.106), o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários.

Perguntados sobre a disponibilidade de telefone na família, um percentual de 97,3% dos entrevistados responderam que sim, que dispõem desse meio de comunicação. Quanto ao uso do telefone como meio de comunicação, perguntou-se sobre o número de vezes que o entrevistado fez ou recebeu um telefonema no último mês. As respostas foram as seguintes: 7,2% responderam que não receberam ou fizeram nenhuma ligação ou no máximo receberam ou fizeram nove ligações; 24,6%, de 10 a 14 ligações; 34,1%, de 15 a 19; 25,4%, de 20 a 29 vezes e 8,7% receberam ou ligaram 30 vezes ou mais no mês. Esses resultados indicam que o telefone é de fato um meio de comunicação de massa acessível à população, visto que mais de 90% dos entrevistados utilizaram o telefone mais de 10 vezes no mês.

Ainda no que diz respeito ao tema informação e comunicação, perguntou-se: “As fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo”. Os resultados indicam que em 88% a televisão é a fonte de informação mais importante e dentre os programas destacam-se os jornais estadual ou nacional apontados por 69,7% dos entrevistados; 62% destacam a internet; 30,3%, o rádio; 12,7%, os partidos políticos; 12, 7%, os parentes, amigos e vizinhos; 10,3%, o jornal local ou o da comunidade; 7,3%, os colegas de trabalho ou sócios e 4,3%, os grupos ou associações.

São resultados que não surpreendem. A TV é apontada em praticamente todas as pesquisas como a principal fonte de informação sobre questões políticas e governamentais, seguida do jornal e do rádio. A internet começa a ganhar maior espaço. Partidos políticos, parentes, colegas e grupos também influenciam, mas com peso menor.

3.6. Coesão e inclusão social

O exame do grau de coesão e de inclusão social, e os fatores que influenciam negativamente esses índices, como o conflito e a violência, foram averiguados através de diversas questões. A primeira aferiu a percepção dos entrevistados sobre as diferenças entre as pessoas no bairro: “Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no seu bairro?” Dos entrevistados, 70% responderam que as pessoas são relativamente diferentes; 13,7%, pouco diferentes; 11,3%, muito diferentes; 3,3%, muito pouco diferentes e 1,7% disseram que são extremamente diferentes. De um modo geral, pode-se dizer que a percepção predominante é que não há profundas diferenças entre as pessoas do seu bairro.

Também se perguntou se “Algumas dessas diferenças causam problemas?” Dos entrevistados, 66% responderam que não e 34% responderam que sim. Aos que responderam sim, perguntou-se: “Quais as diferenças que mais causam problemas?” As respostas estão apresentadas na próxima tabela.

Tabela 18 - Diferenças que mais causam problemas(a)

	Respostas		% dos casos
	N	%	
Diferenças de educação	70	34,8%	68,6%
Diferenças de riqueza	17	8,5%	16,7%
Diferenças de posição social	55	27,4%	53,9%
Diferenças entre homens e mulheres	1	,5%	1,0%
Diferenças entre gerações mais jovens e as gerações mais velhas	11	5,5%	10,8%
Diferenças entre moradores antigos e novos moradores	5	2,5%	4,9%
Diferenças de filiação política	20	10,0%	19,6%
Diferenças de crenças religiosas	13	6,5%	12,7%
Diferenças de origem étnica, cor	5	2,5%	4,9%
Outras diferenças	4	2,0%	3,9%
Total	201	100,0%	197,1%

Fonte: Dados coletados através de pesquisa realizada autora.

Conforme indica a tabela, as diferenças que mais causam problemas, por ordem decrescente, são as diferenças em educação, apontadas por 68,6% dos entrevistados; as de posição social, apontadas por 53,9%; as de filiação política, apontadas por 19,6%; as de riqueza, apontadas por 16,7%; as religiosas, apontadas por 12,7%; as geracionais (entre gerações mais jovens e mais velhas), apontadas por 10,8%; as diferenças entre moradores mais antigos e mais novos, apontadas por 4,9% e as de origem étnica, apontadas por 4,9% dos participantes da pesquisa.

Ainda se perguntou: “Algumas vezes esses problemas levaram à violência?” Para 67% dos entrevistados esses problemas não levam a violência e 33% responderam que sim.

No seu conjunto, esses dados sugerem que há um bom nível de tolerância em relação às diversidades dos moradores dos bairros estudados. A vinculação

entre a diversidade a existência de problemas e de violência é feita por cerca de 1/3 dos entrevistados.

Outras questões se referiram às modalidades informais de coesão e inclusão social. Quando perguntou-se: “Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber em casa ou lugar público?”, obteve-se os seguintes percentuais: 22,8% dos entrevistados responderam que duas vezes; 36,9%, três vezes e 16,1%, quatro vezes; enquanto 5,3% responderam que não se reuniram nenhuma vez. Esses 5,3% podem ser considerados, em princípio, pessoas de baixo convívio social, que não partilham das formas informais de sociabilidade e que são potenciais excluídos do ponto de vista do capital social.

Ainda em relação à questão anterior, completou-se, perguntando: “Algumas dessas pessoas era de origem étnica ou lingüística, cor diferente da sua?”. Dos entrevistados, 51,4% afirmaram que não e 48,6% afirmam que sim. Na seqüência, perguntou-se: “Algumas dessas pessoas era de situação econômica diferente da sua?”. Dos entrevistados, 84,8% dos respondentes afirmaram que não e 15,2% afirmam que sim. Continuando, perguntou-se: “Algumas dessas pessoas era de posição social diferente da sua?”. Dos entrevistados, 86,5% afirmaram que não e 13,5% afirmam que sim. E perguntou-se também: “Algumas dessas pessoas era de grupo religioso diferente do seu?”. Dos entrevistados, 59,4% afirmam que sim e 40,6% afirmam que não.

Essas respostas evidenciam que grande parte (mais de 80%) das pessoas partilha momentos fundamentais de sociabilidade, como a refeição ou o ato de beberem juntos, com pessoas de mesma condição social e econômica. Cerca da metade dos entrevistados divide tais momentos com pessoas de outra origem étnica e em torno de 60% usufrui-os com pessoas de outras religiões. Condição social e econômica são barreiras importantes para solidificar o capital social no nível cotidiano, enquanto que etnia e religião têm menor peso nesse sentido.

Uma última questão referiu-se ao sentimento de insegurança. Perguntou-se: “Em geral, como você se sente em relação à criminalidade quando está sozinho em casa?”. Dos entrevistados, 43,6% disseram-se moderadamente inseguros; 29,5%,

muito inseguros; 14,4%, moderadamente seguros; 10,1%, nem seguros nem inseguros e apenas 2,3% disseram sentir-se muito seguros. Esses dados demonstram o quanto está presente o sentimento de insegurança na comunidade.

3.7. Empoderamento e ação política

A noção de empoderamento⁶ é um importante tópico das pesquisas atuais que tematizam o capital social, abarcando os aspectos que fortalecem as relações sociais e geram solidariedade e cooperação, fazendo com que as pessoas se sintam felizes e pertencentes a uma comunidade cívica.

Em resposta ao questionamento “Em geral você se considera uma pessoa feliz?”, 78,9% dos entrevistados consideram-se pessoas moderadamente felizes; 10,4%, muito felizes; 9,4%, nem felizes nem infelizes; 1%, moderadamente infelizes e 0,3% muito infeliz. Predomina, portanto, um sentimento de moderada felicidade entre a maioria dos entrevistados, o que é compatível com a vida urbana de São Leopoldo, marcada por muitas oportunidades, mas também por muitos problemas.

Quando se questionou “Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida?”, obteve-se as seguintes respostas dos entrevistados: 59,7% afirmaram que se sentem geralmente capazes de mudar a sua vida; 16,3%, nem capazes nem incapazes; 13%, totalmente capazes e 3%, totalmente incapazes. Tais respostas indicam que cerca de 60% dos respondentes manifestam um sentimento de empoderamento, ou seja, sentem-se capazes de mudar a sua vida, o que condiz com a idéia da possibilidade de mudança das condições sociais e do próprio destino, através da construção de espaços de participação e de igualdade política.

Adentrando em temas políticos, perguntou-se se “Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste bairro se reuniram para entregar conjuntamente um

⁶ O conceito de *empoderamento* vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação, para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do seu meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), refletindo sobre os fatores que dão forma ao seu meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação. Disponível em <<http://www.eicos.psycho.ufrj.br/eicosnet/port/cd/empod.htm>>. Acesso em 14/08/2007.

abaixo-assinado aos membros do governo?”. Dos entrevistados, 78,8% responderam que nunca; 14,1% responderam que uma vez; 6,7% responderam que algumas vezes (igual ou menos de 5) e 0,3% respondeu que muitas vezes (mais de cinco). O abaixo-assinado, portanto, não vem a ser uma prática política comum no município.

Sobre a eficácia do voto, perguntou-se: “Muitas pessoas consideram que não vale a pena votar. Você deixou de votar alguma vez por achar que não vale a pena?”. Dos entrevistados, 74% responderam que não e 26% responderam que sim. Levando-se em consideração o contexto do país, em que os escândalos envolvendo políticos e governantes são pauta diária da mídia, bem como o baixo nível de envolvimento dos cidadãos na política, é compreensível que haja uma tendência razoável à abstenção eleitoral.

3.8. Participação e capital social: aprofundando a compreensão

Em virtude da importância da participação em grupos e redes para o tema do capital social, são apresentados a seguir alguns elementos adicionais derivados do cruzamento das respostas sobre participação com respostas de outras questões.

- Há equilíbrio entre os gêneros na participação em redes e grupos, com leve predomínio do feminino: 32,1% e masculino: 28%.

- Maior escolaridade corresponde à menor participação. Dos que possuem os ensinos fundamental incompleto, 63,6% participam de grupos e redes; fundamental completo, 43,3%; médio incompleto, 37,9%; médio completo, 34,1%; superior completo, 20%; superior completo, 17,3% participam. Trata-se de uma relação inversamente proporcional entre escolaridade e participação, dados que contrariam boa parte das pesquisas internacionais, em que há uma correlação positiva entre essas variáveis. Esse é um aspecto a ser aprofundado em outras pesquisas.

- Afro-descendentes participam mais que descendentes de outras etnias. Dos afro-descendentes, 51% participam de grupos e redes; dos germânicos, 29,2%; dos

portugueses, 25,4%; dos italianos, 23,5%; das demais etnias, 64,3% participam (essas etnias são minoritárias e não estão identificadas no questionário).

- A proveniência do meio rural favorece à participação. Dos entrevistados que participam de redes e grupos, 48% disseram que seus pais, ambos, vieram do meio rural; 31,4% disseram que um dos pais veio do meio rural, o outro do meio urbano; 21,3% disseram que os pais são ambos do meio urbano.

- Permanecer morando no mesmo local não impulsiona a maior participação. Dos que sempre moraram no mesmo local, 23,3% participam de grupos e redes; dos que já moraram em outro local, 30,9% participam; dos que já moraram em vários locais, 30% participam. Parte da literatura sobre capital social, especialmente a que se refere às comunidades do meio rural ou a pequenas cidades, sugere que o convívio continuado favorece a maior participação. Porém outras obras, como a de Jane Jacobs (2003), mostram que nas grandes cidades os fatos se processam de modo diferente. Os dados da presente pesquisa, referentes ao município de São Leopoldo, região metropolitana, indicam que confiança, reciprocidade e outros elementos associados à participação não são influenciados pela moradia num único lugar.

- Ter amigos favorece a participação em redes e grupos. Há uma correlação positiva entre ter amigos e maior participação, o que condiz com a literatura. Os resultados sobre participação em grupos e redes - relação de amigos próximos, indicam que dos que não participam de grupos e redes, 57,4% possuem dois amigos e 21,5% possuem três amigos; dos que participam de grupos e redes, 30,2% possuem dois amigos e 31,4% possuem três amigos.

- Não há uma correlação forte entre participação e confiança. Em relação às expectativas de: obter empréstimo financeiro em situação difícil; ter confiança generalizada nas pessoas e ser ajudado em caso de necessidade, os cruzamentos indicam que a confiança dos que participam é um pouco maior que a daqueles que não participam, mas não de forma estatisticamente significativa.

- Participar em grupos e redes não influencia em ter ou não confiança nos membros do governo. De modo geral, tanto os entrevistados que participam como os que não participam de grupos e redes confiam pouco no governo local ou municipal, no governo estadual e no governo federal.

- Participação está associada positivamente à disposição de colaborar com tempo e com dinheiro para causas comunitárias. Dos que não participam de grupos ou redes, 78,2% contribuiriam com tempo; e os que participam de grupos ou redes, 92% contribuiriam com tempo. Dos que não participam de grupos ou redes, 14,7% contribuiriam com dinheiro; e os que participam de grupos ou redes, 28,7% contribuiriam com dinheiro.

- Participação em grupos e redes está associada positivamente à participação em atividades comunitárias. Dos que não participam de grupos ou redes, 10% participaram de alguma atividade comunitária; dos que participam de grupos ou redes, 46,6% participaram de alguma atividade comunitária. Comprova-se que os que participam de grupos e redes são mais cívicos que os que não participam.

- Há diferenças no uso dos meios de comunicação entre os que participam e os que não participam de redes e grupos. Dos que não participam de grupos e redes, a utilização da internet é superior; dos que a utilizam, 80% não participam de grupos; contra 20% dos que participam. Há uma inversão em relação ao jornal local: 20,2% dos que o lêem participam de grupos; contra 6,2% dos que não participam. Assim, pode-se inferir que a internet é uma fonte de comunicação contemporânea, de certa forma individualista e elitizada, uma vez que exige um determinado aporte financeiro para aquisição de computador e conexão em rede, e não está voltada a informar sobre questões locais. Já a aquisição de jornal local torna-se acessível pelo investimento, e a pauta reflete os anseios da comunidade em geral.

- A participação em grupos e redes não aumenta a tolerância com relação à diversidade das pessoas. No que diz respeito às diferenças entre as pessoas do mesmo bairro, constata-se que aqueles que não participam de grupos e redes, 29,9% acreditam que essas diferenças causam problemas; já os que participam, 43,8% acreditam que não causam problemas. A relação entre diversidade de

peças e ocorrência de violência é rejeitada por 79,7% dos que não participam em grupos e redes e rejeitada por apenas 46,2% dos que participam. Esses resultados podem indicar que há uma tendência de que o capital *bonding* expresso nos grupos tenha presente um elemento de fechamento sobre si próprio e afastamento de outros grupos ou da própria comunidade.

- A participação em grupos e redes não influencia na sensação de insegurança frente à criminalidade e violência. O sentimento de segurança é um pouco maior entre os que participam de grupos, mas não chega a ser estatisticamente significativo.

- A participação em grupos e redes está fracamente correlacionada com o empoderamento. Entre os que participam de grupos e redes, 18% se sentem totalmente capazes de mudar a vida; entre os que não participam, o índice fica em 10,9%.

- A participação em grupos e redes favorece a participação eleitoral. Entre os que não participam de grupos e redes, 32,2% já deixou de votar por achar que não vale a pena; entre os que participam, esse índice cai para 11,2%.

Pode-se dizer que, no conjunto, esses elementos sobre participação em redes e grupos e outras dimensões do capital social são, no geral, coerentes com as linhas gerais da teoria de Putnam. Há alguns elementos diferentes do esperado - como a relação entre escolaridade e participação; aspectos controversos - como a menor tolerância à diversidade entre as pessoas; e elementos novos - como a maior utilização da internet por pessoas que não participam de grupos e redes.

CONCLUSÃO

O presente estudo propôs-se a analisar as características do capital social em São Leopoldo no início do século XXI.

A revisão bibliográfica sobre o capital social e desenvolvimento (1º capítulo) ressaltou, com base em diferentes autores, que o desenvolvimento depende de vários fatores não diretamente econômicos, como as dimensões social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Amartya Sen (2000) é um dos mais destacados pesquisadores sobre esse tema. Sua tese é que o desenvolvimento expressa-se no aumento das liberdades fundamentais do ser humano. O capital social comparece como um dos elementos, não diretamente econômico, visto como essencial nos processos de desenvolvimento dos países mais avançados.

Também buscou-se a definição de um conceito de capital social com abrangência necessária para nortear o trabalho proposto, sendo que a principal referência teórica utilizada foi a definição de capital social formulada por Robert Putnam (2002, p. 177), que afirma “o capital social diz respeito a características da organização social como, confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas”, facilitando assim as relações de coordenação e cooperação entre os agentes. No mesmo sentido, Coleman (1988) define o capital social como um conjunto de normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social que são consideradas importantes no funcionamento não somente da sociedade como também da economia.

Compatível com esse entendimento acerca de desenvolvimento e de capital social, a investigação sobre a trajetória de São Leopoldo considerou as relações históricas, as configurações políticas, a identidade, as redes sociais, a confiança, a reciprocidade e a cooperação, a construção da democracia, a eficácia das instituições políticas e sociais e outros elementos próprios do desenvolvimento, os quais favoreceram o crescimento econômico do Município.

Esse enfoque encontrou respaldo em vários autores, como Bandeira (2003, p. 9), que destaca que a economia regional passou e ser vista “como um conjunto de atividades afetadas pela cultura e pelos contextos locais, sujeitas a mudanças condicionadas não apenas por fatores econômicos *stricto sensu*, mas também pela trajetória histórica da região e por outros fatores sociais e institucionais específicos.”

A rememoração histórica da trajetória do município de São Leopoldo a partir de 1824 (2º capítulo) buscou incorporar elementos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais que permitissem a compreensão do processo de desenvolvimento ao longo desses 183 anos, considerando os aspectos ligados ao capital social, destacando a organização social, o trabalho comunitário, o associativismo, a informação e a comunicação a partir da criação da imprensa e a participação nas questões públicas.

Os elementos colhidos no trabalho sustentam a idéia de que o desenvolvimento econômico, alcançado pelo município, não deveu-se apenas a fatores estritamente econômicos, mas também a elementos culturais e sociais, vinculados ao capital social.

O estudo, destacou o intenso regime de trabalho e a capacidade dos imigrantes e de seus descendentes para o comércio, a indústria e o empreendedorismo. Inicialmente, o modelo econômico implantado era de pequena propriedade, onde era praticada a cultura de subsistência, cuja produção excedente era comercializada com vistas a atender o mercado local. Assim, instituído o mecanismo de troca entre os colonos e os comerciantes, a produção começou a se diversificar para atender também o mercado externo. A fartura das colheitas foi propulsora da prosperidade da colônia, impulsionada pelo comércio, transformando a economia de São Leopoldo. A instalação dos moinhos pode ser considerada o início da industrialização; e a partir de 1850 a 1900 o desenvolvimento esteve calcado na manufatura de produtos agrícolas e na consolidação do comércio. Também teve relevância no processo de desenvolvimento de São Leopoldo a navegação fluvial – principal meio de transporte de passageiros e de escoamento da produção. Em 1874 foi construída a primeira linha férrea do Rio Grande do Sul ligando Porto Alegre a São Leopoldo.

A participação de São Leopoldo na economia estadual, inicialmente baseada na produção de alimentos, modificou-se ao longo do século XX. O desenvolvimento industrial do setor calçadista, metal-mecânico, louças, químico, vestuário e alimentício situa atualmente o Município em posição de destaque no ranking do PIB *per capita*.

Constatou-se também que a coesão familiar e a capacidade organizativa foram determinantes para que os colonos alemães superassem as adversidades da fase pioneira. A falta de capacidade do governo brasileiro de manter os subsídios prometidos fez com que os imigrantes fossem se organizando em comunidades, adquirindo assim consciência coletiva ou identidade étnica e desenvolvessem diferentes formas de cooperação, visando à construção de escolas, estradas, pontes, igrejas e à publicação de livros didáticos, entre outros.

A criação de uma imprensa, voltada aos interesses da comunidade, redigida em alemão e em versões bilíngües português/alemão, contribuiu para a conservação do patrimônio cultural e da língua de origem, reforçando o sentimento de solidariedade, de civismo e a participação política.

A organização social dos imigrantes, fundamentada na comunidade, no encaminhamento conjunto das reivindicações, na busca de soluções para atender as necessidades de infra-estrutura, educação, saúde, religião, lazer, desenvolveu práticas colaborativas importantes para a promoção do associativismo.

Nos primeiros tempos de colonização, a participação política dos imigrantes alemães praticamente inexistiu. Esse fenômeno tem relação com o legado da cultura política dos imigrantes. A Alemanha do início do século XIX era marcada por guerras e conflitos, o que concorreu fortemente para a decisão de imigração, bem como por regimes autoritários. Apesar disso, as experiências democráticas das cidades livres no solo germânico possivelmente foram fatores que impulsionaram a organização social, as decisões coletivas e a intensa vida social dos imigrantes nas colônias brasileiras. São Leopoldo teve, ao longo de sua história, uma variedade significativa de organizações sociais comunitárias, aspecto que permanece até hoje. A Constituição de 1988 propiciou o fortalecimento e a multiplicação das instituições

comunitárias, o que contribuiu para a existência de 1.459 organizações sociais em São Leopoldo.

Com a aprovação da Lei Saraiva, foram superados os entraves legais que impediam a participação política dos imigrantes alemães e de seus descendentes, os quais, gradativamente, foram ocupando as vagas no legislativo rio-grandense, e o comportamento político foi se tornando similar ao das demais etnias. No final do século XX e início do século XXI os índices de participação eleitoral em São Leopoldo são semelhantes aos de outros municípios gaúchos.

Merece destaque a participação dos cidadãos leopoldenses em consultas dos governos sobre assuntos orçamentários. No governo estadual, está consolidada desde 1988, em diferentes modalidades, a prática participativa, através da consulta direta à população, quanto à destinação de parcela do Orçamento. No âmbito municipal, desde 2005 foi criado pelo governo municipal o Orçamento Participativo, visando instituir mecanismos democráticos na definição de prioridades, visando à elaboração da proposta orçamentária que posteriormente é votada pela Câmara Municipal.

O Orçamento Participativo de São Leopoldo divide-se em sete regiões distintas e durante o processo são realizadas as seguintes etapas: reuniões preparatórias para apresentação do processo e discussão das prioridades em cada região; reuniões preparatórias micro-regionalizadas para divulgação da metodologia em espaços da comunidade (CTGs, sindicatos, clubes, igrejas e outros); assembléias regionais para definição das demandas e prioridades de cada região e eleição dos delegados; fóruns regionais de delegados com o objetivo de deliberarem sobre as questões regionais do Orçamento Participativo e eleição dos conselheiros e assembléia municipal, quando são empossados os conselheiros eleitos pelo fórum de delegados e apresentadas as prioridades de São Leopoldo para compor o Orçamento do ano subsequente.

Em nível regional, cabe registrar a atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale Rio dos Sinos, que busca o objetivo de promover o desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos

recursos e das ações de governo na região, visando a melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Com referência à educação, o município dispõe de uma ampla rede escolar municipal, estadual e particular e importantes instituições de ensino superior. Tal situação condiz com a valorização da educação desde o princípio da colonização alemã, expressa na conhecida experiência das escolas comunitárias.

O crescimento desordenado da população, aliado à imigração das últimas décadas, trouxe a São Leopoldo problemas comuns das grandes cidades nas áreas de infra-estrutura, saneamento, habitação e principalmente na área social com a violência e a pobreza. Apesar disso, ao se analisar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE de São Leopoldo, verifica-se que o município se encontra numa posição mediana, se comparado a outros municípios do Estado.

As transformações ocorridas desde a ocupação do território até o presente foram marcadas por mudanças sociais que alteraram os padrões de convivência significativos para o capital social. No entanto, a rememoração histórica apresentou elementos indicativos da formação de um expressivo estoque de capital social, pelas atitudes de confiança, cooperação, associativismo e participação política, características de uma comunidade cívica.

As formas de expressão do capital social também adquiriram uma versão urbana, na linha da tese de Bandeira (2003), conforme resultados da pesquisa de opinião aplicada nos diferentes bairros da cidade, apresentados no terceiro capítulo. A população de São Leopoldo caracteriza-se por um elevado grau de escolaridade, com predominância da origem germânica, seguida pela italiana, portuguesa e afro-descendente. Na sua maioria, os cidadãos são provenientes do meio urbano e não participam de grupos e redes, dado que relativiza o elevado número de organizações sociais encontradas em São Leopoldo.

Dos vários elementos do capital social pesquisados através da versão resumida do Questionário Integrado para Medir Capital Social, deu-se ênfase à análise dos aspectos relacionados à participação dos cidadãos em redes e grupos, pois, segundo a teoria de Putnam, a organização horizontal é um dos mais importantes indicadores de capital social.

Um item constatado na pesquisa em São Leopoldo é a relação entre religião e participação em grupos e redes. A maioria dos participantes é vinculada a uma religião e há grande número de grupos de caráter religioso, o que condiz com a contribuição histórica da Igreja Católica e Luterana na formação das comunidades coloniais.

Buscou-se investigar qualitativamente a relação entre capital social e escolaridade no cruzamento de dados, mensurando a escolaridade dos entrevistados e a participação em grupos e redes. Ao se confrontarem as informações sobre a escolaridade dos entrevistados e a participação em grupos e redes, chama a atenção a relação inversa entre escolaridade e participação em grupos e redes, pois a maior escolaridade corresponde a menor participação. Semelhante resultado obteve Santos (2006, p. 97-98) ao analisar a relação entre capital social e escolaridade dos Conselhos Municipais de Macaé e Resende, concluindo que “os maiores percentuais de filiação a organizações de caráter associativo encontram-se entre as pessoas de escolaridade mais baixa”. O resultado apresentado não encontra consenso na literatura internacional, pois alguns autores acreditam que o capital social é subordinado ao capital humano (inclui nível de escolaridade) e outros defendem posição diversa. Contudo credita-se à educação o estímulo ao debate e a participação em organizações associativas.

Sob o aspecto étnico, o percentual mais alto de participação em grupos e redes é o dos afro-descendentes. Essa constatação não deixa de ser um tanto paradoxal em se tratando de um município caracterizado historicamente pelo elevado grau de participação dos imigrantes germânicos e seus descendentes. O fato comprova que o elemento étnico não é isoladamente um elemento determinante de politização e participação.

Verificou-se também nas redes e grupos a heterogeneidade de composição em termos de gênero, etnia, ocupação e formação escolar, revelando a inexistência de obstáculos de tal ordem para inserção em grupos e redes. Essa diversidade é um elemento benéfico do ponto de vista da formação do capital social tipo *bridging* e *linking*.

O grau de confiança interpessoal é baixo em São Leopoldo, segundo os dados colhidos na pesquisa, o que é coerente com o constatado por variados levantamentos em relação ao Brasil, como os do *Latinobarómetro*. A literatura tem relacionado esse fenômeno com fatores como a ineficácia do governo em definir e executar uma política de inclusão social, a violência das cidades das regiões metropolitanas e a falta de credibilidade nas instituições (Poder Executivo, Legislativo e Judiciário). Esse resultado pode explicar, em parte, a falta de disposição dos indivíduos para integrar e apoiar ações comunitárias.

Outro item relevante para o capital social é o acesso das pessoas às informações. A pesquisa indicou o telefone como um meio de comunicação acessível à grande maioria da população e a televisão como principal fonte de informações políticas e ações governamentais, seguida do jornal e do rádio. Verificou-se que a *internet* está se tornando acessível a maiores contingentes da população e ganhando espaço nos meios de comunicação.

Quanto ao grau de coesão e de inclusão, a pesquisa apontou que, segundo a percepção dos entrevistados, não há, de um modo geral, diferenças profundas entre as pessoas. Os respondentes que acreditam que algumas dessas diferenças causam problemas, indicaram a educação, a posição social, a filiação política, a riqueza e a religião como as principais causadoras de problemas ou conflitos. No entanto, a maioria discorda desse entendimento, o que sugere a existência de um bom nível de tolerância em relação às diversidades.

Com relação ao convívio social, a pesquisa demonstrou que a maioria das pessoas partilha de momentos de sociabilidade. As relações de amizade se restringem na maior parte dos casos a até três pessoas, e a maioria dos entrevistados tem uma expectativa favorável em relação à solidariedade.

A violência, a criminalidade e o conseqüente sentimento de insegurança vêm sendo apontados como fatores de erosão do capital social. A pesquisa revelou de forma expressiva o sentimento de insegurança na comunidade de São Leopoldo, o que representa um risco de redução do estoque de capital social no Município no futuro próximo.

Do ponto de vista do empoderamento, a maioria acredita que tem capacidade de mudar a sua vida, o que é um elemento altamente favorável para a democracia e a luta pela mudança social. A maioria dos entrevistados se diz moderadamente feliz, uma resposta que sugere que persiste a capacidade de continuar acreditando em si e na sociedade, apesar das dificuldades.

A tipologia do capital social *bonding*, *bridging* e *linking* foi bastante enfatizada neste trabalho. O pressuposto assumido é que todas essas formas são relevantes, tendo particular importância para o desenvolvimento a presença do tipo *bridging* e *linking*. Os dados do questionário revelaram que o tipo de capital social predominante no município de São Leopoldo é o *bonding*. Predominam as relações que concentram a confiança em círculos restritos, marcados por laços familiares ou de amizade, entre pessoas parecidas quanto à origem étnica, idade, classe social e gênero. Num patamar menor, observou-se a existência do capital social tipo *bridging*, presente nas relações que aproximam pessoas diferentes com objetivos comuns. São as conexões formadas nos movimentos sociais, ONGs e outros grupos.

A pesquisa apontou para uma diminuição da participação em redes sociais formais; mas mostrou um maior envolvimento das pessoas em relações sociais informais como em atividades ligadas ao esporte ou atividades nas quais as relações são mais flexíveis e impessoais como a internet.

Os elementos descritos até aqui permitem apresentar uma resposta à questão central da presente investigação: *quais as características do capital social em São Leopoldo no início do século XXI?* As características centrais são: predominância do capital social tipo *bonding* – redes sociais formadas por pessoas parecidas em aspectos como etnicidade, escolaridade, gênero, classe social. Também verificou-

se, em nível mais reduzido, a presença de capital social tipo *bridging* – redes sociais que aproximam pessoas diferentes em prol de causas coletivas normalmente vinculadas às ONGs e aos movimentos sociais. Porém o capital social tipo *linking* é inexpressivo nos resultados apontados pela pesquisa.

Os principais aspectos do capital social que favoreceram historicamente o desenvolvimento do município de São Leopoldo são: a disposição para o trabalho, a coesão familiar, a organização social baseada na comunidade, o associativismo e a capacidade de empreender economicamente.

Finaliza-se o presente trabalho com a convicção de se ter trazido importantes elementos sobre o capital social em São Leopoldo, mas longe de ser um resultado final de uma pesquisa, há de representar mais uma etapa no longo caminho de aprofundar a compreensão do processo de desenvolvimento do Município que foi o berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABU–EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1º sem. 1999.
- AMSTAD, Theodor (Org). **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824 – 1924**. Tradução Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999. 645 p.
- APERS. **Revista do arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul**. n. 15-16, set.-dez. 1924. p. 564-576.
- ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 65 p.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **O Capital social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 355 p. Tese. (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social. In: BAQUERO, Marcello (Org). **Reinventando a sociedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 208 p.
- BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2003.
- BECKER, Dinizar F. A economia política do desenvolvimento contemporâneo. **Redes**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 5, n. 2, p. 29-39, maio/ago. 2000.
- BIBLIOTECA PÚBLICA. Conforme a publicação “**Quem é o público do Orçamento Participativo 2002**”, disponível em: http://www.ongcidade.org/site/biblioteca/biblioteca_publicacoes.php. Acesso em 15/02/2007.
- BOISIER, Sergio. Modernidad y territorio. **Cuadernos Del Ilpes**. Santiago do Chile, n. 42, 1996.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. BANDEIRA, Pedro S. (Coord.) Desenvolvimento regional, cultura política e capital social: pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul, **Relatório de análise dos resultados**, Porto Alegre: LABORS/IFCH/UFRGS, 2001.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, 1988, p. 95-200.
- CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 303 p.

DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, vol. 3, n. 2, 1999, p. 49-70.

DREHER, Martin. Entrevista impressa veiculada no jornal *Vale dos Sinos*, em 25 de julho de 2006, p. 1-24.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**. São Paulo: A&D, 2002.

_____. **Capital social**. São Paulo: Instituto de Política Millenium, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque_texto.php . Acesso em: 15/02/2007.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRAEBIN, C. M. G. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência**: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. São Leopoldo: Unisinos, 2004. 285p. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2004.

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> . Acesso em 14/02/2007.

JARDIM, M. L. T.; BANDEIRA, M. D. **Um século de população do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2001. CD-ROM.

KREUTZ, L. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MARCH, C.; VASCONSELLOS, N. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. 222 p.

LATINOBARÓMETRO, 2003, p. 26. Documento disponível em <<http://latinobarometro.org>>. Acesso em 05/05/2007.

MARZULO, Eber. **Concentração de renda e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre**: uma análise a partir das áreas de expansão de dados. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/metropole/03.pdf> Acesso em 20/02/2007.

MAUCH, C.;VASCONCELLOS N. (Org). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. 222p.

MILANI, Carlos. **Contestação Política, Desenvolvimento Local e Capital Social**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) Disponível em http://www.adm.ufba.br/Milani/PFreire_Recife_2003.pdf. Acesso em: 05/08/2007. Paper

MOEHLECKE, Germano Oscar. **O Vale dos Sinos era assim**. São Leopoldo: Rotermund, 1978. 360p.

MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Curitiba: UFPR, 2002. 213 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

MONTORO, A. **Participação: desenvolvimento com democracia**. São Paulo: Nossa Editora, 1999. 188p.

MOTTER, A Elisete. As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa provincial rio-grandense (1881-1889). **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, vol. 3, n. 2, 1999, p. 103-114.

PETRY, L. **São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul**. 2 ed. São Leopoldo: Rotermund, 1964. 2v.

PORTO, A. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RAMBO, A. B. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni-sul, 1988. 276 p.

RAMOS, E. H. C. L. Entre a doçura e a brutalidade: a construção da imagem açoriana no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Leopoldenses** – Série História, São Leopoldo, vol. 1, nº 1, 1997, p. 103-113.

RAMOS, M. P.; MARIÑO, J. M. F. Condicionantes do desenvolvimento capitalista global em nível regional: pesquisa-piloto com 2 casos comparados. **Estudos Setoriais Comparados**. Santa Cruz do Sul (RS): Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, 2005, 31p.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

RÜDIGER, F. R. Imprensa e esfera pública. In: FISCHER, L. A.; GERTZ, R. E. **Nós, os teuto-gaúchos**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

SANTOS, Caroline. **Capital Social e Capital Humano: subordinação ou independência? Uma análise a partir do estudo de caso nos Conselhos Municipais de Macaé e Resende**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. 118 p. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Economia.

SCHMIDT, J. P. Cultura Política Alemã: autoritarismo secular e construção democrática recente. In: **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 16, p. 93-108, jan./jun. 2002.

_____. **Comportamento eleitoral e cultura política dos teuto-descendentes no Rio Grande do Sul**. 2004. Mimeo.

------. Capital Social e Participação Política em Santa Cruz. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2003. 336 p.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Expectvida_0103.xls Acesso em 14/02/2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEYFERTH, G.A. Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MARCH, VASCONSELLOS, N. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. 222p.

SUNKEL, Guillermo. La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas. In: ATRIA, R. e SILES, M. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL e Michigan State University, 2003, p. 303-338.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. Democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. 620 p. (Coleção ler e pensar)

TRAMONTINI, M. J. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 424.

VERBAND Deutscher Vereine. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

VIAPIANA E BRUNET. Disponível em http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Padrões_de_Criminalidade_1997_2004_rev_2.pdf. Acesso em 09/08/2007.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p.465.

<http://comciencia.br/reportagens/2005/07/04.shtml>. “**O que os brasileiros pensam sobre a democracia**”. Acesso em 13/06/07.

ANEXO A – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SÃO LEOPOLDO

1	Cpers/Sindicato - 14º Núcleo
1	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Rio Grande do Sul
1	Sindicato de Empregados no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e Empresas de Alimentação Preparada de São Leopoldo
1	Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar SL
1	Sindicato dos Bancários de São Leopoldo
1	Sindicato dos Comerciantes de São Leopoldo
1	Sindicato dos Contabilistas de São Leopoldo
1	Sindicato dos Corretores de Imóveis de São Leopoldo
1	Sindicato dos Eletricistas de São Leopoldo - SENERGISUL
1	Sindicato dos Empreg. em Empresas de Vigilância e Segurança de S.Leopoldo e Vale dos Sinos
1	Sindicato dos Empregados no Comércio de São Leopoldo
1	Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo
1	Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses
1	Sindicato dos Professores SL - CEPROL
1	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Leopoldo - SSPM
1	Sindicato dos Subst. Escreventes, Datilógrafos do Registro de Imóveis, Registro Civil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro das Pessoas Jurídicas, Registro Títulos e Documentos, Registros Especiais.
	Ofício dos Reg. Distritais e Ofício de Sedes Municipais da Região Metropolitana
1	Sindicato dos Auxiliadores de Administração Escolar de São Leopoldo e Região
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênios, Cozinhas de Indústria e Restaurantes Industriais do VS
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de SL
1	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Gráficas
1	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Borracha de São Leopoldo - STIB
1	Sindicato dos Trabalhadores de Artefatos de Couro de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores do Papel, Papelão e Cortiça de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Vale dos Sinos - SINDSAUDE
1	Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário
1	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de SL
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e do Vestuário de SL e Portão
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Leopoldo
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Mat. Elétrico de SL
1	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários
1	Sindicatos dos Trab. em Transportes Rodoviários de Carga Lít., Inflam., Explos., Transp. Coletivos, Urbanos, Suburbanos Munic., Intermunicipais, Turismo, Fretamento e empresas de Estação Rodoviária, Trans. Escolar de SL
2	Arte e Fato
2	Artesanato São Leó
2	Associação dos Feirantes e Produtores da Feira Livre de SL
2	Associação Léo Artes
2	Compra, Coleta e Transporte de Resíduos - COOPERESÍDUOS
2	Cooper Vitória
2	Cooperativa COPER
2	Cooperativa de Prestação de Serviços da Área da Saúde Ltda

2	Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde do Vale do Rio dos Sinos Ltda - COOPERSINOS
2	Cooperativa Habitacional Coohab Ltda
2	Cooperativa Habitacional Duque de Caxias Ltda
2	Cooperativa Habitacional Santo Augusto Ltda
2	Cooperativa Habitacional São Miguel Ltda
2	Cooperativa Habitacional União Ltda
2	Cooperativa Habitacional dos Moradores da Vila Paulo Couto Ltda. – COOPER Paulo Couto.
2	Cooperativa Habit. e de Produção Agro Industrial Arroio da Manteiga Ltda. - Cooper Arroio
2	Cooperativa Habitacional Bom Fim Ltda
2	Cooperativa Habitacional Conquistando Moradia Ltda - COHABCOM
	Cooperativa Habitacional dos Moradores da Vila Progresso Ltda. – COOPERPROGRESSO
2	Cooperativa Leopoldense de Vigilantes do Estado do Rio Grande do Sul
2	Cooperativa Real
2	Cooperativa Habitacional de São Leopoldo Ltda - Cooperhabitar
2	COOPERLEO Indústria de Carnes e Derivados Ltda
2	COOPERSEG - Portaria e Zeladoria
2	Cooperativa Habitacional Coopervale Ltda
2	COOPERVERGS
2	COOPERWORKS - Cooperativa de Trabalho
2	COOTRAERGS (COMSEA)
2	Cre Ser - Cooperativa de Trabalho
2	Espaço da Arte
2	Grupo Arte Mania
2	Grupo Mãos Dadas
2	Grupo Vitória
2	Integral Cooperativa
2	Oficina do Artesanato
2	Uniciclar
2	Unimed Vale dos Sinos
2	Uniodonto Vale dos Sinos
3	Associação dos Agricultores Sem Terra de São Leopoldo
3	Associação dos Feirantes e Produtores do Vale do Rio dos Sinos
3	Associação dos Produtores de Flores, Plantas Ornamentais e Medicinais de SL e do VS
3	Associação Gaúcha de Minhocultores
3	Associação Gaúcha de Psicicultura
3	Associação Gaúcha Mucopolissacaridoses
3	Associação Rural de SL
3	Centro Rural Dr. Alberto Schweitzer
4	Associação Amigos da Vila Esperança
4	Associação Amigos do Bairro São Borja
4	Associação Amigos do Verde
4	Associação Amigos em Ação
4	Associação Amigos Vila Kennedy
4	Associação Bairro Rio Branco
4	Associação Bairro Vila Glória
4	Associação Comunitária Conceição Centro
4	Associação Comunitária da Vila Baum
4	Associação Comunitária da Vila Justo
4	Associação Comunitária do Bairro Fião
4	Associação Comunitária do Bairro Rio Branco
4	Associação Comunitária do Bairro Rio dos Sinos
4	Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Campina

4	Associação Comunitária dos Moradores do Jardim Alto Feitoria
4	Associação Comunitária Vila Braz
4	Associação Comunitária Vila Justo
4	Associação de Bairro da Vila Duque de Caxias
4	Associação de Moradores Adquirentes de Telefones do Condomínio São Miguel
4	Associação de Moradores Alta Feitoria
4	Associação de Moradores Antonio Leite
4	Associação de Moradores Bairro Campina
4	Associação de Moradores Bairro Cristo Rei
4	Associação de Moradores Bairro Duque de Caxias
4	Associação de Moradores Bairro Feitoria
4	Associação de Moradores Bairro Independência
4	Associação de Moradores Bairro Pinheiro
4	Associação de Moradores Bairro Planalto/Bela Vista
4	Associação de Moradores Bairro Rio Branco
4	Associação de Moradores Bairro Rio dos Sinos
4	Associação de Moradores Bairro Santa Teresa
4	Associação de Moradores Bairro São João Batista
4	Associação de Moradores Bairro Scharlau
4	Associação de Moradores Bairro Vicentina
4	Associação de Moradores Boa Vista
4	Associação de Moradores Bom Fim
4	Associação de Moradores Cohab Duque
4	Associação de Moradores Cohab Feitoria
4	Associação de Moradores da Barreira
4	Associação de Moradores da Scharlau
4	Associação de Moradores da Vila Berger
4	Associação de Moradores da Vila Born
4	Associação de Moradores da Vila Brás
4	Associação de Moradores da Vila Brasília
4	Associação de Moradores da Vila Elza
4	Associação de Moradores da Vila Glória
4	Associação de Moradores da Vila Nabuco
4	Associação de Moradores da Vila Santo Antônio
4	Associação de Moradores da Vila Santo Augusto
4	Associação de Moradores da Vila São Geraldo
4	Associação de Moradores das Vilas Parque Itapema e Boll
4	Associação de Moradores das Vilas Santa Cecília, Pedro Arnaldo e Georg
4	Associação de Moradores do Bairro Boa Saúde
4	Associação de Moradores do Bairro Pinheiro
4	Associação de Moradores do Bairro Santos Dumont
4	Associação de Moradores do Bairro São José
4	Associação de Moradores do Bairro Scharlau
4	Associação de Moradores do Centro de SL
4	Associação de Moradores do Condomínio Luxor
4	Associação de Moradores do Condomínio Rio Branco
4	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Catarina
4	Associação de Moradores do Cristo Rei
4	Associação de Moradores do Jardim Petrópolis
4	Associação de Moradores do Monte Blanco
4	Associação de Moradores do Novo Sinos
4	Associação de Moradores do Parque Campestre

4	Associação de Moradores do Residencial Charrua e São Miguel
4	Associação de Moradores do Residencial Fazenda São Borja
4	Associação de Moradores e Amigos da Vila Born
4	Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santo André
4	Associação de Moradores Jardim América
4	Associação de Moradores Jardim Cora/Nova Acácia
4	Associação de Moradores Jardim Feitoria Madezatti
4	Associação de Moradores Jardim Fênix
4	Associação de Moradores Jardim Luciana
4	Associação de Moradores Jardim Petrópolis
4	Associação de Moradores Jardim Uirapuru
4	Associação de Moradores Jardim Viaduto
4	Associação de Moradores Lago São Borja
4	Associação de Moradores Loteamento do Vale
4	Associação de Moradores Loteamento Tancredo Neves
4	Associação de Moradores Loteamento Terrasinos
4	Associação de Moradores Monte Blanco
4	Associação de Moradores Morro do Paula
4	Associação de Moradores Novo Sinos
4	Associação de Moradores Parque Campestre
4	Associação de Moradores Parque Imigrante
4	Associação de Moradores Parque Itapema
4	Associação de Moradores Parque Mauá
4	Associação de Moradores Parque Panorama
4	Associação de Moradores Parque Sinuelo
4	Associação de Moradores Parque Vicentina
4	Associação de Moradores Santa Ana
4	Associação de Moradores Santa Helena
4	Associação de Moradores Santo André
4	Associação de Moradores Santo Antonio
4	Associação de Moradores Santo Augusto
4	Associação de Moradores Santo Inácio
4	Associação de Moradores Santos Dumont
4	Associação de Moradores São Geraldo
4	Associação de Moradores Vila Baum
4	Associação de Moradores Vila Berger
4	Associação de Moradores Vila Born
4	Associação de Moradores Vila Brás
4	Associação de Moradores Vila Brasília
4	Associação de Moradores Vila Elza
4	Associação de Moradores Vila Glória
4	Associação de Moradores Vila Justo
4	Associação de Moradores Vila Kenedy
4	Associação de Moradores Vila Otacília
4	Associação de Moradores Vila Paim
4	Associação de Moradores Vila Paulo Couto
4	Associação de Moradores Vila Progresso
4	Associação de Moradores Vila Santa Marta
4	Associação de Moradores Vila São Cristóvão
4	Associação de Moradores Vila São Jorge
4	Associação de Moradores Vila Três Maria
4	Associação de Moradores Vila União

4	Associação de Usuários do Sistema Telefônico Cohab Duque de Caxias
4	Associação do Bairro Campestre
4	Associação do Bairro Cohab Duque de Caxias
4	Associação do Bairro Independência
4	Associação do Bairro Padre Réus
4	Associação do Bairro Rio dos Sinos
4	Associação do Bairro Santa Tereza
4	Associação do Bairro São João Batista
4	Associação do Bairro São Miguel
4	Associação do Parque Jardim Luciana
4	Associação do Parque Sinuelo
4	Associação dos Amigos da Vila Antônio Leite
4	Associação dos Amigos da Vila John Kennedy
4	Associação dos Amigos da Vila Nova Divinéia
4	Associação dos Amigos da Vila Paim
4	Associação dos Amigos do Bairro Arroio da Manteiga
4	Associação dos Amigos do Bairro Cristo Rei
4	Associação dos Amigos do Bairro Feitoria
4	Associação dos Amigos do Bairro Santos Dumont
4	Associação dos Amigos do Bairro Vicentina
4	Associação dos Amigos do Teatro do Armindão
4	Associação dos Consumidores Água do Morro de Paula
4	Associação dos Moradores Antonio Leite
4	Associação dos Moradores Bairro Cohab Duque
4	Associação dos Moradores da Cohab-Feitoria
4	Associação dos Moradores da Rua David Canabarro
4	Associação dos Moradores da Vila Brás
4	Associação dos Moradores da Vila Maria
4	Associação dos Moradores da Vila Otacília
4	Associação dos Moradores da Vila Paulo Couto
4	Associação dos Moradores da Vila Progresso
4	Associação dos Moradores da Vila Santa Ana
4	Associação dos Moradores da Vila Santa Helena
4	Associação dos Moradores da Vila Santa Marta
4	Associação dos Moradores da Vila São Jorge
4	Associação dos Moradores da Vila São Jorge Área Hauschild
4	Associação dos Moradores da Vila Tim
4	Associação dos Moradores da Vila Três Marias
4	Associação dos Moradores da Vila União
4	Associação dos Moradores do Bairro Campina
4	Associação dos Moradores do Bairro Cohab Duque
4	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Viaduto
4	Associação dos Moradores do Bairro Planalto Bela
4	Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão
4	Associação dos Moradores do Bom Fim
4	Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Morada do Bosque
4	Associação dos Moradores do Jardim Bela Vista
4	Associação dos Moradores do Jardim Petrópolis
4	Associação dos Moradores do Jardim Uirapuru
4	Associação dos Moradores do Loteamento Cerâmica Campina
4	Associação dos Moradores do Loteamento do Jardim dos Sonhos
4	Associação dos Moradores do Loteamento do Vale

4	Associação dos Moradores do Loteamento Tancredo Neves
4	Associação dos Moradores do Loteamento Uirapuru II
4	Associação dos Moradores do Morro de Paula
4	Associação dos Moradores do Novo Acácias
4	Associação dos Moradores do Parque Campestre
4	Associação dos Moradores do Parque dos Imigrantes
4	Associação dos Moradores do Parque Lago São Borja
4	Associação dos Moradores do Parque Liberato e Vila Torres
4	Associação dos Moradores do Parque Mauá
4	Associação dos Moradores do Parque Recreio Campestre
4	Associação dos Moradores do Parque Residencial Jardim da Feitoria
4	Associação dos Moradores do Residencial Colina
4	Associação dos Moradores do Residencial Santo Inácio
4	Associação dos Moradores do Residencial Villa Verde
4	Associação dos Moradores do Terrasinos
4	Associação dos Moradores dos Bairros Padre Réus Sul e Cristo Rei Sul
4	Associação dos Moradores e Amigos da Vila Boa Vista
4	Associação dos Moradores Jardim Fênix
4	Associação dos Moradores Jardim Luciana
4	Associação dos Moradores Jardim Viaduto
4	Associação dos Moradores Novo Sinos
4	Associação dos Moradores Parque Mauá
4	Associação dos Moradores Santa Marta
4	Associação dos Moradores Santo Augusto
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico Casa Clube
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico Cohab Feitoria
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico Condomínio do Charrua Residence
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico Condomínio Rio Branco
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico da Feitoria Madezzatti
4	Associação dos Usuários do Sistema Telefônico do Residencial Santa Catarina
4	Associação Jardim América
4	Associação Moradores Alto Feitoria
4	Associação Moradores Bairro Duque de Caxias
4	Associação Moradores Bairro Planalto - Bela Vista
4	Associação Moradores Bairro Santo André
4	Associação Moradores Charrua e São Miguel
4	Associação Moradores do Bairro São Cristóvão
4	Associação Moradores Loteamento do Vale
4	Associação Moradores Monte Blanco
4	Associação Moradores Vila Paim
4	Associação Moradores Vila Paulo Couto
4	Associação Moradores Vila São Jorge
4	Associação Moradoress Vila Brasília
4	Associação Panorama
4	Associação Parque Imigrante
4	Associação São Geraldo
4	Associação Vila Baum
4	União Comunitária dos Moradores da Cohab Feitoria
4	União Comunitária Unidos da Zona Sul
4	União das Associações de Bairros - UAB/SL
4	União de Desenvolvimento da Grande Feitoria
5	Coral Evangélico de SL

5	Coral Municipal de São Leopoldo
5	Oficina de Canto Coral
6	Associação de Mães Voluntárias e Substitutas de SL
6	Clube de Mães “Ana Neri”
6	Clube de Mães 13 de Junho
6	Clube de Mães ABC
6	Clube de Mães Amizade
6	Clube de Mães Anna Cardoso
6	Clube de Mães Antonio Leite
6	Clube de Mães Cohab Duque
6	Clube de Mães Comunitário da Vila Paim
6	Clube de Mães da Escola Municipal de Ensino Fundamental Barão do Rio Branco
6	Clube de Mães da Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Borges de Medeiros
6	Clube de Mães da Escola Municipal de Ensino Fundamental Franz Louis Weinmann
6	Clube de Mães da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris
6	Clube de Mães da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Beck
6	Clube de Mães Feitoria
6	Clube de Mães Independência
6	Clube de Mães Madre Paulina
6	Clube de Mães Marechal Bitencourt
6	Clube de Mães Maria Isabel Morgado
6	Clube de Mães Mensageiras da União
6	Clube de Mães Nicarágua
6	Clube de Mães Parque Sinuelo
6	Clube de Mães Rainha da Paz
6	Clube de Mães Santa Clara
6	Clube de Mães Santa Marta
6	Clube de Mães São Francisco de Assis
6	Clube de Mães São José
6	Clube de Mães Terra Sinos
6	Clube de Mães União de Amigas Senhora Anna Nunes Cardoso
6	Clube de Mães Unidas pela Esperança
6	Comitê das Donas de Casa
6	Conselho de Clubes de Mães de SL
6	Conselho Municipal de Clubes de Mães
6	Grupo As Bromélias
6	Grupo Clube das Otimistas
6	Grupo Colméia
6	Grupo de Mulheres Negras Anastácia
6	Instituto das Filhas São José – Escola Sagrado Coração de Jesus
6	Liga Feminina de Combate ao Câncer
6	Mães Evangelizadoras
6	Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – OASE (CMDDI)
6	Sociedade Damas da Caridade
7	Alfa Futebol Clube
7	Aliados Futebol Clube
7	Aliança Esportiva Botafogo
7	Allesblau Futebol Clube
7	Associação Atlética Banco do Brasil São Leopoldo - AABB
7	Associação Atlética Barmag
7	Associação Atlética Campina
7	Associação Atlética Fumisa

7	Associação Atlética Guarani
7	Associação Atlética Penharol
7	Associação Atlética Xuzinho
7	Associação Conexão Sul de Futebol - ACSF
7	Associação de Desporto Adaptado do Vale dos Sinos - ADAVAS
7	Associação de Judô Gaba
7	Associação de Karatê Brandolff
7	Associação do Futebol Sociate Engenharia do Bem Viver
7	Associação dos Corredores e Triatletas de SL
7	Associação Esportiva Bianchi
7	Associação Esportiva e Recreativa Canto do Rio
7	Associação Esportiva Fazenda dos Prazeres
7	Associação Esportiva Feitoria
7	Associação Esportiva Gedore
7	Associação Esportiva Intertec
7	Associação Esportiva Klabin
7	Associação Esportiva Rali
7	Associação Esportiva Unidos do Vale
7	Associação Esportiva Vila Esperança
7	Associação Katana de Karate
7	Associação Leopoldense de Futebol Infantil
7	Associação Nacional Superior de Taekwondo Chung do Kwan e Artes Marciais Coreanas
7	Atlético Bairro Cohab Duque de Caxias Futebol Clube – ABC
7	Atlético Clube Botafogo
7	Atlético Clube Minuano
7	Câmara de Mediação e Arbitragem de SL
7	Canto do Rio Foot Ball Clube
7	Ciganinha Clube de Tênis de Mesa
7	Club de Futebol Oriental
7	Club de Xadrex América
7	Club dos Quarenta Surfistas
7	Club Esportivo Aymoré
7	Club kilombo de SL
7	Clube 11 de Ouro Futebol Clube
7	Clube Atlético Forjas Hahn de Precisão S.A.
7	Clube Atlético Iguassú
7	Clube Atlético Autonomia
7	Clube Atlético Energia
7	Clube Atlético Pirelli Sul
7	Clube Atlético Unidos
7	Clube Atlético Veteranos
7	Clube Esportivo Aimoré
7	Clube Esportivo Beira Mar
7	Clube Esportivo Escurinho
7	Clube Esportivo Jardim América
7	Clube Esportivo Minuano
7	Confederação Brasileira de Bicycross
7	Consulado Grêmio Porto-Alegrense
7	Consulado Sport Clube Internacional
7	Desportiva Futebol Clube
7	Escola de Futebol Garotos Gaúchos
7	Escola de Futebol Pinheiros F. C.

7	Esporte Clube Alambique
7	Esporte Clube Avaí
7	Esporte Clube Cruzeiro
7	Esporte Clube Duque de Caxias
7	Esporte Clube Flor da Rosa
7	Esporte Clube Gaúcho
7	Esporte Clube Guarany
7	Esporte Clube Harmonia
7	Esporte Clube Juventus
7	Esporte Clube Mauá
7	Esporte Clube Nacional
7	Esporte Clube Onze Amigos
7	Esporte Clube Operário
7	Esporte Clube Rio Branco
7	Esporte Clube Riograndense
7	Esporte Clube Santo Antônio
7	Esporte Clube São Borja
7	Esporte Clube São Cristóvão
7	Esporte Clube São José
7	Esporte Clube São Paulo
7	Esporte Clube SL
7	Esporte Clube Tupi
7	Estrela Futebol Clube
7	Federação Gaúcha de Bicycross
7	Federação Gaúcha de Luta Livre Esportiva – FGLLE
7	Fidalgos F. C.
7	Flamengo Futebol Clube
7	Fluminense Futebol Clube
7	Futebol Clube Santos Dumont
7	Grêmio Atlético Capitão Salomão
7	Grêmio Atlético Ercílio Luz
7	Grêmio Atlético Mauá
7	Grêmio Atlético Tricolor
7	Grêmio Atlético União
7	Grêmio Esportivo 1º de Maio
7	Grêmio Esportivo Brasil SL
7	Grêmio Esportivo Dez de Março
7	Grêmio Esportivo Duque de Caxias
7	Grêmio Esportivo e Recreativo Sipla
7	Grêmio Esportivo Ferroviário
7	Grêmio Esportivo Fiação
7	Grêmio Esportivo Foguinho
7	Grêmio Esportivo General Freitas
7	Grêmio Esportivo Leopoldense
7	Grêmio Esportivo Literário Ruy Barbosa
7	Grêmio Esportivo Nacional
7	Grêmio Esportivo Palmeiras
7	Grêmio Esportivo Parque Zoológico
7	Grêmio Esportivo Penharol
7	Grêmio Esportivo Rossi
7	Grêmio Esportivo Santo Antonio
7	Grêmio Esportivo Sial

7	Grêmio Esportivo Usina
7	Grêmio Esportivo Vera Cruz
7	Instituto Ipiranga Futebol Clube
7	Juventus Futebol Clube
7	Liga Escolar Católica
7	Liga Interna de Futebol Infantil
7	Liga Interna Municipal de Futebol Amador – LIMFA
7	Liga Interna Municipal de Futebol Infantil
7	Liga Leopoldense de Bolão
7	Liga Leopoldense de Esportes Atlético
7	Liga Leopoldense de Futebol
7	Liga Leopoldense de Futsal
7	Liga Municipal de Desporto
7	Londrina Futebol Clube
7	Montreal Futebol Clube
7	Obras e Viação Futebol Clube
7	Otacília Futebol Clube
7	Progresso Futebol Clube
7	Rodrigues Futebol Clube
7	Rossi Atlético Futebol Clube
7	Saci Futebol Club
7	Santos Dumont Futebol Clube
7	São Leopoldo Tênis Clube
7	Sociedade Esportiva Aimoré
7	Sociedade Esportiva Avaí
7	Sociedade Esportiva Corinthians
7	Sociedade Esportiva Esperança
7	Sociedade Esportiva Familiar
7	Sociedade Esportiva Guarany
7	Sociedade Esportiva Palmeiras
7	Sociedade Esportiva Pinheiros
7	Sociedade Esportiva São Cristóvão
7	Sociedade Esportiva São Francisco
7	Sociedade Esportiva São Jorge
7	Sociedade Esportiva Soberano
7	Sociedade Esportiva Uruguai
7	Sociedade Recreativa Bangu
7	Sport Club Nacional
7	Sport Club Oriente
7	Sport Club Riograndense
7	Tamoio Futebol Clube
7	Taurus Futebol Clube 3 Portos
7	União Futebol Club
8	Associação Leopoldense de Artes
8	Associação Musical Infanto Juvenil do Morro do Espelho
8	Associação Musical Sinos Acorda
8	Associação Musical Sonoridad
8	Avenida Xadres Clube
8	Centro das Uniões Coloniais de SL
8	Clube Caça e Pesca de SL
8	Clube Caça e Pesca Patagônia
8	Clube Cano Reto de Aerodelismo

8	Clube de Bocha Avenida
8	Clube de Bocha Rio Branco
8	Clube de Bochas Leopoldense
8	Clube de Damas Rio dos Sinos
8	Clube de Escovão Zum-Zum
8	Clube de Pesca Garatea
8	Clube de Xadrez Cruzeiro
8	Clube de Xadrez de SL
8	Clube de Xadrez Primorense
8	Clube de Xadrez Rex
8	Clube de Xadrez Rio Branco
8	Clube de Xadrez São José
8	Clube de Xadrez Vera Cruz
8	Clube Esportivo de Tiro
8	Clube Pointer de Tiro
8	Clube Recreativo e Esportivo Bochofilo Leopoldense
8	Federação Gaúcha de Canastra e Escovão
8	Sociedade Atiradores Boa Vista do Herval
8	Sociedade Atiradores em Bom Jardim
8	Sociedade Atiradores Picada 48
8	Sociedade Bochofilos Primorense
8	Sociedade Canto Cliança Fraternal
8	Sociedade Cantores Concórdia
8	Sociedade Cantores da Picada Verão
8	Sociedade de Bocha Vila Campina
8	Sociedade de Bolão Concórdia
8	Sociedade de Bolão Juvenis
8	Sociedade de Caça e Tiro de São Leopoldo
8	Sociedade de Canto Amaral Ribeiro
8	Sociedade de Canto Eintracht de SL
8	Sociedade de Canto Fazenda São Borja
8	Sociedade de Canto Frohsinn
8	Sociedade de Canto Hharmonia
8	Sociedade de Canto Lyra
8	Sociedade de Canto Oriente
8	Sociedade de Canto Progresso
8	Sociedade de Canto Riograndense
8	Sociedade de Canto Saengerlust
8	Sociedade de Canto Santa Cecília
8	Sociedade de Cantores da Picada 48
8	Sociedade de Cantores do Arroio da Manteiga
8	Sociedade de Cantores Liga de Irmãos
8	Sociedade de Cantores Niedegacht
8	Sociedade de Cantores União Fraternal
8	sociedade Leopoldense de Bolão
8	Sociedade Leopoldense de Orquidófilos
8	Sociedade Liberdade de Cancha de Bocha
8	Sociedade Teuto Brasileira Bolão União
9	Centro de Tradição Gaúcha Aparício Silva Rillo
9	Centro de Tradição Gaúcha dos Imigrantes
9	Centro de Tradição Gaúcha Estância da Amizade
9	Centro de Tradição Gaúcha Nossa Senhora Aparecida

9	Centro de Tradição Gaúcha Pedro Fernandes
9	Centro de Tradição Gaúcha Rio Grande Tchê
9	Centro de Tradição Gaúcha Sinuelo da Feitoria
9	Centro de Tradição Gaúcha Tapera Velha
9	Centro de Tradição Gaúcha Tropeiro das Coxilhas
9	Centro de Tradições Campo Verde
9	Centro de Tradições Gaúchas Estância do Bom Fim
9	Centro de Tradições Gaúchas Gato Preto
9	Centro de Tradições Gaúchas Matando a Saudade
9	Centro de Tradições Gaúchas Palanque da Tradição
9	Centro de Tradições Gaúchas Paulo Serrano
9	Centro de Tradições Gaúchas Porteira da Esperança
9	Centro de Tradições Gaúchas Recanto da Amizade
9	Centro de Tradições Gaúchas Serigote
9	Centro de Tradições Gaúchas Tio Lautério
9	Centro de Tradições Gaúchas Tupambaé
9	Centro Nativista Os Farroupilhas
9	Conselho Leopoldense de Tradição e Cultura Gaúcha
9	Delegacia da 2ª Região Maçônica do GORGS
9	Departamento de Tradição Gaúcha Club Passaport
9	Departamento de Tradição Gaúcha da Escola de Educação Infantil Sonho de Criança
9	Departamento de Tradição Gaúcha Gaúcho de Cristo
9	Departamento de Tradição Gaúcha Gaudérios do Vale
9	Departamento de Tradição Gaúcha Guardiões da Querência
9	Grupo Tradicionalista 4º Volta Campeira
9	Grupo Tradicionalista Alvorada Campeira
9	Grupo Tradicionalista Amigos da Tradição
9	Grupo Tradicionalista Amigos do Bom Fim
9	Grupo Tradicionalista Amigos do Pampa
9	Grupo Tradicionalista Fazenda Rosa Bela
9	Grupo Tradicionalista Gaudérios da Aparecida
9	Grupo Tradicionalista Mateadores do Vale
9	Grupo Tradicionalista Nossa Querência
9	Grupo Tradicionalista Os Campeiros
9	Grupo Tradicionalista Os Thucos
9	Grupo Tradicionalista Quarta Volta Campeira
9	Grupo Tradicionalista Querência do Mate Amargo
9	Grupo Tradicionalista Querência dos Vargas
9	Grupo Tradicionalista Rancho Campeiro
9	Grupo Tradicionalista Rancho dos Tauras
9	Grupo Tradicionalista Recanto das Tradições
9	Grupo Tradicionalista Santo Antônio da Patrulha
9	Grupo Tradicionalista Sentinela Farroupilha
9	Grupo Tradicionalista Sepé Tiarajú
9	Grupo Tradicionalista Tchê Canetas / Jornal Vale dos Sinos
9	Grupo Tradicionalista Tchê Riograndense
9	Grupo Tradicionalista Tirador Campeiro
9	Piquete Bento Gonçalves
9	Piquete Campeiros da Madrugada
9	Piquete Charrua
9	Piquete de Laçadores Cucho Daudt
9	Piquete de Laçadores Estância da Capororoca

9	Piquete do Gaudérios
9	Piquete Feijó
9	Piquete Gildo de Freitas
9	Piquete Marca Farrapa
9	Piquete Os Tapejara
9	Piquete Querência Valore
9	Piquete Recanto Serrano
9	Piquete Reponte da Tradição
9	Piquete Sentinela das Missões
9	Piquete Tio Jandir
9	Piquete Tio Pico
10	Associação dos Rotarianos de SL
10	Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de SL
10	Centro Leonístico de SL
10	Lions 25 de Julho
10	Lions Centro
10	Lions Clube de SL 25 de Julho
10	Lions Clube São Leopoldo - Centro
10	Lions Clube São Leopoldo - Imigrante
10	Lions Clube São Leopoldo - Padre Reus
10	Lions Clube São Leopoldo - Scharlau
10	Lions Clube São Leopoldo - Rua Grande
10	Rotary Centro
10	Rotary Club de São Leopoldo - Sul
10	Rotary Clube Casa da Amizade
10	Rotary Clube São Leopoldo - Industrial
10	Rotary Clube São Leopoldo - Leste
10	Rotary Clube São Leopoldo - Scharlau
11	Associação das Ex-alunas do Colégio São José de São Leopoldo
11	Associação de Ex-Alunos, Ex-Professores e Ex-Funcionários do Instituto Estadual de Educação Professor Pedro Schneider
11	Associação de Pais e Mestres da Escola de I e II Graus de SL
11	Associação de Pais e Mestres da Escola Imaculada Conceição
11	Associação de Pais e Mestres da Escola Nossa Senhora de Fátima
11	Associação de Pais e Mestres do Centro Educacional Concórdia
11	Associação de Pais e Mestres do Colégio Industrial Frederico Guilherme Schmidt
11	Associação de Pais e Mestres do Colégio São José
11	Associação de Pais e Mestres do Ginásio Estadual Dois Irmãos
11	Associação de Pais e Mestres do Ginásio São Luiz
11	Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Maria Medianeira
11	Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Rui Barbosa
11	Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Vila Freitas
11	Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Vila Piratini
11	Associação de Pais e Mestres do Pedrinho – Colégio Estadual Professor Pedro Schneider
11	Associação de Pais e Professores da Escola Sagrado Coração de Jesus
11	Associação dos Ex-Alunos da Escola Cenecista de 2º Grau Rio dos Sinos
11	Associação dos Ex-Alunos da Unisinos
11	Associação dos Ex-alunos das Escola Técnica de Comércio de SL
11	Associação dos Ex-Alunos do CETEMP-SENAI Plínio Gilberto Kroeff
11	Associação dos Ex-Alunos do Ginásio São Luiz
11	Associação dos Ex-Alunos do Instituto Pré-Teológico
11	Associação dos Formandos de Letras de 1973

11	Associação dos Pais Atletas da Iniciação Esportiva Amigos da Bola
11	Associação dos Pós-Graduandos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
11	Associação Escolar SL
11	Círculo de Pais e Educadoras da Creche Casa da Criança Acácia Mimosa
11	Círculo de Pais e Educadoras da Creche Girassol
11	Círculo de Pais e Educadores Creche da Casa da Criança Ipê-Amarelo
11	Círculo de Pais e Educadores Creche da Casa da Criança Vitória Régia
11	Círculo de Pais e Educadores da Creche da Casa da Criança Bem-Me-Quer
11	Círculo de Pais e Educadores de Creche das Creche São João Batista
11	Círculo de Pais e Educadores de Creches da Casa da criança Amor-Perfeito
11	Conselho das Associações de Pais e Mestres de SL
11	CPM Alberto Santos Dumont
11	CPM Alfredo Juliano
11	CPM da Escola Especial de SL
11	CPM da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Rio Branco de SL
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Doutor João Daniel Hillebrand
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Amadeo Rossi
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Aracy de Paula Hofmann
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Doutor Caldre Fião
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Emilia Daudt
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto General João Borges Fortes 1ª a 5ª série
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Junto ao Conjunto Residencial Charrua
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Mário Quintana
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Integrada Cohab Feitoria
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Junto ao Caic Madezzatti
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Junto ao Caic Vila Gloria
11	CPM da Escola Estadual de 1º Grau Núcleo Habitacional Cohab Duque N2 E1
11	CPM da Escola Estadual Doutor Mário Sperb
11	CPM da Escola Estadual Emílio Sander 1ª a 5ª série
11	CPM da Escola Estadual Guilherme Balduino Baum de 1ª a 4ª série
11	CPM da Escola Estadual Professor Augusto Meyer 1 1ª a 4ª série
11	CPM da Escola Estadual Professora Helena Câmara
11	CPM da Escola Estadual Santa Catarina
11	CPM da Escola Estadual Villa Lobos
11	CPM da Escola Evangélica Divino Mestre Escola de 1º grau
11	CPM da Escola Evangélica Tiradentes
11	CPM da Escola Lar da Menina São José
11	CPM da Escola Municipal Barão do Rio Branco
11	CPM da Escola Municipal Bento Gonçalves de 1º a 4º Séries
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Arthur Ostermann
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Clodomir Vianna Moog
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Doutor Jorge Germano Sperb
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Doutor Paulo da Silva Couto
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Edgard Coelho 1º a 5º Séries
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto General Mario Fonseca
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto João Belchior Marques Goulart
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Paulo Beck
11	CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Senador Alberto Pasqualini
11	CPM da Escola Municipal de Artes Pequeno Príncipe
11	CPM da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Edila da Silva Schmidt
11	CPM da Escola Municipal de Recuperação
11	CPM da Escola Municipal Doutor Borges de Medeiros de 1º a 5º Série

11	CPM da Escola Municipal Ensino Fundamental Maria Emilia de Paula
11	CPM da Escola Municipal Franz Louis Weinmann
11	CPM da Escola Municipal Olimpio Viana Albrecht
11	CPM da Escola Municipal Prof José Grimberg
11	CPM da Escola Municipal Professor Álvaro Luis Nunes
11	CPM da Escola Municipal Professor Emilio Meyer
11	CPM da Escola Municipal Professor João Carlos Von Hohendorff
11	CPM da Escola Municipal Professora Dilza Flores Albrecht
11	CPM da Escola Municipal Senador Nereu Ramos
11	CPM da Escola Municipal Senador Salgado Filho
11	CPM da Escola Municipal Zaira Hauschild
11	CPM da Escola Normal de Grau Ginasial Professor Mathias Schutz
11	CPM da Escola Polivalente de SL
11	CPM da Escola Rural Picada Capivara
11	CPM de Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Marta
11	CPM do Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão – SENAI Plínio Gilberto Kroeff
11	CPM do Colégio Agrícola Visconde de SL
11	CPM do Colégio Industrial Frederico Gilberto Schmidt
11	CPM do Colégio São Luis
11	CPM do Ginásio Estadual Olindo Flores da Silva
11	CPM do Grupo Escolar 19 de outubro
11	CPM do Grupo Escolar Castro Alves
11	CPM do Grupo Escolar de SL
11	CPM do Grupo Escolar Dom Pedro II Campo Bom
11	CPM do Grupo Escolar Emilio Vetter
11	CPM do Grupo Escolar Firmino Acauan
11	CPM do Grupo Escolar Humberto de Campos
11	CPM do Grupo Escolar Marechal Ilha Moreira
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Alfredo Adolfo Cassel
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Boa saúde
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Doutor Julio casado
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Doutor Osvaldo Aranha
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Henrique Maximiliano Coelho Netto
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Irmão Weibert
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Otaviano Silveira
11	CPM do Grupo Escolar Municipal Professora Otilia Carvalho Rieth
11	CPM do Grupo Escolar Visconde de SL
11	CPM do Instituto Estadual Parque do Trabalhador
11	CPM do Instituto Rio Branco
11	CPM e Professores do Colégio Sinodal
11	CPM José Plácido de Castro
11	CPM Lourdes Fontoura da silva
11	Escola de Pais do Brasil Secção de SL
12	Apostolado da Oração
12	Assembléia Espiritual Local dos Baha is de São Leopoldo
12	Associação Afro Umbandista de São Leopoldo
12	Associação Brasileira Igreja Jesus Cristo Santo dos Últimos Dias
12	Associação Centro de Recuperação Departamento Missão Final
12	Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana - ADEPH
12	Associação de Pastoras e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
12	Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno de São Leopoldo
12	Associação dos Movimentos Cristão Nossa Senhora de Guadalupe

12	Associação dos Seminários Evangélicos
12	Associação Ivo Costa Espírita
12	Augusta e Respitável Loja Simbólica
12	Cacique Ocongo Sete Pedreiras
12	Capela Divino Espírito Santo
12	Capela Nossa Senhora Aparecida
12	Capela Réplica Nosso Senhor dos Passos
12	Capela Sagrado Coração de Jesus
12	Capela Santa Rita de Cássia
12	Capela São João Batista
12	Cáritas Paroquial
12	Casa Africana Oxum Panda
12	Casa de Yoganda São Francisco de Assis
12	Casa São Sebastião
12	Centro de Espiritualidade Cristo Rei - CECREI
12	Centro de Pesquisas e Aprimoramento Humano Novo Amanhecer
12	Centro de Rajá Yoga Brahma Kumaris
12	Centro de Umbanda Cacique da Lua e Oxum das Cachoeiras
12	Centro de Umbanda Ogum de Ile
12	Centro de Umbanda Pajé Peri
12	Centro de Vivências Integradas São Francisco de Assis
12	Centro Espiritualista O Caminho
12	Centro Espírita de Caridade Mãe Oxum Fraternidade Irmão Isaías
12	Centro Espírita de Umbanda Cacique Ogumlara
12	Centro Espírita de Umbanda Cacique Sete Estrelas
12	Centro Espírita Umbandista Cacique Ocongo Sete Pedreiras
12	Centro Espiritual Boa Nova
12	Centro Missionário de Formação Teológica Sociedade do Evangelho
12	Círculo Espírita Francisco de Assis
12	Comunidade Católica Arroio Gauchinho
12	Comunidade Católica Cristo Operário
12	Comunidade Católica de Padre Eterno
12	Comunidade Católica São Francisco
12	Comunidade Católica São Jorge
12	Comunidade Católica Três Santos Mártires
12	Comunidade das Filhas de São José
12	Comunidade Evangélica Casa da Oração
12	Comunidade Evangélica de São Leopoldo
12	Comunidade Evangélica Luterana Arroio da Manteiga
12	Comunidade Evangélica Luterana Concórdia
12	Comunidade Evangélica Luterana São Paulo
12	Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra
12	Comunidade Evangélica Scharlau
12	Comunidade Nossa Senhora Aparecida
12	Comunidade São José Operário
12	Comunidade Três Santos Mártires
12	Congregação Cristã no Brasil
12	Congregação Evangélica Luterana Santíssima Trindade
12	Congregação Evangélica Luterana São João Batista
12	Congregação Evangélica Martinho Lutero
12	Convenção das Igrejas Batista Sião do Brasil
12	Convenção Nacional e Internacional das Igrejas Pentecostais Deus dos que Clamam

12	Evangelischer Stifrsverein
12	Igreja Aba Aliança Bíblica de Avivamento
12	Igreja Assembléia de Deus
12	Igreja Batista da Feitoria
12	Igreja da Comunhão Agapê
12	Igreja de Cristo
12	Igreja de Deus Pentecostal Movimento Internacional
12	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
12	Igreja Deus é Amor
12	Igreja do Evangelho Quadrangular
12	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - Paróquia da Trindade
12	Igreja Evangélica Água Viva
12	Igreja Evangélica Assembléia de Deus
12	Igreja Evangélica Batista Betel
12	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
12	Igreja Evangélica Luterana Concórdia
12	Igreja Evangélica Luterana Cristo Redentor
12	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
12	Igreja Evangélica Luterana Martinho Lutero
12	Igreja Evangélica Pentecostal Missão da Última Hora
12	Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo
12	Igreja Missionária de Evangelização
12	Igreja Pentecostal de Jesus Cristo
12	Igreja Pentecostal Porta da Salvação
12	Igreja São Francisco
12	Igreja São Jorge
12	Igreja Tabernáculo Luz da Palavra
12	Igreja Universal do Reino de Deus
12	Ilê de Iemanjá e Oxalá
12	Instituto Cristo Vive de Serviços e Obra Sociais
12	Instituto de Estudos Bíblicos e da Doutrina da Obediência a Deus
12	Instituto Educacional Espírita – IEDE
12	Instituto Evangélico Ebenezer
12	Loja Maçônica Estrela do Oriente III
12	Loja Maçônica Feitoria Real
12	Loja Maçônica Inconfidência
12	Loja Maçônica Redempção III
12	Loja Maçônica Rocha Negra
12	Ministério Apostólico Rosa de Saron de SL
12	Nago
12	Organização Afro Umbandista Ilê Oni Bara
12	Organização Brahma Kumaris
12	Paróquia Beato José de Anchieta
12	Paróquia Evangélica Imigrante de São Leopoldo
12	Paróquia José Anchieta
12	Paróquia Nossa Senhora Aparecida
12	Paróquia Nossa Senhora da Conceição
12	Paróquia Nossa Senhora das Graças
12	Paróquia Nossa Senhora Medianeira
12	Paróquia Santa Catarina
12	Paróquia Santo Inácio do Rio dos Sinos
12	Paróquia São José Operário

12	Primeira Igreja Batista em São Leopoldo
12	Santuário do Sagrado Coração de Jesus - Padre Réus
12	Senhor do Bonfim Reino Pai Xapanã e Mãe Oxum
12	Sociedade Caritativa Santa Teresa Monte Carmelo - Carmelo Nosso Senhor dos Passos
12	Sociedade do Evangelho
12	Sociedade Espírita Alan Kardec
12	Sociedade Espírita Amor à Verdade
12	Sociedade Espírita Caminho da Luz
12	Sociedade Espírita Fonte de Luz
12	Sociedade Espírita Humberto de Campos
12	Sociedade Espírita Irmão Jorge
12	Sociedade Espírita Ivon Costa
12	Sociedade Espírita Luz, Fé e Caridade
12	Sociedade Espírita Sebastião Leão
12	Templo de Umbanda, Pesquisa e Iniciação Preta Velha Zimba do Congo
12	Templo Evangélico Batista Sião - Cohab Feitoria
12	Templo Reino dos Orixás
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Brasília
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Campestre
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Campina
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Central
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Duque de Caxias
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Feitoria
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Leste
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Morro do Paula
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Norte
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Scharlau
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Sul
12	Testemunhas de Jeová - Congregação Vila Maria
12	União das Assembléias de Deus
13	Associação dos Funcionários da Borrachas Franca
13	Associação Cultural, Recreativa e Esportiva dos Funcionários do Banespa de SL
13	Associação de Funcionários da Fábrica de Papel e Papelão Justo S/A
13	Associação dos Colaboradores da TFL do Brasil
13	Associação dos Funcionários da Andréas Stihl Moto Serras Ltda
13	Associação dos Funcionários da Biehl
13	Associação dos Funcionários da Borbonite
13	Associação dos Funcionários da Borracha Justo Ltda
13	Associação dos Funcionários da Caixa Econômica Estadual Agência de SL
13	Associação dos Funcionários da CEEE
13	Associação dos Funcionários da Central S/A Transportes Rodoviários e Turismo
13	Associação dos Funcionários da Cia. de Louça Sanitária do Sul
13	Associação dos Funcionários da Cordoaria de SL
13	Associação dos Funcionários da Guedes
13	Associação dos Funcionários da Indústria de Artefatos de Borracha Bins Ltda
13	Associação dos Funcionários da Quimisinós
13	Associação dos Funcionários da Sinosvale
13	Associação dos Funcionários da Unisinós
13	Associação dos Funcionários das Lojas L.C. Ltda
13	Associação dos Funcionários de F.G. Schmidt
13	Associação dos Funcionários do Banrisul de São Leopoldo
13	Associação dos Funcionários do Fórum de São Leopoldo "Data Vênia"
13	Associação dos Funcionários do SEMAE

13	Associação dos Funcionários do Zoológico "AZUZÔO"
13	Associação dos Funcionários Municipais - AFM/SL
13	Associação dos Funcionários Municipais de São Leopoldo
13	Associação dos Funcionários Públicos
13	Associação dos Servidores Públicos Municipais da Saúde
13	Associação Regional VS do Pessoal da Caixa Econômica Federal
14	Associação Aberta de Skate de São Leopoldo
14	Associação Aberta de Skatistas do Parque São Miguel
14	Grupo Amigos da Terceira Idade
14	Grupo Bolão 15 Amigos
14	Grupo Chimarrão
14	Grupo Compassos da Vida
14	Grupo Cultural Força Jovem
14	Grupo da Alegria
14	Grupo da Terceira Idade
14	Grupo de Apoio - Apoio, Solidariedade e Prevenção de Aids - ASPA
14	Grupo de Apoio a Polícia Civil da Zona Norte
14	Grupo de Apoio Alanon Esperança
14	Grupo de Apoio Alcoólicos Anônimos-Concórdia
14	Grupo de Apoio Alcoólicos Anônimos-Novo Milênio
14	Grupo de Apoio Alcoólicos Anônimos-Tiradentes
14	Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico
14	Grupo de Apoio Imigrante – Feitoria
14	Grupo de Apoio Sol Nascente
14	Grupo de Arte Nativista Ivi Maráe
14	Grupo de Artes e Tradição Gaúcha Leão da Serra
14	Grupo de Bolão Tiradentes
14	Grupo de Convivência Amigos para Sempre
14	Grupo de Convivência Lírios do Campo
14	Grupo de Convivência Maturidade Ativa - SESC
14	Grupo de Dança Die Freunde
14	Grupo de Danças Sênior Tempo de Emoções
14	Grupo de Escoteiros Cruzeiro do Sul
14	Grupo de Escoteiros João de Barro
14	Grupo de Idosos Flor de Maio
14	Grupo de Idosos União de Amigos
14	Grupo de Idosos Vida Sempre Vida - SESI
14	Grupo de Jovens - ONDA
14	Grupo de Lazer Girassol
14	Grupo Flor de Maio
14	Grupo Iniciativa Rio Branco
14	Grupo Missionário SOS Criança
14	Grupo Nativista Alma Campeira
14	Grupo Raio de Sol da Comunidade Evangélica da Scharlau
14	Grupo Renascer
14	Grupo Teatral Paschoal Carlos Magno
14	Grupo Vida Sempre Vida
14	Grupo Vô Szeckir Novo Amanhã
14	Movimento de Apoio a Ressocialização e Reintegração a Sociedade Projeto Guadalupe
14	Movimento de Consciência Negra Palmares
14	Movimento Ecumênico de Consciência Negra Palmares
14	Movimento Gaúcho de Defesa Animal
14	Movimento Hip Hop de São Leopoldo

14	Movimento Leopoldense de Justiça e Direitos Humanos
14	Movimento Viva São Leopoldo
14	Movimento Negro
14	Narcóticos Anônimos - Despertar
14	Narcóticos Anônimos - Superar
14	ONG Fundação Vida Urgente - Núcleo São Leopoldo
14	ONG SaciArte
14	ONG Trilha Cidadã
14	Parceiros Voluntários - Unidade São Leopoldo
15	Associação dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do Município de São Leopoldo - AESF/SL
15	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Leopoldo
15	Associação das Empresas do Parque Tecnológico do Pólo de Informática em São Leopoldo
15	Associação das Empresas Residentes no Parque Tecnológico da Polotec
15	Associação de Empresas e Profissionais do Bairro Feitoria
15	Associação de Empresas e Profissionais Liberais do Bairro Rio Branco
15	Associação dos Empresários e Profissionais Liberais do Bairro Feitoria
15	Associação dos Lojistas do CPC Shopping
15	Associação dos Lojistas do Shopping Rodoviária de São Leopoldo
15	Associação dos Postos de Combustíveis e Derivados de SL
15	Associação dos Proprietários de Farmácias do VS
15	Associação dos Transportes Escolares Leopoldense
15	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
15	Indústrias da Construção e do Mobiliário - SINDUSCON
15	Indústrias de Artigos de Couro - SINDICOURO
15	Indústrias do Vestuário - SINDIVEST
15	Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico - SINDIMETAL
15	Sinborsul – Indústrias de Artefatos de Borracha
15	Sindicado das Indústrias da Construção e do Mobiliário de SL
15	Sindicado das Indústrias do Vestuário de SL
15	Sindicado das Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de SL
15	Sindicado do Comércio Varejista de SL
15	Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha no Estado do RS
15	Sindicato das Empresa de Transporte Coletivo Urbano do Vale dos Sinos SETUP (CMTT)
15	Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância de SL
15	Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano do Vale dos Sinos - SETUP
15	Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços de Zeladoria do VS
15	Sindicato das Entidades Patronais de Orientação e Formação Profissional de Assistência de Serviço Social de Assoc. Civil e Sindicais da Indústria do Estado do RS
15	Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Leopoldo - SINDUSCOM
15	Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha de São Leopoldo - SIMBORSUL
15	Sindicato das Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo - SINDARTCOURO
15	Sindicato das Indústrias do Vestuário de São Leopoldo - SINDIVEST
15	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo - SINDIMETAL
15	Sindicato do Comércio Varejista de São Leopoldo - SINDILOJAS
15	Sindicato do Couro
15	Sindicato do Papel
15	Sindicato Emp. Comércio Hoteleiro Restaurante e Bares
15	Sindicato Rural de SL
15	União do Comércio Varejistas de SL
16	Associação Brasileira de Odontologia - ABO

16	Associação Brasileira de Odontologia, Secção RS, Subseção dos municípios de SL, Esteio, Sapucaia do Sul e Portão
16	Associação Brasileira dos Concessionários Tipler
16	Associação de Árbitros de São Leopoldo
16	Associação de Artistas Plásticos de SL
16	Associação de Livreiros do RS
16	Associação de Radioamadores Muitos Amigos do Vale
16	Associação dos Advogados de SL
16	Associação dos Advogados Trabalhistas do Vale do Rio dos Sinos
16	Associação dos Aposentados e Pensionistas Estaduais, Federais e Municipais de Autarquias e Iniciativa Privada
16	Associação dos Aposentados Eletricitários do RS (CMDI)
16	Associação dos Aposentados Pensionistas do IAPS – SL
16	Associação dos Artesãos de SL
16	Associação dos Catadores e Recicladores do Município de SL
16	Associação dos Cirurgiões Dentistas de SL
16	Associação dos Contabilistas de SL
16	Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
16	Associação dos Eletricistas de SL
16	Associação dos Engenheiros e Arquitetos - AEA
16	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de SL
16	Associação dos Garçons de São Leopoldo
16	Associação dos Guardas Municipais de São Leopoldo
16	Associação dos Médicos Plantonistas do Hospital Centenário
16	Associação dos Metalúrgicos Aposentados
16	Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Leopoldo (CMDI)
16	Associação dos Músicos, Artistas e Artes Conexas de SL
16	Associação dos Policiais Rodoviários Federais
16	Associação dos Professores Aposentados de SL
16	Associação dos Professores do Centro de Ciências Jurídicas
16	Associação dos Professores e Funcionários do Colégio Sinodal
16	Associação dos Proprietários de Táxi e dos Motoristas Autônomos de Táxi
16	Associação dos Proprietários e Condutores Autônomos de Táxi de SL
16	Associação dos Revendedores de Gás do RS
16	Associação dos Secretários Municipais da Adm. do VS
16	Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de SL
16	Associação dos Servidores do Hospital Centenário
16	Associação dos Taxistas de SL
16	Associação dos Trabalhadores Ambulantes de Ramo de Alimentação de SL
16	Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionista de SL
16	Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas – ATAPEN/SL
16	Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – Reciclagem e Horta Vitória
16	Associação dos Transportadores Escolar de São Leopoldo (ATEL) (CMTT)
16	Associação Experimental de Jornalistas
16	Associação Profissional dos Despachantes de SL
16	Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação de Esteio e SL
16	Associação Riograndense dos Motoristas Profissionais
16	Centro dos Servidores Públicos Estaduais do Vale do Rio dos Sinos
16	Conselho Regional de Corretores de Imóveis do RS - CRECI-RS
16	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RS
16	Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção de São Leopoldo - OAB

16	Sociedade de Medicina de São Leopoldo
17	Albergue Municipal Bom Pastor
17	Associação Leopoldense de Portadores de Necessidades Especiais e Educacionais - ALDEF
17	Apoio, Solidariedade e Prevenção à AIDS - ASPA
17	Asilo Municipal Lar São Francisco de Assis
17	Assistência Social Salem de São Leopoldo
17	Associação Batista de Recuperação, Assistência e Inclusão Social ABRAIS
17	Associação Beneficente e Cultural Aquáriu
17	Associação Beneficente e Cultural Franz Louis Weinmann
17	Associação Beneficente e Cultural Guilherme Luiz Presser
17	Associação Beneficente e Educacional Vida Nova
17	Associação Beneficente e Esportiva dos Empregados da Chevrolet de São Leopoldo
17	Associação Beneficente Fazenda do Senhor Jesus
17	Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora
17	Associação Beneficente Santa Terezinha
17	Associação Beneficente Tiradentes
17	Associação Beneficente Carlos Benvenute Froner
17	Associação Beneficente Cultural Esportiva Jardim Petrópolis
17	Associação Beneficente de Moradores do Bairro Rio dos Sinos Casa Semente da Vida
17	Associação Beneficente e Cultural Feitoria Real
17	Associação Beneficente Fazenda do Senhor Jesus
17	Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora
17	Associação Brasileira de Alzheimer - Subdelegacia ABRAZ
17	Associação Brasileira de Deficientes Visuais
17	Associação Capilé de Saúde Mental
17	Associação Casa Dia Vale a Pena Viver
17	Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida
17	Associação Creche Comunitária Tia Odila
17	Associação Creche Vida Nova
17	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
17	Associação de Portadores de Obesidade Mórbida
17	Associação de Vítimas de Erros Médicos do Rio Grande do Sul
17	Associação do Lar da Criança Creche Vovó Maria
17	Associação do Lar da Criança Vovó Maria
17	Associação dos Alunos, Professores e Ex-Alunos do Curso de Especialização Superior em Cooperativismo da Unisinos
17	Associação dos Cegos do Vale dos Sinos
17	Associação dos Diabéticos e Familiares de São Leopoldo e Região
17	Associação dos Diabéticos e seus Familiares de SL e Região do Vale do Rio dos Sinos
17	Associação dos Familiares e Amigos do Down do Vale dos Sinos
17	Associação dos Portadores de Lupus do Vale dos Sinos
17	Associação dos Portadores de Obesidade Mórbida de SL
17	Associação Educacional Beneficente Vida Nova
17	Associação Irmã Sophie Zink
17	Associação Lar da Criança Vovó Maria
17	Associação Leopoldense das Vítimas da Violência - ASLEOVIVI
17	Associação Leopoldense de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR
17	Associação Leopoldense de Deficientes Físicos
17	Associação Leopoldense para Saúde, Pesquisa e Educação - ALESPE
17	Associação Mantenedora Pandorga
17	Associação Meninas e Meninos de Progresso
17	Associação Parque Sinuelo

17	Associação Projeto Resgate para Saúde, Pesquisa e Educação
17	Associação Vida Nova Creche-Escola
17	Associação Voluntários da Paz Obra de Assistência em Prol a Criança Carente
17	Casa Abrigo Maria Emília de Paula e Casa Aberta Padre Cândido Santini
17	Casa Cristã de Crianças
17	Casa de Albergue de SL
17	Casa de Assistência e Resgate Humanitário - CADAERH
17	Centro Comunitário de Recuperação Social
17	Centro Comunitário Infantil Talitha Kum
17	Centro Cooperativo de Assistência ao Menor - CECAM
17	Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente
17	Centro de Atendimento Psicossocial
17	Centro de Cultura e Caridade Medianeira
17	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber
17	Centro de Reabilitação e Dependentes Químicos Desafio Jovem Vita
17	Centro de Recuperação de Dependentes Químicos e Alcoólicos Filhos de Deus
17	Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria - CECA
17	Centro Infante Juvenil de Assistência e Educação
17	Centro Latino-Americano de Parapsicologia – CLAP de SL
17	Centro Literário de São Leopoldo
17	Centro Medianeira
17	Clínica de Recuperação de Drogados e Alcoólatras Fazenda Senhor Jesus
17	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade - CDC
17	Creche Comunitária Santos Dumont
17	Creche Comunitária São José da vila Born
17	Creche Sonho Nosso
17	Cruz Vermelha Brasileira Filial de SL
17	Fraternidade Cristã dos Deficientes - FCD
17	Fraternidade Tupinambá
17	Fundação de Assistência à Criança e Adolescente de São Leopoldo - FACEA
17	Lar Adalgisa da Silva
17	Lar Espírita Irmão Alfredo
17	Lions Clube São Leopoldo Ana Terra
17	Núcleo de Promoção à Saúde na Comunidade - PRUMO
17	Pastoral da Criança - Junto ao Grupo Missionário SOS Criança
17	Pastoral de Auxílio Comunitário ao Toxicômano-Pacto
17	Programa de Apoio a Meninos e Meninas - PROAME
17	Programa Escolinhas Integradas - PEI
17	Programa Prevenção Meninos e Meninas de Progresso
17	Projeto Guadalupe - Centro de Atenção, Tratamento e Reinserção Social
17	Serviço de Assistência Judiciária Gratuita
17	Sociedade Assistencial Dona Leopoldina - SALE
17	Sociedade Assistencial dos Proprietários de Imóveis do Rio dos Sinos
17	Sociedade Assistencial Lar do Idoso Santa Ana
17	Sociedade Assistencial Santa Rita de Cássia
17	Sociedade Assistencial Turma do Sopão
17	Sociedade Auxílio as Mães de SL
17	Sociedade Auxílio Feminino a Comunidade Evangélica Alemã São Paulo
17	Sociedade Bailante Esporte do Bairro Rio dos Sinos
17	Sociedade Beneficente Bom Samaritano
17	Sociedade Beneficente de Caridade São Jorge Fraternidade Pai Belarmino
17	Sociedade Beneficente Ilê dos Orixás

17	Sociedade Beneficente São José
17	Sociedade Beneficente União Operária
17	Sociedade Beneficente Tio Erick
17	Sociedade Benficente de Caridade São Jorge
17	Sociedade Caritativa Santa Teresa
17	Sociedade Casa do Menino de SL
17	Sociedade Vida Obra Assistencial
17	Sopão Amigos da Paulo Couto
17	Turma do Sopão
18	Academia 91 – Sociedade de Cultura, Estética e de Artes Plásticas
18	Acadêmicos do Rio Branco
18	Acajaí Country Club
18	Alvorada Esportiva, Recreativa e Assistencial Bairro Scharlau
18	Associação Clube Hípico Haras Chirú
18	Associação Cultural Brasil Estados Unidos
18	Associação Cultural e Esportiva Capilé
18	Associação Cultural Esperança
18	Associação Cultural Gema Brasil
18	Associação Cultural Nova Acrópole
18	Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Petroll Acerpe
18	Associação das Entidades Culturais, Recreativas e Carnavalescas de SL
18	Associação Leopoldense de Artes - Leo Artes
18	Centro Cultural Nova Acrópole de SL
18	Centro Cultural Recreativo Vila Campina
18	Centro Livre de Cultura de SL
18	Círculo Operário Leopoldense - COL
18	Club Recreativo Ipiranga
18	Club Rio dos Sinos
18	Club União
18	Clube Amigos de Carros Antigos
18	Clube Cultural Recreativo Rio dos Sinos
18	Clube da Alegria
18	Clube da Felicidade
18	Clube da Melhor Idade Capilé
18	Clube da Saudade de SL
18	Clube das Otimistas
18	Clube de Amigos Vitória
18	Clube de Motonetas do VS
18	Clube de Rallye Valesinos
18	Clube de Regatas Humaitá
18	Clube do Espeto
18	Clube dos Amigos Descasados e Solteiros - CADS
18	Clube dos Subtenentes e Sargentos de São Leopoldo
18	Clube Náutico Itapuí
18	Clube Oriente
18	Clube Ping Pong São José
18	Clube Rádio Amadores SL
18	Clube Recreativo Ipiranga
18	Clube Rio dos Sinos
18	Clube São Leopoldo
18	Clube Sesc Maturidade Ativa
18	Clube Soroptimista de SL

18	Escola de Samba Acadêmicos do Rio Branco
18	Escola de Samba Gladiadores da Feitoria
18	Escola de Samba Imperatriz Leopoldense
18	Escola de Samba Império do Sol
18	Escola de Samba União da Vila
18	Galeria Arte 15
18	Grêmio Beneficente Patrulha Rodoviária Federal
18	Grêmio Cristão Espírita Amor à Verdade
18	Núcleo Cultural Shanti
18	Núcleo Temático da Terceira Idade - NUTTI
18	Sala de Exposição Luz da Arte
18	Sociedade Cultural e Beneficente Carnavalesca Império do sol
18	Sociedade Cultural e Beneficente União da Vila
18	Sociedade Esportiva Recreativa Beneficente e Cultura Alambique
18	Sociedade Ginástica de SL
18	Sociedade Orpheu
18	sociedade Recreativa 08 de Dezembro
18	Sociedade Recreativa 3 Amigos
18	Sociedade Recreativa 3 Portos
18	Sociedade Recreativa Beneficente Cultural os Dragões
18	Sociedade Recreativa Carnavalesca Império do Sol
18	Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Imperatriz Leopoldense
18	Sociedade Recreativa de Canto Palmeirense
18	sociedade Recreativa e Cultural Palmeirense
18	Sociedade Recreativa e Residencial Mar Latino
18	Sociedade Recreativa Estrela do Sul
18	Sociedade Recreativa Gaúcho Fazenda Prazeres
18	Sociedade Recreativa Guarany
18	Sociedade Recreativa Ipiranga
18	Sociedade Recreativa Pangu
18	Sociedade Recreativa Rancho Velho
18	Sociedade Recreativa Rio Branco
18	Sociedade Recreativa União
18	Sociedade Recreativa Unidos da Feitoria
18	Sociedade Recreativa Vila Pinto
18	sociedade Recreativa Zezinho
18	Sociedade Turfística Leopoldense
18	Societá Italiana Giuseppe Verdi
18	Tênis Clube São Leopoldo
18	Alfa e Ômega
19	Casa do Estudante Universitário Cristo Rei
19	Casa do Estudante Universitário Leopoldense
19	Centro Acadêmico Balduino Rambo
19	Centro Acadêmico Cristo Rei
19	Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia
19	Centro Acadêmico das Engenharias Mecânica e de Produção
19	Centro Acadêmico de Comércio Exterior
19	Centro Acadêmico de Informática e Ciências da Computação (CAINFO)
19	Centro Acadêmico dos Estudantes de Direito (CAED)
19	Centro Acadêmico Doutor Ernesto Schlieper
19	Centro Acadêmico José Mors
19	Centro Acadêmico Livre da Biologia (CALBIO)

19	Centro Acadêmico Livre da Engenharia de Alimentos
19	Centro Acadêmico Livre das Engenharias (CALENG)
19	Centro Acadêmico Livre de Arquitetura e Urbanismo
19	Clube Social Esportivo Rio Branco
19	Diretório Acadêmico da Filosofia
19	Diretório Acadêmico da Pedagogia
19	Diretório Acadêmico de Administração de Empresas
19	Diretório Acadêmico de Administração Hospitalar
19	Diretório Acadêmico de Ciências Sociais (DACS)
19	Diretório Acadêmico de Comunicação Social Tupac Amaru
19	Diretório Acadêmico de Desenvolvimento de Jogos e Entretenimento Digital
19	Diretório Acadêmico de Economia
19	Diretório Acadêmico de Educação Física
19	Diretório Acadêmico de Enfermagem
19	Diretório Acadêmico de Engenharia Elétrica
19	Diretório Acadêmico de Física
19	Diretório Acadêmico de Fisioterapia
19	Diretório Acadêmico de Geologia
19	Diretório Acadêmico de Letras Mário Quintana
19	Diretório Acadêmico de Nutrição
19	Diretório Acadêmico de Psicologia
19	Diretório Acadêmico de Recursos Humanos
19	Diretório Acadêmico de Relações Públicas
19	Diretório Acadêmico de Secretariado Executivo Bilingüe
19	Diretório Acadêmico de Serviço Social
19	Diretório Acadêmico do Curso de Licenciatura em Física
19	Diretório Acadêmico Linho Cânhamo dos Estudantes de História
19	Diretório Acadêmico Paulo Freire de Pedagogia
19	Diretório Central dos Estudantes - DCE
19	Estudantes e Comunidade Afro da Unisinos - ECAU
19	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
19	Federação dos Estudantes Universitários do Rio dos Sinos
19	Grêmio Estudantil Amadeo Rossi
19	Grêmio Estudantil Castro Alves
19	Grêmio Estudantil Darci Azambuja
19	Grêmio Estudantil do Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão
19	Grêmio Estudantil dos Técnicos Químicos em Couro
19	Grêmio Estudantil Farrapos
19	Grêmio Estudantil Ludovico Pavoni do Colégio São Luis
19	Grêmio Estudantil Santos Dumont
19	Grêmio Estudantil Tiradentes
19	União Leopoldense de Estudantes
19	União Leopoldense de Estudantes Secundários
19	União Leopoldense dos Estudantes de Madureza
20	Associação Brasileira de Proteção aos Animais Domésticos e Selvagens – Projeto Pró-Animal
20	Associação Brasileira para Estudo, Preservação e Apuração de Aves de Raça – SAVE
20	Associação Gaúcha de Pássaros Silvestres
20	Associação Gaúcha de Proteção de Ambiente Natural Núcleo Leopoldense
20	Associação Leopoldense de Proteção aos Animais - ALPA
20	Associação Patrulheiros Ecológicos de São Francisco de Assis - APESFA
20	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - COMITESINOS
20	Instituto Martim Pescador

20	Núcleo Sócio Ambiental Araçá Ipanga
20	Projeto Pró-Animal
20	SOS Bichos de Rua
20	União Municipal Espírita - UME (COMSEA)
20	União Protetora do Ambiente Natural - UPAN
21	Associação Brasil Sul de Lazer e Cultura
21	Associação Brasileira de Aconselhamento
21	Associação Civil Curupira
21	Associação Clínica Freudiana
21	Associação Colheita
21	Associação de Bodyboarding de Mariluz
21	Associação de Defesa dos Inquilinos de SL
21	Associação de Itapiranguenses no Vale do Rio dos Sinos
21	Associação de Yoga Científico do Vale dos Sinos
21	Associação Direito, Bioética e Solidariedade
21	Associação dos Diplomados da UNISINOS - ADISINOS
21	Associação dos Interessados do Bem Estar Comunitário
21	Associação dos Proprietários da Central Telefônica Scorpions
21	Associação dos Proprietários de Ramal Telefônico do Condomínio Casa Clube
21	Associação dos Proprietários do Edifício Hannover
21	Associação Gaúcha de Defesa do Consumidor
21	Associação Gaúcha de Usuários de Autocad
21	Associação Grupo Comunitário Museu do Trem
21	Associação Internacional de Direito Cooperativo – Sessão Brasil
21	Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais de SL
21	Associação Lago da Figueira
21	Associação Leopoldense de Transporte de Micro Lotação
21	Associação Mutuária de Pecúlios do Comercio e Industria
21	Associação Riograndense de Amizade Internacional
21	Câmara Junior de SL
21	Centro de Educação e Assessoria ao Movimento Popular
21	Centro de Professores Leopoldenses
21	Centro de Referência em Educação para a Saúde do Vale do Sinos
21	Clube de Observadores de Aves
21	Clube Rinhedeiro Leopoldense
21	Conselho Comunitário de Educação para o Trânsito
21	Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município de SL
21	Conselho de Missão Entre Índios - COMIN
21	Conselho Popular de Desenvolvimento da Grande Feitoria
21	Conselho Pró-Segurança Pública - CONSEPRO
21	Feitoria da Canção Associação de Cultura e Arte
21	Fundação Cultural de SL
21	Fundação Cultural Gema Brasil
21	Fundação de Assistência à Criança e Adolescente de São Lopoldo
21	Fundação de Resíduos Sólidos Industriais - FUNRESOLI
21	Fundação Emil Ullmann
21	Fundação Horst
21	Fundação Irmã Sophie Zink
21	Fundação Isaac de Comunicação
21	Fundação Logosófica - Centro de Difusão e Informação
21	Fundação Padre Urbano Thiesen
21	Fundação Pastor Rodolfo Saenger

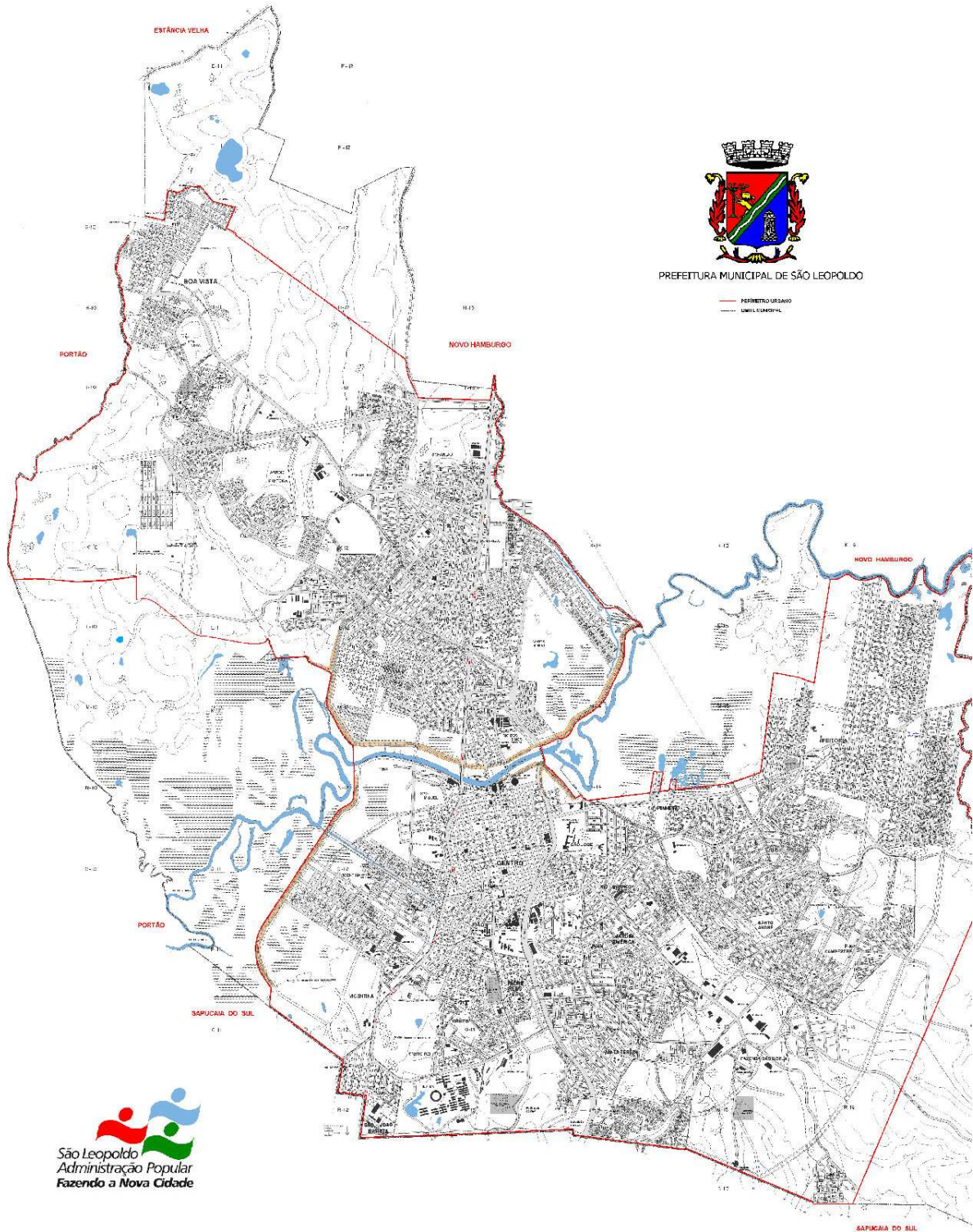
21	Fundação Pro música SL
21	Fundação Universitária para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa
21	Instituto Anchieta de Pesquisas - IAP
21	Instituto Brasileiro de Ergonomia
21	Instituto Brasileiro do Couro, Calçados e Afins
21	Instituto Concórdia
21	Instituto de Assistência Social a Juventude
21	Instituto de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul - IDECON
21	Instituto de Estudo e Educação para o Desenvolvimento Local - ITAPUY
21	Instituto Florescer de Ações Sociais
21	Instituto Gustavo Adolfo
21	Instituto Histórico de São Leopoldo
21	Instituto Humanitas FAAP - Seção de São Leopoldo - Centro Comunitário Infantil Talitha Kum
21	Instituto Moria
21	Instituto Regional de Mediação e Arbitragem
21	Instituto Resgate a Vida
21	Instituto Sinodal de Assistência a Educação e Cultura – ISAEC
21	Instituto Superior de Música de São Leopoldo - ISM
21	Junior Achievement
21	Juventude Petista
21	Laboral Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho
21	Legião Evangélica - Depto. Nacional para Assuntos da Juventude - DNAJ - IECLB (CMAS)
21	Liga Anti – Alcoólica
21	Museu Casa do Imigrante
21	Museu do Trem
21	Museu Histórico Visconde de São Leopoldo
21	Núcleo de Orquidófilos de SL
21	Núcleo de Preservação e Pesquisas Histórico-Ferrovárias - NPPHF
21	Observatório Juvenil do Vale - UNISINOS
21	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE
21	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
21	Serviço Social da Indústria - SESI
21	Serviço Social do Comércio - SESC
21	Sociedade 1º de Maio
21	Sociedade Amigas da Criança
21	Sociedade Amigos 3 Portos
21	Sociedade Amigos da Vila Campina
21	Sociedade Amigos do Jardim Viaduto
21	Sociedade Amigos dos Cantores
21	Sociedade Caritativa e Literária Santa Catarina
21	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis
21	Sociedade Caritativa Santa Teresa de Jesus
21	Sociedade Comunitária de Habitação Popular de SL
21	Sociedade Concórdia
21	Sociedade Cultural e Recreativa Santa Catarina
21	Sociedade Cultural, Beneficente Acadêmicos do Rio Branco
21	Sociedade Cultural, Beneficente e Carnavalesca Império do Sol
21	Sociedade de Católicos São José de Lomba Grande
21	Sociedade de Educação Recreativa São Sebastião
21	Sociedade do Parque São José do Fião
21	Sociedade Educacional Leopoldo Petry
21	sociedade Educacional Recreativa de São Pio X

21	Sociedade Educacional Saci
21	Sociedade Escola Evangélica Picada 48
21	sociedade Galista Rio Branco
21	Sociedade Hípica Leopoldense
21	Sociedade Independência Futebol Clube
21	Sociedade Irmãos em Cristo
21	Sociedade Joanete Riograndense
21	sociedade Laura Vicuna
21	Sociedade Leopoldense de Serviços
21	Sociedade Leopoldense Hipnologia e Reflexologia
21	Sociedade Literária Beneficente Nossa Senhora Anunciação
21	Sociedade Literária e Beneficente Redenção Solider
21	Sociedade Ornitologica Leopoldense
21	Sociedade Padre Antônio Vieira
21	Sociedade União da Boa Saúde, Esportiva, Recreativa e Assistencial
21	Sociedade Universitária Região Geo-Educacional dos Sinos
21	União dos Pescadores Esportivos do Vale do Rio dos Sinos
21	União Esportiva Catarinense

CÓDIGOS POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO

CÓDIGOS	TIPO DE ORGANIZAÇÃO
1	Sindicatos de trabalhadores
2	Cooperativas e associações de geração de renda
3	Associações de produtores e pró-desenvolvimento
4	Associações de moradores
5	Corais
6	Clubes de mães e grupo de mulheres
7	Clubes (de futebol) e ligas esportivas
8	Sociedades recreativas e culturais germânicas
9	CTGs
10	Clubes de serviços
11	Associações escolares e de pais e mestres
12	Comunidades religiosas
13	Associações de funcionários
14	Movimentos sociais e ONGs
15	Organizações patronais
16	Associações e sindicatos de profissionais
17	Entidades assistenciais
18	Entidades e clubes recreativos e culturais
19	Entidades estudantis
20	Sociedades ambientais (de Proteção Ambiental)
21	Organizações diversas

ANEXO B – MAPA DA CIDADE DE SÃO LEOPOLDO



ANEXO C – QUESTIONÁRIO

Questões Centrais

Identificação:

1. Nome do bairro:
2. Sexo
 - [1] Feminino [2] Masculino
3. Escolaridade
 - [1] Fundamental incompleto [2] Fundamental completo
 - [3] Ensino médio incompleto [4] Ensino médio completo
 - [5] Superior incompleto [6] Superior completo
 - [7] Não escolarizado
4. Origem étnica dos pais (assinalar mais de uma, se for o caso de origens diversas de pai e mãe):
 - [1] Afro-descendente [2] Germânica [3] Portuguesa
 - [4] Italiana [5] Outra:
5. Seus pais provêm do meio urbano ou rural?
 - [1] Urbano [2] Rural [3] Urbano e rural
6. Sua família sempre morou neste bairro?
 - [1] Sempre morou aqui [2] Já morou em outro local
 - [3] Já morou em vários locais

Grupos e Redes

7. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro de seu domicílio, pertence. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte?

8. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio faz(em) parte, qual é o mais importante para o seu domicílio?

_____ [Nome do grupo]

99 – Não se aplica (se respondeu 0 na questão anterior).

9. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

	1 Sim 2 Não
A. Religião	
B. Sexo	
C. Grupo étnico ou lingüístico/raça	

99 – Não se aplica (se respondeu 0 na questão 7).

10. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

	1 Sim 2 Não
A. Ocupação	
B. Formação educacional ou grau de escolaridade	

99 – Não se aplica (se respondeu 0 na questão 7).

11. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora do (a) bairro?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, freqüentemente

99 – Não se aplica (se respondeu 0 na questão 7).

12. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

13. Se, de repente, você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro [o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho], há pessoas além do seu domicílio ou dos parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Certamente
2. Provavelmente
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Certamente não

Confiança e Solidariedade

14. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

1. Pode-se confiar nas pessoas
2. Nunca é demais ter cuidado

15. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	d) Concordo totalmente e) Concordo em parte f) Nem concordo, nem discordo g) Discordo em parte h) Discordo totalmente
A. A maioria das pessoas neste bairro está disposta a ajudar caso você precise.	
B. Neste bairro é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	

16. Quanto você confia em ...

	1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
A. Membros do governo local (prefeitura)	
B. Membros do governo estadual	
C. Membros do governo federal	

17. Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

1. Não contribuiria com tempo
2. Contribuiria com tempo

B. Dinheiro

1. Não contribuiria com dinheiro
2. Contribuiria com dinheiro

Ação Coletiva e Cooperação

18. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

1. Sim
2. Não (vá para a questão 20)

19. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

20. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

Informação e Comunicação

21. Sua família/você tem telefone?

22. No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

23. Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tal como mutirão agrícola, frentes de trabalho, planejamento familiar etc.)?

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Boletins da comunidade
3. Locais de compra
4. Jornal local ou da comunidade
5. Jornal estadual ou nacional
6. Rádio
7. Televisão
8. Grupos ou associações
9. Colegas de trabalho ou sócios
10. Filiados a partidos políticos
11. Líderes da comunidade
12. Um agente do governo
13. ONGs
14. *Internet*

--	--	--

Coesão e Inclusão Social

24. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num mesmo bairro. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no seu bairro?

1. Muito pouco diferentes
2. Pouco diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Muito diferentes
5. Extremamente diferentes

25. Alguma dessas diferenças causa problema?

1. Sim

2. Não →

Vá para a questão 28.

26. Quais são as duas diferenças que mais freqüentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação

2. Diferenças de posses de terras

3. Diferenças de riqueza

4. Diferenças de posição social

5. Diferenças entre homens e mulheres

6. Diferenças entre gerações mais jovens e as gerações mais velhas

7. Diferenças entre moradores antigos e novos moradores

8. Diferenças de filiação política

9. Diferenças de crenças religiosas

10. Diferenças de origem étnica, cor

11. Outras diferenças

27. Algumas vezes esses problemas levaram à violência?

1. Sim

2. Não

28. Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em lugar público?

29. [SE A RESPOSTA NÃO FOR ZERO] Alguma dessas pessoas era....

	1. Sim 2. Não
A. De origem étnica ou lingüística, cor diferente da sua?	
B. De situação econômica diferente da sua?	
C. De posição social diferente da sua?	
D. De um grupo religioso diferente do seu?	

30. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

Autoridade ou Capacitação (*Empowerment*) e Ação Política

31. Em geral, você se considera uma pessoa...

1. Muito feliz
2. Moderadamente feliz
3. Nem feliz, nem infeliz
4. Moderadamente infeliz
5. Muito infeliz

32. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida?
Faça uma avaliação de você mesmo.

1. Totalmente incapaz de mudar minha vida
2. Geralmente incapaz de mudar minha vida
3. Nem capaz, nem incapaz
4. Geralmente capaz de mudar minha vida
5. Totalmente capaz de mudar minha vida

33. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste bairro se reuniram para entregar conjuntamente um abaixo assinado a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (≤ 5)
4. Muitas vezes (> 5)

34. Muitas pessoas consideram que não vale a pena votar. Você deixou de votar alguma vez por achar que não vale a pena?

1. Sim

2. Não